

## BASE AEREA DE NATAL - BANT

## Edital 6/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	120631-BASE AEREA DE NATAL - BANT	ELIZANGELA CARDOSO DA SILVA CAETANO	05/05/2026 21:03 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	82/2026	67222.000093/2026-86

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

BASE AÉREA DE NATAL

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026

Processo Administrativo nº 67222.000093/2026-86

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) COMANDO DA AERONÁUTICA, CNPJ 00.394.429/0185-81, por meio do(a) Seção de Licitações e Contratos, sediado(a) RIO XINGU S/N, S/N, bairro EMAÚS, na cidade de PARNAMIRIM/RN, CEP 59148-902, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: Conforme publicado no Painel Nacional de Contratações Públicas.

Hora Inicial : 09:00

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de Materiais de Limpeza e Higienização para a Base Aérea de Natal conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 121 (cento e vinte) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 1 ao 52, 54, 56, 57, 59 ao 78, 80 ao 120 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Marca.

6.1.2. Fabricante.

6.1.3. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	1	Total
2	2	Total
3	...	Total

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

<b>Seq</b>	<b>Item/Grupo</b>	<b>Intervalo Mínimo (em R\$)</b>
1	1	R\$ 0,01
2	2	R\$ 0,01
3	...	R\$ 0,01

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



- 7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.21.1. empresas brasileiras;
- 7.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. SICAF;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www2.fab.mil.br/licitacoescontratos/>

#### **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e /ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail [licita.bant@fab.mil.br](mailto:licita.bant@fab.mil.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua do Especialista, s/n – Emaús – Parnamirim/RN, Seção de Protocolo da BANT.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www2.fab.mil.br/licitacoescontratos//>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Especificações técnicas;

16.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4. ANEXO IV - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato; e

16.11.5. ANEXO V - Termo de Ciência e concordância.

Parnamirim/RN, DATA CONFORME ASSINATURA ELETRÔNICA.

**Nos termos no art. 50 da Lei 9.784/99 e tendo em vista que o processo foi conferido pela Assessoria de Controle Interno, na forma do art. 55, Inc I, do RICA 21-9/2025, aprovo o presente Edital, por cumprir os requisitos previstos na legislação em vigor.**

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

## 1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA**

Autoridade competente

## BASE AEREA DE NATAL - BANT

## Contrato 12/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	120631-BASE AEREA DE NATAL - BANT	ELIZANGELA CARDOSO DA SILVA CAETANO	04/05/2026 13:18 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	82/2026	67222.000093/2026-86

## CONTRATO XXXXX/2026

## MINUTA DE TERMO DE CONTRATO



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

BASE AÉREA DE NATAL

Processo Administrativo nº 67222.000093/2026-86

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) COMANDO DA  
AERONÁUTICA, E \_\_\_\_\_.

A(O) União , por intermédio do(a) COMANDO DA AERONÁUTICA, com sede no(a) RIO XINGU S/N, S /N, bairro EMAÚS, na cidade de PARNAMIRIM/RN, CEP 59148902, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.429/0185-81, neste ato representado(a) por SILVIA NATÁLIA SOARES MENEZES DA SILVA, cargo Ordenadora de despesas da BANT, nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ....., publicada no DOU em ....., portador da Matrícula Funcional

nº ...., doravante denominado CONTRATANTE, e o  
(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o  
nº \_\_\_\_\_, sediado(a)  
na \_\_\_\_\_,

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição de Materiais de Limpeza e Higienização para a Base Aérea de Natal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 dias contados do(a) recebimento do empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de R\$ 2.180.705,11 (dois milhões, cento e oitenta mil, setecentos e cinco reais e onze centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.21. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.22. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.23. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.25. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

## **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato .

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: ;

II) Fonte de recursos: ;

III) Programa de trabalho: ;

IV) Elemento de despesa: ;

V) Plano interno: ;

VI) Nota de empenho: ;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Natal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CORRESPONDÊNCIA**

18.1. Todas as comunicações, solicitações e correspondências, relativas ao presente contrato, serão trocadas, entre as PARTES, através de protocolo, nos seguintes endereços:

**CONTRATANTE:**

COMANDO DA AERONÁUTICA BASE AÉREA DE NATAL.

Rua do Especialista, s/n.o - Emaús - Parnamirim - RN

CEP: 59148-900 Telefone: (084) 3644-7520.

**CONTRATADA:**

.....

18.2. As comunicações de caráter técnico serão veiculadas e tratadas pela FISCALIZAÇÃO e as de caráter administrativo pela Seção de Contratos da BANT.

18.3. As comunicações poderão ser tratadas via e-mail com o fiscal do contrato através do endereço eletrônico: contratos. bant@fab.mil.br. Todas as mensagens deverão ser enviadas com confirmação de leitura, sendo considerado como comprovante de recebimento.

PARNAMIRIM/RN, DATADO ELETRONICAMENTE.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS**

- 1-
- 2-

Modelo de Termo de Contrato para Licitações - AQUISIÇÕES EM GERAL - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2025

Código de Identificação Ger@AGU: 5771811772557674811

Código Ger@ do Edital : ea9d0a1772554114554

## 1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA**

Autoridade competente

## BASE AEREA DE NATAL - BANT

## Ata de Registro de Preços 5/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	120631-BASE AEREA DE NATAL - BANT	ELIZANGELA CARDOSO DA SILVA CAETANO	04/05/2026 14:20 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	82/2026	67222.000093/2026-86

## 1. DO OBJETO

MINUTA



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
BASE AÉREA DE NATAL

Processo Administrativo nº 67222.000093/2026-86

Minuta de Ata de Registro de Preços nº XX/2026

O(A) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*, com sede no(a) *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *[CNPJ]*, neste ato representado(a) pelo(a) *[cargo e nome]*, nomeado(a) pela Portaria nº XX, de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, publicada no DOU de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica* para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Aquisição de Materiais de Limpeza e Higienização para a Base Aérea de Natal, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do *edital de licitação* n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o(a) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*.
- 3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

- 5.1.1. *Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.*
- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento

contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*;e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os

licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. Não se aplica.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

## 12. ANEXO

Anexo I

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA**

Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Edital def e anexos PRE 90014/2026_conferencia_ACI e assinatura_OD
Data/Hora de Criação:	06/05/2026 11:54:10
Páginas do Documento:	36
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	37
Hash MD5:	fa02857ed2467d8b69473212c01104a6
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento BRUNO RIBEIRO DA SILVA no dia 14/05/2026 às 11:14:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap RAFAELA ALTOÉ PINTO CORREIA no dia 15/05/2026 às 08:56:41 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SILVIA NATÁLIA SOARES MENEZES DA SILVA no dia 15/05/2026 às 10:29:24 no horário oficial de Brasília.

BASE AEREA DE NATAL - BANT

Termo de Referência 17/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2026	120631-BASE AEREA DE NATAL - BANT	SABRINA SANTOS DE LELES SILVEIRA	29/04/2026 11:42 (v 0.10)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	82/2026	67222.000093/2026-86

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Materiais de Limpeza e Higienização para a Base Aérea de Natal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR CLORO ATIVO: VARIA DE 2 A 2, 50%, COR: INCOLOR, APLICAÇÃO: LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS, EMBALAGEM COM 1 LITRO.	299605	EB	15	8338	R\$ 2,58	R\$ 21.512,04
2	ÁLCOOL ETÍLICO, TIPO: HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO: 70% (70°GL), APRESENTAÇÃO: GEL, PARA LIMPEZA DE AMBIENTES. EMBALAGEM CONTENDO 1 L	269943	EB	5	1944	R\$ 11,05	R\$ 21.481,20
3	ÁLCOOL ETÍLICO, TIPO: HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO: 70% (70°GL), APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, PARA USO DOMÉSTICO, EMBALAGEM PLÁSTICA COM CAPACIDADE DE 500 ml. MARCA DE REFERÊNCIA: SANTA CRUZ, COPERALCOOL.	269941	EB	10	3820	R\$ 9,85	R\$ 37.627,00
	ÁLCOOL PROPÍLICO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA: (CH3)2CHOH (ISOPROPÍLICO OU ISO-						

4	PROPANOL), PESO MOLECULAR : 60,10 G,MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,8%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A. ACS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 67-63-0, EMBALAGEM COM 1 LITRO.	475010	EB	2	237	R\$ 45,00	R\$ 10.665,00
5	ALGICIDA C/ OS PRINCÍPIOS ATIVOS DE: COMPLEXO CÚPRICO, TEOR DO ATIVO DE 5,0 % E SAL QUATERNÁRIO DE AMÔNIA, TEOR DO ATIVO DE 15,0 %. CARACTERÍSTICAS: INODORO, SOLÚVEL EM ÁGUA E LÍQUIDO CRISTALINO AZUL. USADO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DE PISCINAS. EMBALAGEM DE 5L	444561	EB	2	88	R\$ 65,00	R\$ 5.720,00
6	ALGODÃO, TIPO: HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO: EM ROLETE, MATERIAL: ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL. ROLO COM 500 G.	628473	RL	1	75	R\$ 17,77	R\$ 1.332,75
7	BALDE EM POLIPROPILENO PARA USO DOMÉSTICO (SERVIÇO DE LIMPEZA EM GERAL), COM ALÇA METÁLICA, COM 2 BICOS DIAMETRALMENTE OPOSTOS NA BORDA, COM CAPACIDADE PARA 18 A 20 LITROS. MARCA DE REFERÊNCIA:PLASVALE, POLIDEC.	321573	UN	2	600	R\$ 12,98	R\$ 7.788,00
8	BLOCO DE ESPUMA GRANDE MULTIUSO, COMPOSIÇÃO: ESPUMA DE POLIURETANO EXPANDIDO, MARCA DE REFERÊNCIA: VONDER	307512	UN	2	463	R\$ 9,50	R\$ 4.398,50
9	CERA LÍQUIDA INCOLOR, AUTOBRILHO, COM PROPRIEDADE ANTIDERRAPANTE, SEM A NECESSIDADE DE POLIMENTO, COM PROTEÇÃO CONTRA RISCOS E DESGASTE, RESISTENTE A ÁGUA, DETERGENTES E AO TRÁFEGO DE TRANSEUNTES; SISTEMA DE SECAGEM RÁPIDA, PARA SUPERFÍCIES DE MADEIRA SINTÉTICA, MÁRMORES, PISOS CERÂMICOS E DEMAIS SUPERFÍCIES LAVÁVEIS. EMBALAGEM PLÁSTICA COM 750 ML. MARCA DE REFERÊNCIA: POLIFLOR, BRAVO.	292576	EB	2	624	R\$ 9,28	R\$ 5.790,72
10	CESTO TELADO PARA LIXO, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE, SEM TAMPA, CAPACIDADE PARA 10	289422	UN	1	348	R\$ 8,98	R\$ 3.125,04

	LITROS. MARCA DE REFERÊNCIA: POLIDEC, PLASVALE.						
11	CONJUNTO BALDE ESPREMEDOR DOBLÔ COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS, ESTRUTURA EM POLIETILENO INJETADO, COMPOSTO POR 02 BALDES COM CAPACIDADE DE 12 E 18 LITROS CADA, COM SISTEMA DE SEPARAÇÃO DE ÁGUA SUJA E LIMPA, SISTEMA DE ESPREMEDOR COM PRESSÃO SUPERIOR, CLIP DE FIXAÇÃO PARA HASTE, ALÇA EM AÇO TUBULAR COM PINTURA ELETROSTÁTICA, POSSUI 04 RODÍZIOS GIRATÓRIOS FACILITAR A LOCOMOÇÃO, PARA USO COM MOP ÚMIDO. DIMENSÕES APROXIMADAS: PESO: 6,1 KG, COMPRIMENTO: 52 CM, ALTURA: 84 CM, LARGURA: 37 CM. MARCA DE REFERÊNCIA BRALIMPIA OU SUPERIOR.	443451	UN	1	45	R\$ 378,70	R\$ 17.041,50
12	DESENGRAXANTE AUTOMOTIVO 5L, COMPOSIÇÃO: METASSILICATO DE SÓDIO, SODA CÁUSTICA LÍQUIDA, TENSOATIVO ANIÔNICO, TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS, AGENTE SEQUESTRANTE E ÁGUA. COM 5L, MARCA DE REFERÊNCIA: VONDER	259206	BB 5L	1	34	R\$ 21,30	R\$ 724,20
13	DESENTUPIDOR PIA, MATERIAL: BORRACHA FLEXÍVEL, COR: PRETA, ALTURA: 10 CM, DIÂMETRO: 12 CM, MATERIAL CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO CABO: 60 CM.	307892	UN	2	336	R\$ 7,00	R\$ 2.352,00
14	DESINCRUSTANTE ÁCIDO PARA REMOÇÃO DE INCRUSTAÇÃO CALCÁRIA PARA MÁQUINAS DE LAVAR LOUÇAS E UTENSÍLIOS DE COZINHA E CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO – FAB- MH-080	463127	BB 5L	1	118	R\$ 155,00	R\$ 18.290,00
15	DESINFETANTE LÍQUIDO CONCENTRADO, COMPOSIÇÃO: À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM AROMA, PRINCÍPIO ATIVO: CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO +TENSOATIVOS, TEOR ATIVO: TEOR ATIVO EM TORNO DE 0,5%, COM AÇÃO GERMICIDA E BACTERICIDA, PERFUMADO - FRAGRÂNCIA MARINE, TALCO, FLORES DO CAMPO, PINHO OU LAVANDA. EMBALAGEM COM 01 LITRO.	381409	UN	50	10848	R\$ 7,35	R\$ 79.732,80



	MARCA DE REFERÊNCIA: VEJA, PINHO SOL.						
16	DESODORIZADOR DE AMBIENTES, APRESENTAÇÃO: AEROSOL, APLICAÇÃO: AROMATIZADOR AMBIENTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO CONTENHA CFC. EMBALAGEM METÁLICA, FRASCO COM 360 ML. FRAGRÂNCIA LAVANDA OU FLORAL. MARCA DE REFERÊNCIA: BOM AR, GLADE.	240493	FR	5	1666	R\$ 10,82	R\$ 18.026,12
17	DETERGENTE BIODEGRADÁVEL LÍQUIDO NEUTRO DE USO GERAL E CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO – FAB-MH-071-REV03	463157	BB 5L	5	1000	R\$ 27,00	R\$ 27.000,00
18	DETERGENTE DESINCRUSTANTE ALCALINO PARA REMOÇÃO DE SUJIDADES PESADAS E GORDURAS CARBONIZADAS E CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO FAB-MH-073- REV02	449762	BB 5L	2	400	R\$ 51,45	R\$ 20.580,00
19	DETERGENTE LÍQUIDO CLORADO COM DOSADOR PARA MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS INDUSTRIAL COMPATÍVEL COM AS MARCAS WINTERHALTER, NETTER E HOBART E CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO FAB-MH-069-L-REV04	279944	BB 5L	2	300	R\$ 77,00	R\$ 23.100,00
20	DETERGENTE LÍQUIDO PARA LOUÇAS, COMPOSIÇÃO TENSOATIVOS ANIÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVANTE, COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, COM GLICERINA, NEUTRO, OU INCOLOR COM TENSOATIVOS BIODEGRADÁVEIS, EMB. C/ 500ML. MARCA DE REFERÊNCIA: YPÊ, LIMPOL.	226697	EB	10	8000	R\$ 2,50	R\$ 20.000,00
21	DETERGENTE DESENGORDURANTE AMONIACADO E CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO FAB- MH 128-REV04	244300	BB 5L	3	300	R\$ 51,33	R\$ 15.399,00
22	DETERGENTE, HIDRÓXIDO DE SÓDIO/HIPOCLORITO DE SÓDIO /DISPERSANT, APL: DESENTUPIR PIAS, RALOS E VASOS SANITÁRIOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESINCRUSTANTE FORTEMENTE ALCALINO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO E CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO FAB-MH-145- REV03	472191	BB 5L	3	320	R\$ 49,95	R\$ 15.984,00
	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHAS EM						

23	POLIPROPILENO, SISTEMA PRÓPRIO DE FIXAÇÃO À PAREDE, PARA PAPÉIS DE APROXIMADAMENTE 22X22 CM COM 2 DOBRAS, COM VISOR TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO NÍVEL DO PAPEL. DOTADO DE TRAVAS DE SEGURANÇA, COR FUMÊ OU BRANCO. DIMENSÕES APROXIMADAS 320 MM X 250 MM X 130 MM. MARCAS DE REFERÊNCIA: JOFEL, TRILHA, PREMISSE, NOBRE.	445418	UN	1	168	R\$ 54,00	R\$ 9.072,00
24	DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO EM MATERIAL A BASE DE POLIPROPILENO, SISTEMA PRÓPRIO DE FIXAÇÃO À PAREDE, PARA ROLOS DE PAPÉIS DE 300M, COM VISOR TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO NÍVEL DO PAPEL, DOTADO DE TRAVAS DE SEGURANÇA, COR BRANCA. DIMENSÕES APROXIMADAS 2900 MM X 260 MM X 120 MM.	422811	UN	1	110	R\$ 42,40	R\$ 4.664,00
25	DISPENSER PARA SABÃO LÍQUIDO DE PLÁSTICO, PARA REFIL COM CAPACIDADE DE 800 ML, COM VISOR DE NÍVEL, BASE CINZA E FRENTE BRANCA. RETANGULAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE (LARG. 12,5 X ALT. 28,5 X PROF. 12,5) CM.	404651	UN	2	256	R\$ 35,85	R\$ 9.177,60
26	ESCOVA LIMPEZA GERAL, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS: NÁILON, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SUPORTE PLÁSTICO, FORMATO ARREDONDADO, APLICAÇÃO: VASO SANITÁRIO, COMPRIMENTO DO CABO 29CM.	333358	UN	5	570	R\$ 8,08	R\$ 4.605,60
27	ESCOVA LIMPEZA GERAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCOVA LIMPEZA GERAL, MATERIAL CORPO PLÁSTICO, FORMATO OVAL, MATERIAL CERDAS NYLON, COMPRIMENTO 12 CM, LARGURA 5 A 8 CM (ESCOVA P/ LAVAR ROUPAS).	448502	UN	4	440	R\$ 3,50	R\$ 1.540,00
28	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL: LÃ DE AÇO CARBONO, FORMATO: RETANGULAR, APLICAÇÃO: UTENSÍLIOS E LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, COMPRIMENTO MÍNIMO: 90 MM, LARGURA MÍNIMA: 40 MM, PESO LÍQUIDO MÍNIMO: 42G. EMBALAGEM	252531	EB	5	1356	R\$ 2,77	R\$ 3.756,12

	COM 08 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: BOMBRIL, YPÊ, ASSOLAN, LIMPPANO.						
29	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL: FIBRA SINTÉTICA, ABRASIVIDADE:ALTA, APLICAÇÃO:SERVIÇO PESADO, COMPRIMENTO MÍNIMO:260 MM, LARGURA MÍNIMA:102 MM. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	385311	EB	2	440	R\$ 17,93	R\$ 7.889,20
30	ESPONJA MULTIUSO PARA USO DOMÉSTICO, DUPLA FACE (UM LADO EM FIBRA SINTÉTICA ABRASIVA E O OUTRO LADO À BASE DE ESPUMA DE POLIURETANO). ANTI BACTÉRIA, DIMENSÕES APROXIMADAS 100 X 75 X 20MM. MARCA DE REFERÊNCIA: ASSOLAN.	309840	UN	6	6200	R\$ 2,44	R\$ 15.128,00
31	ESTOPA, MATERIAL: FIO ALGODÃO ALVEJADO, APLICAÇÃO: LIMPEZA PESADA, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LAVADA. PACOTE COM 01 KG.	300146	PK	1	130	R\$ 12,00	R\$ 1.560,00
32	FLANELA 100% ALGODÃO, MEDINDO, NO MÍNIMO, 30X50 CM, NA COR BRANCA OU LARANJA, COM ACABAMENTO NAS BORDAS.	420505	UN	3	3324	R\$ 1,69	R\$ 5.617,56
33	GEL ALCOÓLICO PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS E CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO FAB-MH-077- REV03	269943	BB 5L	2	450	R\$ 46,45	R\$ 20.902,50
34	INSETICIDA AEROSOL, SEM FRAGRÂNCIA. EFICAZ CONTRA O MOSQUITO DA DENGUE, MOSCAS, PERNILONGOS E BARATAS. EMBALAGEM DE 300ML. MARCA DE REFERÊNCIA: SBP, BAYGON, BOMBRIL.	484679	EB	5	1680	R\$ 14,50	R\$ 24.360,00
35	LIMPA ALUMÍNIO AUTOMOTIVO, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, MISTURA DE ÁCIDOS INORGÂNICOS, CORANTE E ÁGUA. EMB COM 5L, MARCA DE REFERÊNCIA: PONTO DA QUÍMICA	405153	EB	1	45	R\$ 49,00	R\$ 2.205,00
36	LIMPA VIDRO LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA, BUTILGLICOL. PARA LIMPEZA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS DIVERSOS EM VIDROS. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500ML, COM GATILHO PULVERIZADOR. MARCA DE REFERÊNCIA: VEJA, VIDREX.	242252	EB	10	1600	R\$ 3,00	R\$ 4.800,00
	LIMPADOR IMPUREZAS, APLICAÇÃO: LIMPEZA DO						

37	FORNO COMBINADO MODELO SELFCOOKINGCENTE, TIPO: PASTILHA DETERGENTE. EMBALAGEM COM 100 PASTILHAS	440044	EB	1	100	R\$ 627,50	R\$ 62.750,00
38	LIXEIRA, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 30 L, TIPO COM TAMPA E PEDAL, ALTURA 45CM, COR NEUTRA, LARGURA 35CM.	270847	UN	1	245	R\$ 53,89	R\$ 13.203,05
39	LIXEIRA, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 60 L, TIPO COM TAMPA E PEDAL, DIÂMETRO 48 CM, ALTURA 52 CM.	296445	UN	1	140	R\$ 81,99	R\$ 11.478,60
40	LIXEIRA, MATERIAL POLIETILENO, CAPACIDADE 100 L, TIPO COM TAMPA E PEDAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMPA E PEDAL EM AÇO GALVANIZADO, FORMATO CILÍNDRICO.	276870	UN	1	114	R\$ 214,99	R\$ 24.508,86
41	LIXEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL POLIDO, CAPACIDADE: 12 L, TIPO: CILÍNDRICO COM TAMPA E PEDAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CESTO INTERNO EM POLIETILENO (27 X 44 CM), APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO.	370526	UN	1	100	R\$ 106,70	R\$ 10.670,00
42	LIXEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 30 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E COM PEDAL; FORMATO: CILÍNDRICO.	319509	UN	1	86	R\$ 252,00	R\$ 21.672,00
43	LIXEIRA, MATERIAL: PLÁSTICO REFORÇADO, CAPACIDADE: 20 L, TIPO: COM TAMPA E PEDAL ACOPLADOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BRANCA, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO	284708	UN	1	232	R\$ 43,95	R\$ 10.196,40
44	LUSTRA MÓVEIS AUTOBRILHO, LÍQUIDO. A BASE DE CERAS, PARAFINA, SILICONE, ESPESSANTE, ALCALINIZANTE, TENSOATIVO, FORMALDEÍDO, E OUTRAS SUBSTÂNCIAS. FRAGRÂNCIA SUAVE DE LAVANDA DE LONGA DURAÇÃO, COM PROTEÇÃO CONTRA MANCHAS DE ÁGUA. EMBALAGEM PLÁSTICA COM TAMPA FLIP TOP, COM 200ML. MARCA DE REFERÊNCIA: DESTAC, BRILHO FÁCIL.	299646	EB	2	512	R\$ 6,63	R\$ 3.394,56
45	LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL: NITRÍLICA, APLICAÇÃO: LIMPEZA, TIPO PUNHO: LONGO, TAMANHO: GRANDE, ACABAMENTO PALMA: ANTIDERRAPANTE, ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA,	450516	EB	5	1668	R\$ 22,85	R\$ 38.113,80

	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALAGEM COM UM PAR.						
46	MOP ÚMIDO COM CABO, MATERIAL: ALGODÃO E POLIÉSTER, TIPO PONTA CORTADA, APLICAÇÃO: LIMPEZA, COR: BRANCA, GRAMATURA: 340 G,M2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COSTURA REFORÇADA. CABO DO MOP EM ALUMÍNIO, COMPRIMENTO: 1,40 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SISTEMA DE ENCAIXE DO CABO COM O MOP DO TIPO ROSCA.	229700	UN	1	172	R\$ 32,80	R\$ 5.641,60
47	NAFTALENO. ASPECTO FÍSICO PARTÍCULAS SÓLIDAS BRANCAS, PESO MOLECULAR 128,17, FÓRMULA QUÍMICA C10H8, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 98%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 91-20-3. PACOTE CONTENDO 1KG.	347886	PK	2	350	R\$ 43,99	R\$ 15.396,50
48	ÓLEO LUBRIFICANTE, APRESENTAÇÃO: AEROSOL, ORIGEM: MINERAL DERIVADO DE PETRÓLEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ADITIVOS INIBIDORES CORROSÃO E OXIDAÇÃO, DESENGRIPANTE, APLICAÇÃO: LUBRIFICAÇÃO DE PEÇAS, MARCA DE REFERÊNCIA: WD-40. EMBALAGEM COM 300ML.	262376	EB	4	925	R\$ 9,73	R\$ 9.000,25
49	PÁ COLETORA DE LIXO COM CABO. MATERIAL DA PÁ: PLÁSTICO, LARGURA DA PÁ DE APROXIMADAMENTE 18CM. MATERIAL DO CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO DO CABO APROXIMADAMENTE COM 80CM. MARCA DE REFERÊNCIA: PLASVALE.	477057	UN	2	720	R\$ 13,72	R\$ 9.878,40
50	PALHA AÇO, MATERIAL: AÇO CARBONO, ABRASIVIDADE: MÉDIA, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Nº 2. EMBALAGEM COM 25G	382312	EB	2	506	R\$ 1,50	R\$ 759,00
51	PANO DE CHÃO CONFECCIONADO EM TECIDO DE ALGODÃO CRU, TIPO SACARIA BRANCA DE AÇÚCAR RECUPERADA DE PRIMEIRA VIAGEM, LAVADO E ALVEJADO, ISENTO DE RASGOS OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM PREJUDICAR SUA UTILIZAÇÃO. DEVERÁ SEGUIR O MODELO DE SACARIA, ISTO É, COSTURADO	396308	UN	50	6324	R\$ 5,24	R\$ 33.137,76

	INTERNAMENTE (NO AVESSO) NO COMPRIMENTO E EM APENAS UMA DAS LARGURAS DE FORMA A MANTER O FORMATO DE UM SACO. APROXIMADAMENTE NAS DIMENSÕES 70 X 50 CM E PESO 100 G. MARCA DE REFERÊNCIA: MARTIMPANOS.						
52	PANO MICROFIBRA AUTOMOTIVA 60 X 40 FLANELA ANTI-RISCO LIMPEZA POLIMENTO, GRAMATURA GSM 180 COMPOSIÇÃO: 80% POLIÉSTER 20% POLIAMIDA. MARCA DE REFERÊNCIA: LUXCAR	438326	UN	6	600	R\$ 9,49	R\$ 5.694,00
53	PAPEL HIGIÊNICO FABRICADO COM 100% DE FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS, NEUTRO, COM FOLHAS DUPLAS PICOTADAS, RESISTENTES E DE ALTA QUALIDADE, BRANCO E ISENTO DE MATERIAL ESTRANHO, PARTÍCULAS LENHOSAS, METÁLICAS, FRAGMENTOS DE MATERIAIS PLÁSTICOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE OU QUAISQUER TIPOS DE IMPUREZAS QUE POSSAM SER OBSERVADAS A OLHO NU. UNIDADE DE FORNECIMENTO: ROLO MEDINDO 30M X 10CM. PACOTE: 4 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: PERSONAL, NEVE, MILLY	301139	PK	100	27690	R\$ 7,50	R\$ 207.675,00
54	PAPEL HIGIÊNICO FABRICADO COM 100% DE FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS, NEUTRO, COM FOLHAS DUPLAS PICOTADAS, RESISTENTES E DE ALTA QUALIDADE, BRANCO E ISENTO DE MATERIAL ESTRANHO, PARTÍCULAS LENHOSAS, METÁLICAS, FRAGMENTOS DE MATERIAIS PLÁSTICOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE OU QUAISQUER TIPOS DE IMPUREZAS QUE POSSAM SER OBSERVADAS A OLHO NU. UNIDADE DE FORNECIMENTO: ROLO MEDINDO 30M X 10CM. PACOTE: 4 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: PERSONAL, NEVE, MILLY (COTA ME/EPP)	301139	PK	50	9230	R\$ 7,50	R\$ 69.225,00
55	PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO 300M POR ROLO, LARGURA 10CM, FOLHA	327844	PK	10	1863	R\$ 53,70	R\$ 100.043,10

	SIMPLES, COR BRANCA. PACOTE CONTENDO 08 ROLOS						
56	PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO 300M POR ROLO, LARGURA 10CM, FOLHA SIMPLES, COR BRANCA. PACOTE CONTENDO 08 ROLOS (COTA ME/EPP).	327844	PK	5	621	R\$ 53,70	R\$ 33.347,70
57	PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL: CELULOSE VIRGEM, COR: BRANCA, LARGURA: 30 X 10 CM, TIPO: FOLHA SIMPLES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PICOTADO, ACONDICIONAMENTO: PACOTE COM 4 UNIDADES.	224639	PK	50	14000	R\$ 3,35	R\$ 46.900,00
58	PAPEL TOALHA INTERFOLHA, EXTRA LUXO, BRANCO E MACIO, DE 2 DOBRAS, FABRICADO COM 100% CELULOSE VIRGEM E PAPEL DE ALTA ALVURA, ISENTOS DE PRODUTOS QUÍMICOS AGRESSIVOS, ALTA ABSORÇÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 22X22CM, EMBALAGEM COM 1000 FOLHAS. MARCA DE REFERÊNCIA: NOBRE, RENOVA.	436328	EB	10	4668	R\$ 16,90	R\$ 78.889,20
59	PAPEL TOALHA INTERFOLHA, EXTRA LUXO, BRANCO E MACIO, DE 2 DOBRAS, FABRICADO COM 100% CELULOSE VIRGEM E PAPEL DE ALTA ALVURA, ISENTOS DE PRODUTOS QUÍMICOS AGRESSIVOS, ALTA ABSORÇÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 22X22CM, EMBALAGEM COM 1000 FOLHAS. MARCA DE REFERÊNCIA: NOBRE, RENOVA. (COTA ME/EPP)	436328	EB	5	1555	R\$ 16,90	R\$ 26.279,50
60	TOALHA PARA DISPENSER – PAPEL TOALHA INTERFOLHADOS; FORMATO 22X20 COM 1.000 FOLHAS: TOALHA DE PAPEL, MATERIAL: PAPEL / CELULOSE VIRGEM, TIPO FOLHA:1 DOBRA, COMPRIMENTO:22 CM, LARGURA:20,70 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:INTERFOLHADA, MACIA, ABSORVENTE ISENTO DE IMPUREZA.	301135	EB	5	4000	R\$ 20,00	R\$ 80.000,00
	PAPEL TOALHA NA COR BRANCA, FABRICADO COM 100% DE FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS, (NÃO RECICLADO) NEUTRO, ISENTO DE MATERIAL ESTRANHO, PARTÍCULAS LENHOSAS, METÁLICAS, FRAGMENTOS DE MATERIAIS						

61	PLÁSTICOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE. ROLO COM 60 FOLHAS PICOTADAS MEDINDO 22X20 CM CADA UMA. PACOTE COM DUAS UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: PERSONAL, SNOB, MILLY.	440603	PK	5	3071	R\$ 4,96	R\$ 15.232,16
62	PASTA LIMPEZA, COMPOSIÇÃO: GLICERINA, SILICONE, SOLVENTE MINERAL, DISPERSANTES, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE GRAXAS E SUJEIRAS PESADAS DAS MÃOS. EMBALAGEM COM 500G.	342648	EB	2	678	R\$ 6,99	R\$ 4.739,22
63	PASTA LIMPEZA, COMPOSIÇÃO: SABÃO DE COCO, GLICERINA, AGENTE MINERAL, CONSERVAÇÃO, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, MÁRMORES, PISOS E AZULEJOS, APRESENTAÇÃO: PASTA. EMBALAGEM 500G. MARCA UFE OU EQUIVALENTE.	335007	EB	2	360	R\$ 8,28	R\$ 2.980,80
64	PEDRA SANITÁRIA DESODORIZANTE COM SUPORTE PLÁSTICO PARA FIXAÇÃO NO VASO E REDE PROTETORA. AROMAS BRISA DO MAR, CITRUS, PINHO, LAVANDA OU FLORAL. EMBALAGEM CONTENDO 01 (UMA) UNIDADE DE 25 A 35G. MARCA DE REFERÊNCIA: MAXIPICK, GLADE, HARPIC.	234737	UN	10	8760	R\$ 1,48	R\$ 12.964,80
65	POLIDOR DE AÇO INOX E CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO FAB-MH-074- REV03. FRASCO COM 200ML	295598	FR	1	92	R\$ 23,00	R\$ 2.116,00
66	PULVERIZADOR - BORRIFADOR PULVERIZADOR. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BORRIFADOR PULVERIZADOR MANUAL SPRAY COM COMPRESSÃO PRÉVIA, ALTA PRESSÃO, 1,2 LITROS, ANATÔMICO , APARELHO MECÂNICO SOLUÇÕES LÍQUIDAS	307885	UN	2	200	R\$ 12,50	R\$ 2.500,00
67	REFIL ESFREGÃO MOP ÚMIDO. ENCAIXE COM SISTEMA DE ROSCA, MATERIAL: FIO DE ALGODÃO DE ALTA QUALIDADE, TIPO PONTA: CORTADA, APLICAÇÃO: LIMPEZA, COR: BRANCA, PESO: 340 G, COMPRIMENTO: 20 CM, LARGURA: 22 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COSTURA REFORÇADA, TIPO ESFREGÃO E LAVÁVEL, GRAMATURA: 300 GM2.	449784	UN	1	160	R\$ 21,00	R\$ 3.360,00
	REVITALIZADOR DE PLÁSTICO AUTOMOTIVO, COMPOSIÇÃO:						



68	AGENTE FORMADOR DE FILME, UMECTANTE, ANTIOXIDANTE, PIGMENTO E FRAGRÂNCIA, COM 400G, MARCA DE REFERÊNCIA: VONIXX	421259	FR	1	60	R\$ 22,00	R\$ 1.320,00
69	REVITALIZADOR DE PNEUS - PRETINHO, COMPOSIÇÃO: UMECTANTE, CORANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. COM 5L, MARCA DE REFERÊNCIA: VONIXX	342233	BB 5L	1	60	R\$ 40,00	R\$ 2.400,00
70	RODO COM SUPERFÍCIE MÍNIMA DE UTILIZAÇÃO DE 40CM, FABRICADO EM POLIPROPILENO E LÂMINA DUPLA DE BORRACHA. CABO EM MADEIRA, COM NO MÍNIMO 1,40M DE COMPRIMENTO. MARCA DE REFERÊNCIA: OPPORTUNA.	271233	UN	3	900	R\$ 28,30	R\$ 25.470,00
71	RODO DE ALUMÍNIO REFORÇADO, COM CABO EM ALUMÍNIO, MEDINDO 40 CM NA PARTE EMBORRACHADA. BORRACHA DE ALTÍSSIMA QUALIDADE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA: 122CM, LARGURA 03 CM E PROFUNDIDADE: 08CM. PESO APROXIMADO: 0,440KG.	417262	UN	1	120	R\$ 23,55	R\$ 2.826,00
72	RODO PEQUENO PARA PIA, MATERIAL CABO: ALUMÍNIO, MATERIAL SUPORTE: ALUMÍNIO, COMPRIMENTO SUPORTE: 20 CM, COR: SUPORTE E CABO NATURAL, QUANTIDADE BORRACHAS: 1 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO COLADO, ESPESSURA BORRACHA: 2,5 MM, ALTURA BORRACHA: 2,5 CM	261015	UN	2	264	R\$ 6,10	R\$ 1.610,40
73	RODO, MATERIAL CABO: ALUMÍNIO, MATERIAL SUPORTE: ALUMÍNIO, COMPRIMENTO SUPORTE: 60 CM, QUANTIDADE BORRACHAS: 1 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO APROXIMADAMENTE 1,50 M	438555	UN	2	200	R\$ 28,46	R\$ 5.692,00
74	SABÃO EM BARRA, NEUTRO, GLICERINADO, DE 200G. MARCA DE REFERÊNCIA: YPÊ, BRILHANTE.	238156	BR	5	1200	R\$ 6,43	R\$ 7.716,00
75	SABÃO EM PÓ PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA EM GERAL E LAVAGEM DE ROUPAS, COM TENSOATIVO ANIÔNICO, COADJUVANTE, SINERGISTA, BRANQUEADOR ÓPTICO E TAMPONANTES. COM CORANTE BIODEGRADÁVEL, AROMATIZADO. PACOTE COM 1KG. MARCA DE REFERÊNCIA:	226789	PK	5	3936	R\$ 5,99	R\$ 23.576,64

	OMO, ARIEL, ACE. PACOTE DE 1KG						
76	SABONETE ANTISSEPTICO PARA MÃOS E CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO – FAB-MH-076	428071	BB 5L	1	500	R\$ 20,00	R\$ 10.000,00
77	SABONETE DE ASPECTO LÍQUIDO VISCOSO, CONCENTRADO, PH ENTRE 6,0 E 6,5, VISCOSIDADE ENTRE 1,85 E 2,80 CPS, DENSIDADE ENTRE 0,99 E 1,02 G/ML, BACTERICIDA, BIODEGRADÁVEL, FORMULADO COM EXCELENTES UMECTANTES E EMOLIENTES. USO EM DISPENSERS PARA SABONETES LÍQUIDOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM 800ML. MARCA DE REFERÊNCIA: PREMISSE, PÉTALA.	384525	EB	5	2640	R\$ 5,90	R\$ 15.576,00
78	SABONETE EM BARRA, ASPECTO FÍSICO SÓLIDO, PESO 90G, PERFUMADO, FORMATO RETANGULAR OU OVALADO, SUAVE, APLICAÇÃO PELE NORMAL. MARCA DE REFERÊNCIA: LUX, DOVE.	292880	BR	10	1000	R\$ 3,15	R\$ 3.150,00
79	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 200 L, COR: PRETA, LARGURA: 90 CM, ALTURA: 110 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADO, ESPESSURA: 0,12MM , APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, MATERIAL: POLIETILENO, PACOTE COM 100 UNIDADES.	458145	PK	10	780	R\$ 107,45	R\$ 83.811,00
80	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 200 L, COR: PRETA, LARGURA: 90 CM, ALTURA: 110 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADO, ESPESSURA: 0,12MM , APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, MATERIAL: POLIETILENO, PACOTE COM 100 UNIDADES. (COTA ME/EPP)	458145	PK	5	260	R\$ 107,45	R\$ 27.937,00
81	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 50 LITROS, COR: BRANCO LEITOSO, LARGURA: 63 CM, ALTURA: 80 CM, APLICAÇÃO: HOSPITALAR, MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	353773	EB	5	945	R\$ 21,90	R\$ 20.695,50
82	SACO DE LIXO DE POLIETILENO, CAPACIDADE NOMINAL DE 100 LITROS, COR AZUL OU PRETA, MEDIDA MÍNIMA DE 80 CM DE LARGURA X 100 CM DE ALTURA, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,10	470833	EB	10	1034	R\$ 68,99	R\$ 71.335,66

	MM, SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NBR 9191/2008. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.						
83	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 100 LITROS , COR: BRANCO LEITOSO, LARGURA: 75 CM, ALTURA: 105 CM, ESPESSURA: 0,12 MM, APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS INFECTANTES SÓLIDOS, NORMAS TÉCNICAS: NBR 9195, NBR 9191, NBR 7500, MATERIAL: POLIETILENO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	397680	EB	3	300	R\$ 130,00	R\$ 39.000,00
84	SACO PLÁSTICO REFORÇADO PARA LIXO DE 50 LITROS, ESPESSURA DE NO MÍNIMO 0,08 MM, NA COR PRETA, OPACA (NÃO TRANSPARENTE), CONFECCIONADO EM POLIETILENO VIRGEM (NÃO RECICLADO); SUPORTA NO MÍNIMO 15 KG, PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES, MEDIDA MÍNIMA 63 CM DE LARGURA X 80 CM DE ALTURA, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS NBR 9190 E 9191 DA ABNT. MARCA DE REFERÊNCIA: AIROPLAST, SOMIL.	420498	PK	10	1020	R\$ 61,00	R\$ 62.220,00
85	SANITIZANTE AUTOMOTIVO, COMPOSIÇÃO: ESTE PRODUTO QUÍMICO É UMA MISTURA. NATUREZA QUÍMICA: AROMA FINALIZADOR PARA LIMPEZA DE ESTOFADOS. INGREDIENTES OU IMPUREZAS QUE CONTRIBUAM PARA O PERIGO: ND, COM 5L, MARCA DE REFERÊNCIA: VONIXX	479042	BB 5L	1	24	R\$ 81,90	R\$ 1.965,60
86	SANITIZANTE EM PÓ /GRANULADO PARA HORTIFRUTIGRANJEIROS. COMPOSIÇÃO: À BASE DE DICLOROISOCIANURATO DE SÓDIO DIHIDRATADO. TEOR DE CLORO ATIVO: GERALMENTE ENTRE 50% A 60%. REQUISITOS: DISSOLUÇÃO TOTAL E RÁPIDA EM ÁGUA. REGISTRO NA ANVISA ESPECÍFICO PARA HIGIENIZAÇÃO DE ALIMENTOS. DEVE ACOMPANHAR COLHER DOSADORA OU SER APRESENTADO EM SACHÊS INDIVIDUAIS PARA DOSAGEM PRECISA. ISENTO DE FRAGRÂNCIAS E RESÍDUOS	233825	BD 3KG	1	170	R\$ 83,98	R\$ 14.276,60

	INSOLÚVEIS. BALDE COM 3 KG. E CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO – FAB-MH-078						
87	SECANTE DE LOUÇAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO FAB-MH-070- REV03	285794	BB 5L	1	60	R\$ 61,24	R\$ 3.674,40
88	SHAMPOO AUTOMOTIVO CONCENTRADO, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO, ESPESSANTE, ALCALINIZANTE, UMECTANTE, CORANTE, PERFUME E ÁGUA. COM 5L, MARCA DE REFERÊNCIA: VONIXX	446182	BB 5L	1	36	R\$ 37,50	R\$ 1.350,00
89	SODA CÁUSTICA, EM ESCAMAS BRANCAS, AGENTE ATIVO: HIDRÓXIDO DE SÓDIO. EMBALAGEM COM 1KG. MARCA DE REFERÊNCIA: POLITRIZ.	376404	EB	2	250	R\$ 18,89	R\$ 4.722,50
90	SOLUÇÃO DE LIMPEZA MULTIUSO, COMPOSIÇÃO BÁSICA LINEAR ALQUILBENZENO, SULFONATO DE SÓDIO, TENSOA, FINALIDADE LIMPEZA E DESOXIDAÇÃO DE METAIS, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL. MARCA DE REFERÊNCIA: VEJA, AZULIM. FRASCO COM 500 ML.	454030	FR	5	930	R\$ 3,45	R\$ 3.208,50
91	TAPETE DO TIPO CAPACHO, MATERIAL: FIBRA SINTÉTICA, COMPRIMENTO: 60 CM, LARGURA: 40 CM, COR: CINZA OU PRETO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO ANTIDERRAPANTE	300417	UN	1	200	R\$ 25,75	R\$ 5.150,00
92	VASELINA LIQUIDA, COMPOSIÇÃO: VASELINA LÍQUIDA; ÓLEO MINERAL BRANCO. HIDROGENAÇÃO CATALÍTICA DE ÓLEOS BÁSICOS MINERAIS (DERIVADOS DO PETRÓLEO). ASPECTO: LÍQUIDO OLEAGINOSO, LÍMPIDO INCOLOR, NÃO FLORESCENTE; INODORO. EMB C/ 1L, MARCA DE REF.: PONTO DA QUÍMICA	421259	EB	1	60	R\$ 29,15	R\$ 1.749,00
93	VASSOURA COM CERDAS DE PÊLO SINTÉTICO, COM SUPERFÍCIE DE PLÁSTICO DE UTILIZAÇÃO DE 29 A 31 CM E CABO DE MADEIRA COM REVESTIMENTO DE PLÁSTICO, MEDINDO DE 115 A 130 CM. MARCA DE REFERÊNCIA: CONDOR, BETTANIN.	285634	UN	20	2000	R\$ 14,50	R\$ 29.000,00
	VASSOURA COM CERDAS DE PIAÇAVA NATURAL DE 16 A 18 CM, TIPO LEQUE, COM SUPERFÍCIE ÚTIL DE 30 CM, CEPA DE MADEIRA COM						

94	REVESTIMENTO DE METAL, CABO DE MADEIRA COM REVESTIMENTO DE PLÁSTICO, MEDINDO DE 115 A 130CM. MARCA DE REFERÊNCIA: ROSSI, MILAGRE, BETINA.	226140	UN	5	700	R\$ 19,58	R\$ 13.706,00
95	VASSOURA, MATERIAL CERDAS PIAÇAVA, CABO DE MADEIRA, CEPA DE MADEIRA, COMPRIMENTO DA CEPA 60CM, TIPO INSTITUCIONAL, TIPO CABO COMPRIDO, LARGURA CEPA 7,5, ALTURA CEPA 05.	230562	UN	2	320	R\$ 48,96	R\$ 15.667,20
96	CARBONATO DE SÓDIO (BARRILHA LEVE), COMPONENTE PRINCIPAL CA2 CO3. CARACTERÍSTICAS: SÓLIDO (PÓ) BRANCO, INODORO, PESO MOLECULAR (ANIDRO) DE 105,989 G /MOL E TEOR DO ATIVO PRINCIPAL DE 100,0 %. USADO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DE PISCINAS. EMBALAGEM COM 1KG	347960	EB	1	160	R\$ 18,74	R\$ 2.998,40
97	CLARIFICANTE COMO O PRINCÍPIO ATIVO DE POLICLORETO DE ALUMÍNIO, TEOR DO ATIVO DE 28%. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS: LÍQUIDA CRISTALINA COR ROSA PURPURA, TOTALMENTE SOLÚVEL EM ÁGUA E INODORO. USADO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DE PISCINAS. EMBALAGEM COM 1L.	414658	EB	1	100	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00
98	CLORO DE ORIGEM ORGÂNICA, ESTABILIZADO, COM A COMPOSIÇÃO A BASE DE DICLORO-S - TRIAZINATRIONA DE SÓDIO (DICLORO ISOCIANURATO DE SÓDIO). USADO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DE PISCINAS. BALDE COM 10 KG.	449332	BD 10KG	1	24	R\$ 165,80	R\$ 3.979,20
99	DESINFETANTE E DETERGENTE GERMICIDA PARA CÂMARAS FRIGORÍFICAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO – FAB-MH-072-REV04	620665	BB 5L	1	150	R\$ 41,50	R\$ 6.225,00
100	DETERGENTE ALCALINO SÓLIDO EM CÁPSULAS, PARA MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS INDUSTRIAL COMPATÍVEL COM AS MARCAS WINTERHALTER, NETTER E HOBART E CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO FAB-MH-069-S-REV03	244299	EMB 4KG	1	60	R\$ 40,00	R\$ 2.400,00
101	DETERGENTE LIQUIDO DESENGORDURANTE E CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO FAB-MH-075- REV04	472191	BB 5L	1	300	R\$ 47,43	R\$ 14.229,00

102	LENÇOL DESCARTÁVEL, MATERIAL PAPEL, LARGURA 0,70 CM, COMPRIMENTO 50 M, APRESENTAÇÃO ROLO, COR BRANCO. PARA MACA HOSPITALAR.	481789	RL	3	600	R\$ 13,15	R\$ 7.890,00
103	LIMPADOR IMPUREZAS, APLICAÇÃO: LIMPEZA DO FORNO COMBINADO MODELO SELF COOKING CENTE, TIPO: PASTILHA DESCALCIFICANTE	440044	EB C/ 100 PASTILHAS	1	50	R\$ 650,00	R\$ 32.500,00
104	LUVA DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA EM LÁTEX, ACONDICIONADAS EM CAIXA COM 100 UNIDADES, APROPRIADO PARA USO MÉDICO- HOSPITALAR, INDÚSTRIAS DE COSMÉTICOS, MANUSEIO DE EQUIPAMENTOS SENSÍVEIS AO CONTATO HUMANO, INDÚSTRIAS DE HIGIENE E LIMPEZA, E RAMO ALIMENTÍCIO. PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: LAGROTTA AZZURA. DEVERÁ APRESENTAR SELO DE CONFORMIDADE COMPULSÓRIO DO INMETRO, CONFORME PORTARIA Nº 485, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021.	327842	PK	5	1560	R\$ 21,93	R\$ 34.210,80
105	BOMBONA MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 100 L, PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO. COR: AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA REMOVÍVEL	392730	UN	1	35	R\$ 279,00	R\$ 9.765,00
106	DECANTADOR, COMPOSIÇÃO DE POLIACRILAMIDA CATIÔNICA E CONSERVANTE. USADO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DE PISCINAS, FRASCO DE 1 LITRO. MARCA DE REFERÊNCIA: KEEP CLOR, SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE. NECESSÁRIO REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA E VALIDADE DE NO MÍNIMO 2 ANOS APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO.	482308	UN	1	50	R\$ 14,20	R\$ 710,00
107	PORTA SABONETE LIQUIDO E OUTROS TIPOS DE LIQUIDO, EMBALAGEM DE 300 ML A 500 ML, TRANSPARENTE. MEDIDAS APROXIMADAS: 22CM ALTURA, 8CM LARGURA, 9CM COMPRIMENTO. COM VÁLVULA TIPO PUMP.	477989	UN	1	150	R\$ 6,90	R\$ 1.035,00
108	PORTA SABONETE LIQUIDO, EMBALAGEM DE 300 ML A 500 ML, DE VIDRO FOSCO. MEDIDAS APROXIMADAS: 22CM ALTURA, 8CM LARGURA, 9CM COMPRIMENTO. COM VÁLVULA	477856	UN	1	60	R\$ 20,92	R\$ 1.255,20

	TIPO PUMP NA COR PRETA, PRATA OU DOURADO.						
109	REFIL ADESIVO PARA ARMADILHA LUMINOSA COM LÂMPADA MOTA MOSCA, DIMENSÕES APROXIMADAS DE CADA REFIL: 450X220MM. CAIXA CONTENDO 1 UNIDADE.	631393	PK	10	3000	R\$ 4,54	R\$ 13.620,00
110	LIMPADOR DE PORCELANATOS, SUPERFÍCIES E PISOS 5 LITROS. DETERGENTE ALCALINO PARA LIMPEZA PESADA E REMOÇÃO DE SUJIDADES FORTEMENTE IMPREGNADAS EM PORCELANATOS ENCARDIDOS E OUTROS PISOS EM GERAL; NÃO DANIFICA O PISO, POIS LIMPA PRESERVANDO A INTEGRIDADE DO MESMO	627972	BB 5L	1	50	R\$ 144,70	R\$ 7.235,00
111	CERA ACRÍCILA PARA PISO PORCELANATO RESTAURAÇÃO DO BRILHO	456534	BB 5L	1	50	R\$ 110,00	R\$ 5.500,00
112	POLIDOR DE LOUÇA (LIMPA ALUMÍNIO LIMPEZA DE PANEIS E UTENSÍLIOS). EMB COM 200ML	444882	EB	1	600	R\$ 19,89	R\$ 11.934,00
113	RATOEIRA ADESIVA TIPO “COLA RATO”. SEM VENENO. CAIXA COM 5 UNIDADES	605353	CX	2	250	R\$ 20,98	R\$ 5.245,00
114	DIFUSOR DE AROMAS 100 ML PARA AMBIENTES. EMBALAGEM COM FRASCO, LÍQUIDO E JOGO DE VARETAS. AROMAS: LAVANDA, CAPIM LIMÃO, CHÁ BRANCO, ALECRIM, BAMBU. EMBALAGEM DE PLÁSTICO.	453077	UN	1	200	R\$ 14,00	R\$ 2.800,00
115	DIFUSOR DE AROMAS 100 ML PARA AMBIENTES. EMBALAGEM COM FRASCO, LÍQUIDO E JOGO DE VARETAS. AROMAS: LAVANDA, CAPIM LIMÃO, CHÁ BRANCO, ALECRIM, BAMBU. EMBALAGEM DE VIDRO.	453077	UN	1	60	R\$ 22,25	R\$ 1.335,00
116	RATICIDA TIPO ISCA. COMPOSTO: BROMADIOLONE. EMBALAGEM DE 200G COM SACHÊS DE 10 GRAMAS. MARCA DE REFERÊNCIA: MAKI SOFT BAIT OU SEMELHANTE	433067	EB	1	150	R\$ 44,00	R\$ 6.600,00
117	ESCOVA DE LIMPEZA MULTIUSO / VASSOURINHA DE MÃO PORTÁTIL. MATERIAL DO CABO E DO CORPO: PLÁSTICO INJETADO DURÁVEL. USOS ESPECÍFICOS DO PRODUTO: MÚLTIPLAS SUPERFÍCIES. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 27C X 14L X 7A CENTÍMETROS. CERDAS DE NYLON RESISTENTES E MACIAS.	279310	UN	5	120	R\$ 9,49	R\$ 1.138,80
	HIPOCLORITO DE SÓDIO PARA HIGIENIZAÇÃO DE						

118	HORTIFRUTIGRANJEIROS: SOLUÇÃO AQUOSA À BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO, COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,0% E 2,5% P/P. PRODUTO ISENTO DE PERFUMES, CORANTES E SUBSTÂNCIAS TÓXICAS RESIDUAIS. DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À DESINFECÇÃO DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS. REGISTRO ATIVO NA ANVISA /MS. EMBALAGEM DE 5 LITROS COM DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E INSTRUÇÕES DE DILUIÇÃO VISÍVEIS.	437161	BB 5L	1	320	R\$ 32,95	R\$ 10.544,00
119	DETERGENTE DESINCRUSTANTE CLORADO (BRANQUEADOR DE TÁBUAS DE POLIETILENO/ALTILENO). DESCRIÇÃO TÉCNICA: PRODUTO SANEANTE DE USO PROFISSIONAL, FORMULADO À BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO ESTABILIZADO E TENSOATIVOS. DEVE POSSUIR AÇÃO 3 EM 1: LIMPEZA, DESINFECÇÃO E ALVEJAMENTO (BRANQUEAMENTO) DE SUPERFÍCIES PLÁSTICAS. TEOR DE CLORO ATIVO: ENTRE 2,5% A 3,5% (OU CONFORME NECESSIDADE DE DESINCRUSTAÇÃO). CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: LÍQUIDO VISCOSO OU GEL (PARA MAIOR TEMPO DE CONTATO EM SUPERFÍCIES VERTICAIS/POROSAS). REQUISITOS SANITÁRIOS: REGISTRO ATIVO NA ANVISA NA CATEGORIA DE DESINFETANTE PARA INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS E AFINS. SEGURANÇA: ISENTO DE FRAGRÂNCIAS E CORANTES. DEVE SER FACILMENTE ENXAGUÁVEL, NÃO DEIXANDO RESÍDUOS TÓXICOS APÓS A LAVAGEM. EMBALAGEM: BOMBONA PLÁSTICA DE 1 LITRO COM IDENTIFICAÇÃO CLARA DE LOTE E VALIDADE.	600619	BB 1L	1	800	R\$ 31,65	R\$ 25.320,00
120	CONJUNTO MOP PÓ 60CM CABO DE ALUMÍNIO ANODIZADO (1,40 M X 24MM). LARGURA DE 60CM. ARMAÇÃO DOBRÁVEL EM POLIPROPILENO E AÇO GALVANIZADO LUVA COMPOSTA POR FIOS 100% ACRÍLICOS QUE PERMITEM UMA ESTÁTICA NATURAL COM RESULTADO SUPERIOR NA RETENÇÃO DE PARTÍCULAS.	415215	UN	2	114	R\$ 98,00	R\$ 11.172,00



121	REFIL MOP PÓ COM LAÇOS PARA FECHAMENTO. LARGURA DE 60CM E COMPRIMENTO 10CM. COMPOSTA POR FIOS 100% ACRÍLICOS QUE PERMITEM UMA ESTÁTICA NATURAL COM RESULTADO SUPERIOR NA RETENÇÃO DE PARTÍCULAS.	449799	UND	1	130	R\$ 45,10	R\$ 5.863,00
-----	--	--------	-----	---	-----	-----------	--------------

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **90 dias** contados do(a) **recebimento do empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.5. Em caso de divergência entre o CATMAT e a descrição do item previsto no Termo de Referência, deverá ser considerado a descrição.**

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000009/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 08/05/2025;

III) Região/Unidade: Nordeste/BANT

IV) Identificador da Futura Contratação: 120631-82/2026

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Considerando que parte dos produtos poderá estar relacionada a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013, e da Instrução Normativa IBAMA nº 23, de 23 de dezembro de 2025, somente serão aceitos produtos cujos fabricantes estejam regularmente inscritos no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, quando a respectiva atividade assim o exigir.

4.1.2. Nos casos em que a atividade de fabricação não se enquadrar nas hipóteses de obrigatoriedade de inscrição no CTF/APP, a licitante deverá apresentar declaração, firmada por seu representante legal, informando o não enquadramento do fabricante, assumindo integral responsabilidade pelas informações prestadas.

4.1.3. Quando a própria licitante figurar como fabricante do bem ofertado, a comprovação de inscrição no CTF/APP ou a declaração de não enquadramento deverá ser apresentada pela própria empresa.

4.1.4. No que se refere aos aspectos ambientais específicos do produto, somente será admitida a oferta de detergente em pó cuja composição observe os limites máximos de concentração de fósforo estabelecidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29 de abril de 2005, e na legislação ambiental correlata.

4.1.5. Os produtos de limpeza e higienização ofertados, classificados como saneantes domissanitários, deverão atender integralmente à legislação sanitária vigente, estando sujeitos ao controle e à fiscalização da vigilância sanitária, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, da RDC ANVISA nº 40, de 2008, da RDC ANVISA nº 59, de 2010, ou de outras normas que venham a substituí-las.

4.1.6. Somente será admitida a oferta de produtos devidamente notificados ou registrados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme a classe e o grau de risco, que atendam às exigências de rotulagem, composição, segurança e uso previstas na legislação sanitária aplicável, bem como que apresentem prazo de validade compatível com o período estimado de consumo.

4.1.7. A exigência de regularização sanitária constitui requisito legal e critério de sustentabilidade ambiental e de proteção à saúde pública, assegurando que os produtos adquiridos não ofereçam riscos indevidos aos usuários nem causem impactos ambientais decorrentes de formulações irregulares ou inadequadas.

4.1.8. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser observadas as seguintes condições sustentáveis adicionais:

- a) utilização de bens constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis, em conformidade com as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- b) acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas, com o menor volume possível, que utilizem materiais recicláveis, garantindo a proteção durante o transporte e o armazenamento, em consonância com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;
- c) ausência de substâncias perigosas em concentrações superiores às recomendadas pela Diretiva RoHS, tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenilpolibromados e éteres difenil-polibromados.

## **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação, a eventual indicação de marca terá caráter meramente referencial, com a finalidade de facilitar a descrição do padrão mínimo de qualidade do objeto, devendo ser admitidos produtos equivalentes, similares ou de melhor qualidade, desde que comprovado o atendimento às especificações técnicas, de desempenho e de conformidade legal estabelecidas neste Termo de Referência.

## **~~Da vedação de contratação de marca ou produto~~**

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº xxxxx-xxxxx/xxxx-xx, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~4.3.1. [...]~~

~~4.3.2. [...]~~

### **Da exigência de amostra**

~~4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.~~

~~4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

~~4.5.1. [...];~~

~~4.5.2. [...]; e~~

~~4.5.3. [...].~~

~~4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço [indicar o endereço], no prazo limite de [indicar o prazo], sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

~~4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

~~4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

~~4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~4.9.1. Itens (...): .....;~~

~~4.9.2. Itens (...): .....;~~

~~4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

~~4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de XX (xxxxx) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.~~

### **Da exigência de carta de solidariedade**

~~4.15. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

### **Subcontratação**

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.18. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos itens 55, 57 e 60, 80 conforme a tabela constante do item 1.1.

4.18.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal .

4.18.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.18.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

#### **Margem de Preferência:**

~~4.19. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência ..... [normal] OU [adicional] de ..... %, prevista no Decreto n.º ....., conforme disposto na Resolução n.º ..... da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CIGS, por se tratar de ..... [bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis].~~

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento do empenho, de acordo com a necessidade da administração.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Seção de Material de Intendência (SMI) da Base Aérea de Natal, na Rua do Especialista s/no - Emaús Parnamirim/RN. CEP: 59148-900. Após agendamento prévio por meio do telefone (84) 3644-7642. Os itens poderão ser entregues de segunda a quinta das 8h às 15h30 e as sextas de 8h às 11h30.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**7.15 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa, não cumprir as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência;**

**7.16 O descumprimento de obrigações contratuais por parte do licitante poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, mediante a instauração de Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), cujos procedimentos e dosimetria foram regulamentados pela PORTARIA GABAER No 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica no 213, de 23 NOV 2023, podendo tal normativo ser acessado pelo link <https://www.sislaer.fab.mil.br/TerminalWebCENDOC/VisualizadorHtml?codigoArquivo=38982&tipoMidia=0>**

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

~~8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.~~

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

~~8.27. A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico:~~

~~8.28. O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~8.29. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~8.29.1. R\$. .... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa:~~

~~8.29.2. (...)~~

~~8.30. Quando admitida a antecipação de pagamento, fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado, na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~8.31. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~8.32. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~8.33. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~8.34. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~8.35. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~8.36. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:~~

~~8.36.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~

~~8.36.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~

~~8.37. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

### **Cessão de Crédito**

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/04/2026.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

**9.1.1. Juntamente com a proposta a ser apresentada no pregão, o fornecedor deverá apresentar o catálogo/ficha técnica/folder ou outro meio eficaz que comprove o atendimento às características/composições determinadas nos itens da tabela 1.1., no presente Termo de Referência.**

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com a necessidade da administração.

### **CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços**

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

*9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

~~9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto) nº .....~~

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

~~9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso:~~

~~9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.~~

~~9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.~~

~~9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.~~

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação

serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.180.705,11 (dois milhões, cento e oitenta mil, setecentos e cinco reais e onze centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

~~10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.~~

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente**

~~11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~I) Gestão/unidade:-;~~

~~II) Fonte de recursos:-;~~

~~III) Programa de trabalho:-;~~

~~IV) Elemento de despesa: e~~

~~V) Plano interno:~~

~~11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.~~

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

***(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)***

### 1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 30 dias contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:



- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 15 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 dias.
- 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada*;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o

acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

*4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

*4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*

*4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Natal - RN, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SABRINA SANTOS DE LELES SILVEIRA**

Chefe da Seção de Material de Intendência



*Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 11:42:17.*

**SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA**

Ordenadora de Despesa

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ESPECIFICACOES TECNICAS.pdf (3.81 MB)



**COMANDO DA AERONÁUTICA  
SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO  
DIVISÃO DE SUBSISTÊNCIA**

**ESPECIFICAÇÃO FAB-MH-080-REV03**

**01 NOMENCLATURA**

Desincrustante ácido para remoção de instrução calcária para máquinas de lavar louças e utensílios de cozinha

**02 PART NUMBER**

FAB-MH-080

**Obs.:** é obrigatório informar o nº de controle utilizado na linha de produção da empresa (nº de referência, código ou PN).

**03 UNIDADE**

Litro

**04 APLICAÇÃO**

Serviço de Subsistência.

Remoção de incrustação calcária em máquinas de lavar louça e equipamentos de aço inoxidável em cozinhas.

Faixa de concentração de uso: diluição de 70 a 500 ml do produto para cada 5 litros de água) (CD).

**05 COMPOSIÇÃO**

- 5.1 Os agentes tensoativos aniônicos empregados devem ser biodegradáveis.
- 5.2 Somente são permitidos para comercialização dos produtos incluídos na categoria sabões, aqueles que apresentem alcalinidade livre máxima expressa em Na<sub>2</sub>O de 1% p/p.
- 5.3 Os lava louças líquidos destinados ao uso profissional que sejam corrosivos, devem comercializar-se sem incorporar componentes que possam alterar seu odor característico quando formulados com Cloro.
- 5.4 É proibida a fabricação, importação e a comercialização de produto cuja formulação contenha: Componente não permitido; componente que exceda limite estabelecido constante em regulamento específico; ou componente que apresente efeitos comprovadamente mutagênicos, teratogênicos ou carcinogênicos em mamíferos.

- 5.5 Fica restringido a produtos de uso profissional/industrial a utilização de HF, HNO<sub>3</sub>, H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub> e seus sais que os liberem nas condições de uso do produto

**Fonte:** RDC 40, de 5 de Junho de 2008; RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010.

- 5.6 Substâncias de ação conservante permitidas na formulação dos produtos saneantes:

NOME QUÍMICO	CONCENTRAÇÃO MÁXIMA PERMITIDA (% p/p)
1,2-Benzo-Isotiazolinona (BIT)	0,05 para produtos de venda livre; e 0,10 apenas para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresa especializada.
1-Fenoxi -2-Propanol	0,50
2,4 Dicloro Benzil Álcool	0,15
2-Benzil 4-Clorofenol	0,20
2-Fenoxietanol	1,00
3,4,4' Triclorocarbanilida	0,20
4,4-Dimetil-1,3-Oxazolidina	0,10
7-Etil Biciclo Oxazolidina	0,30
Ácido 4-hidroxibenzóico, seus sais e ésteres (PARABEN salts and esters)	0,40 (expresso como ácido) individual para 1 éster; e 0,80 (expresso como ácido) para mistura dos sais ou ésteres
Ácido Sórbico / Sorbato de Potássio	0,60
Álcool Benzílico	1,00
Benzoato de Sódio	1,00
Bromo-2 Nitro-2 Propanodiol	0,10
Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônio / Cloreto de Benzalcônio (C12 - C16)	0,10
Cloreto de Didecil Dimetil Amônio	0,10
Clorotalonil	0,05
Cloroxilenol	0,50
Diazolidinil Uréia	0,50
Ditiometilbenzamida	0,10
DMDM Hidantoína	0,60
Hidroximetilglicinato de Sódio	0,50
Imidazolidinil Uréia	0,60
MDM Hidantoína	0,50
Metil Bromo Glutaralnitrla	0,10
Metil Isotiazolinona (MIT)	0,01
Mistura MIT / CMIT 1:3 Metil Isotiazolinona / Metilcloro Isotiazolinona	0,0022
Octil-Isotiazolinona	0,0005
Ortofenil Fenol	0,20



Para-Cloro Meta-Cresol	0,20
Piritionato de Sódio	0,064
Piritionato de Zinco	0,50
Polihexametileno Biguanida	0,30
Propionato de N,N-didecil-N-metil-poli(oxietil)amonio	1,00
Quartenium -15 / Cloreto de 1-(3-Cloroalil)-3,5,7-Triazo-1-Azoniadamantano	0,20
Tricloro-2,4,4' hidroxí-2' difenil-éter (triclosan)	0,30

**Fonte:** Resolução Anvisa RDC Nº 30 de 4 de Julho de 2011

## 06 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS

Aspecto: Líquido;

pH: 0,5 – 3,0;

**Composição química:** Tensoativo não-iônico e Acidulante;

**Princípio Ativo:** Ácido fosfórico (nºCAS 7664-38-2) 25 – 35% (CC).

Ou

**Composição química:** Mistura balanceada de ácidos e tensoativos;

**Princípio Ativo:** Ácido nítrico (nºCAS 7697-37-2) 5 – 20% (CC).

A aquisição dar-se-á por aquele produto que for mais vantajoso economicamente.

## 07 EMBALAGEM

Bombonas de 2 a 5L

## 08 ROTULAGEM

A rotulagem deve conter informação verdadeira e suficiente de seus usos e características essenciais. Todas as frases e símbolos de inserção obrigatória devem figurar com caracteres bem visíveis, indelévels nas condições normais de uso e facilmente legíveis. A informação obrigatória não pode estar escrita sobre partes removíveis para o uso, como tampas, travas de segurança e outras, que se inutilizem ao abrir a embalagem.

### 08.01 INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NOS RÓTULOS

08.01.01 Nome comercial do produto.

08.01.02 Finalidade de uso quando não estiver contemplada no nome comercial do produto.

08.01.03 Conteúdo líquido.

08.01.04 Identificação da empresa titular do produto (razão social e endereço do local de fabricação).

8.1.6 Incompatibilidades com algum material, quando for o caso.

8.1.7 Número de lote ou partida

- 8.1.8 Data de validade
- 8.1.9 Instruções de Uso: devem constar as instruções e doses para uso adequado do produto.
- 8.1.10 Precauções segundo o tipo e destino de uso do produto.
- 8.1.11 Para produtos de uso profissional deve ser incluída a frase "Produto exclusivamente de uso profissional - proibida a venda direta ao público".
- 8.1.12 Composição química (componentes ativos e aqueles de importância toxicológica devem ser indicados por seu nome químico ou genérico, os restantes por suas funções na formulação).
- 8.1.13 As frases de advertência de acordo com a classe de risco, seguido das informações dos perigos/precauções.
- 8.1.14 Número de registro conforme publicação em D.O.U para produtos de Risco 2
- 8.1.15 Número identificador do produto, informado da seguinte forma: "PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA, N°" para produtos de Risco 1.

8.1.7 As frases:

8.1.7.1 "Mantenha fora do alcance de crianças".

8.1.7.2 "Leia atentamente o rótulo antes de usar o produto".

8.1.8 As frases de primeiros socorros:

8.1.8.1 "Em caso de contato com os olhos, lave imediatamente com água em abundância".

8.1.8.2 "Em caso de contato com a pele, lave imediatamente com água em abundância", quando corresponda.

8.1.8.3 "Em caso de ingestão, não provoque vômito e consulte imediatamente o Centro de Intoxicações ou o médico levando a embalagem ou o rótulo do produto".

8.1.9 Recomendações de segurança – indicar EPI's que devem ser utilizados (quando aplicável)

8.1.10 Recomendações para abertura da embalagem.

8.1.11 Os cuidados para a conservação.

## **8.2 SEGUNDO O TIPO DE PRODUTO E A FINALIDADE DE EMPREGO ACRESCENTAR**

08.02.01 Produtos a base de tensoativos sintéticos que contenham enzimas, alcalinizantes ou branqueadores:

08.02.01.01 "Evite o contato prolongado com a pele.

8.2.1.1 Depois de utilizar este produto, lave e seque as mãos".

8.2.1.2 Para produtos fortemente alcalinos e fortemente ácidos:

8.2.1.2.1 Frases de Advertências Gerais:

8.2.1.2.2 A sentença **ANTES DE USAR LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO** deve estar localizada no painel principal na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, disposta horizontalmente, em destaque, maiúscula e em negrito.

- 8.2.1.2.3 No rótulo do produto de venda restrita a empresas especializadas, isto é, aplicados ou manipulados exclusivamente por profissional devidamente treinado, capacitado ou por empresa especializada deve constar em destaque a expressão **PRODUTO EXCLUSIVAMENTE DE USO PROFISSIONAL - PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO**, localizada no painel principal na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, em destaque, maiúscula e em negrito.
- 8.2.1.2.4 A frase **CONSERVE FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS**, deve estar em destaque, negrito e maiúscula.
- 8.2.1.2.5 Exclusivamente para os produtos fortemente alcalinos: **PERIGO: CAUSA QUEIMADURAS GRAVES - CONTÉM PRODUTO FORTEMENTE ALCALINO\_** (mencionar o nome químico da base). Esta locução deve estar em destaque, negrito, maiúscula e acrescentada dos pictogramas de substâncias corrosivas e substâncias tóxicas.
- 8.2.1.2.6 Exclusivamente para os produtos fortemente ácidos: **PERIGO: CAUSA QUEIMADURAS GRAVES - CONTÉM PRODUTO FORTEMENTE ÁCIDO** (mencionar o nome químico do ácido). Esta locução deve estar em destaque, negrito, maiúscula e acrescentada dos pictogramas de substâncias corrosivas e substâncias tóxicas.
- 8.2.1.3 Frases de Advertências Toxicológicas:
- 8.2.1.3.1 “CUIDADO: perigosa a sua ingestão.”
- 8.2.1.3.2 “Impeça o contato com os olhos, pele e roupas durante o manuseio.”
- 8.2.1.3.3 "Frases de Recomendações de Segurança:
- 8.2.1.3.4 Quando as características do produto e uso assim indicarem “Utilize luvas de borracha e proteja os olhos durante a aplicação.”
- 8.2.1.3.5 Quando as características do produto e uso assim indicarem: “Utilize botas de proteção.”
- 8.2.1.3.6 Frases de Recomendações de Uso
- 8.2.1.3.7 “Não misture com água na embalagem original.”
- 8.2.1.3.8 “Não aplique em superfície aquecida.”
- 8.2.1.3.9 “Nunca reutilize a embalagem vazia.”
- 8.2.1.3.10 “Inserir recomendações para abertura da embalagem.”
- 8.2.1.3.11 “Inserir recomendações para armazenamento da embalagem”
- 8.2.1.3.12
- 8.2.1.4 Frases de Recomendações para Primeiro Socorros:
- 8.2.1.4.1 “Em caso de contato com os olhos ou pele lave imediatamente com água em abundância.”
- 8.2.1.4.2 “Em caso de ingestão, não provoque vômito, consulte imediatamente um Centro de Intoxicações ou Serviço de Saúde mais próximo. Sempre que possível leve o rótulo ou embalagem do produto.”

NOTA: Os dizeres abaixo também são aplicáveis à rotulagem de produtos fortemente alcalinos e fortemente ácidos visto que uma nova regulamentação foi recentemente publicada. Seus requisitos deverão ser atendidos para novos registros e revalidações de registros realizados a partir de 90 dias após a publicação da RDC 32, de 27 de junho de 2013.

## FRASES E INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA OS DIZERES DE ROTULAGEM

### 1. Frases de Advertências Gerais:

- a) a frase "ANTES DE USAR, LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO." Deve estar localizada no painel principal, na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, disposta horizontalmente, em destaque;
- b) para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresas especializadas, deve constar a expressão "PRODUTO EXCLUSIVAMENTE DE USO PROFISSIONAL - PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO."
- c) a frase "CONSERVE FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS." deve estar em destaque;
- d) deve-se inserir recomendações para abertura da embalagem;
- e) deve-se inserir recomendações para armazenamento da embalagem; e
- f) deve-se aplicar as frases da tabela 1, conforme a classificação do produto.

### 2. Figura para os produtos corrosivos:

O pictograma de corrosivo (GHS) deve constar no painel principal, na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor.

**Classificação:** CORROSIVO À PELE / LESÃO OCULAR GRAVE

### Palavra de advertência

PERIGO

**Frase de perigo:** Provoca queimadura severa à pele e dano aos olhos.  
Provoca lesões oculares graves.

### Frases de prevenção

Não inale vapores/aerossóis.

Use luvas de proteção/roupa de proteção/botas/proteção ocular/proteção facial.

Lave as mãos cuidadosamente após manuseio.

### Frases de resposta à emergência

EM CASO DE INGESTÃO: Lave a boca. NÃO provoque vômito.

EM CASO DE CONTATO COM A PELE (ou o cabelo): Retire imediatamente toda a roupa contaminada. Lave a pele com água/tome um banho. Lave a roupa contaminada antes de usá-la novamente.

EM CASO DE CONTATO COM OS OLHOS: Lave cuidadosamente com água durante vários minutos. No caso de uso de lentes de contato, remova-as, se for fácil. Continue enxaguando.

EM CASO DE INALAÇÃO: Remova a pessoa para local ventilado e em uma posição que não dificulte a respiração. Contate imediatamente CENTRO DE INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA. O número do disque-intoxicação 0800 722 6001 pode ser informado.

Tratamento específico. Contém [nome químico da(s) substância(s) corrosiva(s) à pele ou que cause(m) lesão ocular grave]

#### **Frases de recomendações e de restrições de uso**

Não misture com água na embalagem original.

Não aplique em superfície aquecida.

Nunca reutilize a embalagem vazia.

**Obs.:** Resoluções RDC Nº 40 de 5 de Junho de 2008, RDC Nº 42 de 13 de Agosto de 2009, RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010, RDC Nº 240 de 6 de Outubro de 2004 e RDC Nº32 de 27 de Junho de 2013.

### **09 DOCUMENTOS EXIGIDOS**

09.01 Regularização junto a ANVISA conforme tipo de produto – Risco II – Registro.

09.02 FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com NBR 14725 e Perfil Técnico.

09.03 As embalagens devem ser certificadas por organismos de certificação de produtos (ocp) acreditados pelo INMETRO, para que seja garantido que as mesmas mantenham condições de segurança ao transporte de materiais, de acordo com a resolução nº. 420, de 12/02/2004, da antt e com a portaria nº. 326, de 11/12/2006, do INMETRO.

09.04 Autorização de funcionamento para saneantes emitida pela ANVISA (fabricante, revendedor e distribuidor)

09.05 Licença Ambiental de órgão oficial do estado do fabricante.

09.06 Alvará Sanitário Municipal.

### **10 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

10.01 Os fabricantes de produtos saneantes devem cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos Regulamentos Técnicos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Controle (conforme Portaria Nº 327 MS, de 30 de julho de 2007).

### **11 RECEBIMENTO E RECUSA**

11.01 Será considerado aprovado o material que atender plenamente às características e às documentações exigidas; e

11.02 Será recusado o lote do material entregue cujas características e documentação não satisfaçam as exigências da presente especificação.

### **12 ACONDICIONAMENTO**

Deverão possuir embalagem plástica rígida, reforçada, de difícil ruptura, hermética, com tampa de dupla segurança, de forma a garantir que não seja aberta mesmo após a sua primeira abertura.

As embalagens e tampas dos produtos devem ser em todas suas partes resistentes a fim de manter as propriedades do produto e impedir rupturas e perdas durante o transporte, armazenamento e manipulação.



**COMANDO DA AERONÁUTICA  
SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO  
DIVISÃO DE SUBSISTÊNCIA**

**ESPECIFICAÇÃO FAB-MH-078**

**01 NOMENCLATURA**

Sanitizante clorado para frutas, verduras, legumes e superfícies

**02 PART NUMBER**

FAB-MH-078

**Obs.:** é obrigatório informar o nº de controle utilizado na linha de produção da empresa (nº de referência, código ou PN).

**03 UNIDADE**

Quilograma

**04 APLICAÇÃO**

Serviço de Subsistência.  
Desinfecção de verduras, legumes, frutas e utensílios em cozinhas industriais.

Faixa de concentração de uso: 0,1% - 0,2% ( 1 a 2 gramas por litro de água).

**05 COMPOSIÇÃO**

- 5.1 Somente serão permitidas como princípios ativos de produtos com ação antimicrobiana, substâncias comprovadamente aceitas pela EPA, FDA ou Comunidade Européia.
- 5.2 Poderão existir produtos com ação antimicrobiana formulados com substâncias ou mistura de substâncias que não são classificadas individualmente como princípios ativos com atividade antimicrobiana, desde que proporcionem a ação desejada.
- 5.3 Não serão permitidas nas formulações substâncias que sejam comprovadamente carcinogênicas, mutagênicas e teratogênicas para o homem, segundo a Agência Internacional de Investigação sobre o Câncer - (IARC/OMS).
- 5.4 Os produtos destinados à desinfecção de água para o consumo humano ou desinfecção de hortifrutícolas deverão comprovar sua eficácia frente a *Escherichia coli* e *Enterococcus Faecium*, utilizando a metodologia empregada pelo

INCQS/FIOCRUZ para desinfetantes para águas de piscinas, no tempo e concentração recomendados no rótulo do produto pelo fabricante.

## 5.5 PRINCÍPIOS ATIVOS AUTORIZADOS

5.5.1 Sulfato de cobre

5.5.2 Hipoclorito de sódio

5.5.3 Hipoclorito de cálcio

5.5.4 Hipoclorito de lítio

5.5.5 Quaternários de amônio

5.5.6 Ácido dicloroisocianúrico e seus sais de sódio e potássio

5.5.7 Ácido tricloroisocianúrico e seus sais de sódio e potássio

**Fonte:** RDC 40, de 5 de Junho de 2008; RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010 e RDC Nº 14 de 28 de Fevereiro de 2007, Portaria 152, de 26 de fevereiro de 1999 e RDC 77, de 16 de abril de 2001.

5.6 - Substâncias de ação conservante permitidas na formulação dos produtos saneantes:

NOME QUÍMICO	CONCENTRAÇÃO MÁXIMA PERMITIDA (% p/p)
1,2-Benzo-Isotiazolinona (BIT)	0,05 para produtos de venda livre; e 0,10 apenas para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresa especializada.
1-Fenoxi -2-Propanol	0,50
2,4 Dicloro Benzil Álcool	0,15
2-Benzil 4-Clorofenol	0,20
2-Fenoxietanol	1,00
3,4,4' Triclorocarbanilida	0,20
4,4-Dimetil-1,3-Oxazolidina	0,10
7-Etil Biciclo Oxazolidina	0,30
Ácido 4-hidroxibenzóico, seus sais e ésteres (PARABEN salts and esters)	0,40 (expresso como ácido) individual para 1 éster; e 0,80 (expresso como ácido) para mistura dos sais ou ésteres
Ácido Sórbico / Sorbato de Potássio	0,60
Álcool Benzílico	1,00
Benzoato de Sódio	1,00
Bromo-2 Nitro-2 Propanodiol	0,10
Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônio / Cloreto de Benzalcônio (C12 - C16)	0,10
Cloreto de Didecil Dimetil Amônio	0,10
Clorotalonil	0,05
Cloroxilenol	0,50
Diazolidinil Uréia	0,50
Ditiometilbenzamida	0,10
DMDM Hidantoína	0,60
Hidroximetilglicinato de Sódio	0,50
Imidazolidinil Uréia	0,60
MDM Hidantoína	0,50



Metil Bromo Glutaralnitrla	0,10
Metil Isotiazolinona (MIT)	0,01
Mistura MIT / CMIT 1:3 Metil Isotiazolinona / Metilcloro Isotiazolinona	0,0022
Octil-Isotiazolinona	0,0005
Ortofenil Fenol	0,20
Para-Cloro Meta-Cresol	0,20
Piritionato de Sódio	0,064
Piritionato de Zinco	0,50
Polihexametileno Biguanida	0,30
Propionato de N,N-didecil-N-metil-poli(oxietil)amonio	1,00
Quartenium -15 / Cloreto de 1-(3-Cloroalil)-3,5,7-Triazo-1-Azoniadamantano	0,20
Tricloro-2,4,4' hidroxí-2' difenil-éter (triclosan)	0,3

Fonte: Resolução Anvisa RDC Nº 30 de 4 de Julho de 2011.

## 06 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS

Aspecto: Pó;  
pH: 7,0 – 10,0;

**Composição Química:** Agente alcalino e Agente sanitizante;

**Princípio Ativo:** Cloro ativo (Dicloroisocianurato de sódio)

Princípio ativo aprovado pelo Ministério da Saúde para desinfecção de água para consumo humano (Portaria Nº 152 - ANVISA, Resolução Nº 150 – ANVISA) (CC).

## 07 EMBALAGEM

Balde de 2 a 5Kg

### 08.01 INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NOS RÓTULOS

08.01.01 Nome comercial do produto.

08.01.02 Fianlidade de uso quando não estiver contemplada no nome comercial do produto.

08.01.03 Conteúdo líquido.

08.01.04 Identificação da empresa titular do produto (razão social e endereço do local de fabricação).

8.1.6 Incompatibilidades com algum material, quando for o caso.

8.1.7 Limitações de uso: de acordo com a s características da formulação.

8.1.8 Número de lote ou partida

8.1.9 Data de validade

- 8.1.10 Instruções de Uso: devem constar as instruções e doses para uso adequado do produto.
- 8.1.11 Precauções segundo o tipo e destino de uso do produto.
- 8.1.12 Para produtos de uso profissional deve ser incluída a frase "Produto exclusivamente de uso profissional - proibida a venda direta ao público".
- 8.1.13 Composição indicar os princípios ativos e outros componentes de importância toxicológica pelo nome técnico com a respectiva concentração em percentagem peso/peso ou peso/volume e os demais componentes por sua função
- 8.1.14 As frases de advertência de acordo com a classe de risco, seguido das informações dos perigos/precauções.
- 8.1.15 Número de registro no Ministério da Saúde, conforme publicação em D.O.U
- 8.1.16 As frases:
  - 8.1.16.1 "Mantenha fora do alcance de crianças".
  - 8.1.16.2 "Leia atentamente o rótulo antes de usar o produto".
  - 8.1.16.3 As frases de primeiros socorros:
  - 8.1.16.4 "Em caso de contato com os olhos, lave imediatamente com água em abundância".
  - 8.1.16.5 "Em caso de contato com a pele, lave imediatamente com água em abundância", quando corresponda.
  - 8.1.16.6 "Em caso de ingestão, não provoque vômito e consulte imediatamente o Centro de Intoxicações ou o médico levando a embalagem ou o rótulo do produto".
- 8.1.17 Recomendações de segurança – indicar EPI's que devem ser utilizados (quando aplicável)
- 8.1.18 Recomendações para abertura da embalagem.
- 8.1.19 Os cuidados para a conservação.

## **8.2 SEGUNDO O TIPO DE PRODUTO E A FINALIDADE DE EMPREGO ACRESCENTAR**

- 8.2.1 Além de atender às exigências apresentadas, os produtos com ação antimicrobiana deverão incluir no rótulo:
  - 8.2.1.1 Classificação: no painel principal junto ao nome do produto.
  - 8.2.1.2 Frases relacionadas com o risco, frases de advertências e de primeiros socorros.
  - 8.2.1.3 Restrições de uso (se for o caso).
  - 8.2.1.4 Diluição de uso: se for o caso, deve ser expressa em porcentagem, relação produto/diluyente e seus equivalentes no Sistema Métrico Decimal.
  - 8.2.1.5 Tempo de contato: segundo o uso proposto.
  - 8.2.1.6 Limitações de uso: de acordo com as características da formulação.
  - 8.2.1.7 "ANTES DE USAR LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO"; frase obrigatória para todos os produtos compreendidos neste Regulamento, no painel principal, em destaque.
  - 8.2.1.8 Princípios ativos: nomes químicos ou técnicos com suas respectivas concentrações no painel principal do produto ou no secundário.
  - 8.2.1.9 Número do registro com a sigla da Autoridade competente.
- 8.2.2 Em todos os rótulos dos produtos com ação antimicrobiana deverão constar as seguintes frases:

- 8.2.2.1 “CUIDADO! Irritante para os olhos, pele e mucosas.” - esta frase poderá ser omitida se for comprovado que o produto enquadra-se na classificação dérmica e ocular primária como “não irritante” ou “levemente irritante”, de acordo com o teste de Draize em coelhos albinos ou através de ensaios in vitro devidamente validados e aceitos pela Autoridade Sanitária competente.
- 8.2.2.2 “Não misturar com outros produtos”, exceto se tal procedimento estiver indicado pelo fabricante no rótulo.
- 8.2.2.3 “Usar luvas para sua aplicação.” - esta frase poderá ser omitida se for comprovado que o produto enquadra-se na classificação dérmica primária como “não irritante” ou “levemente irritante”, de acordo com o teste de Draize em coelhos albinos ou através de ensaios in vitro devidamente validados e aceitos pela Autoridade Sanitária competente.
- 8.2.2.4 “Não utilizar para desinfecção de alimentos”, quando for o caso.
- 8.2.2.5 “Não ingerir.”
- 8.2.2.6 “Conservar fora do alcance de crianças e animais domésticos.” (em destaque)
- 8.2.2.7 “Manter o produto em sua embalagem original.”
- 8.2.2.8 “Não reutilizar as embalagens.”
- 8.2.2.9 “Evite contato do produto concentrado com os olhos e a pele.”
- 8.2.2.10 “Evite a inalação do produto concentrado.”
- 8.2.3 Frases de primeiros socorros:
- 8.2.3.1 “Em caso de contato direto do produto concentrado com a pele ou os olhos, lavar as partes atingidas com água corrente em abundância e persistindo irritação procurar o Serviço de Saúde, levando a embalagem ou o rótulo do produto.”
- 8.2.3.2 “Se inalado em excesso, remover a pessoa para local ventilado.”
- 8.2.3.3 “No caso de ingestão do produto concentrado procurar o Centro de Intoxicações ou o Serviço de Saúde, levando a embalagem ou o rótulo do produto.”

**Obs.:** Resoluções RDC N° 40 de 5 de Junho de 2008, RDC N° 42 de 13 de Agosto de 2009, RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010, Portaria N°152, de 26 de fevereiro de 1999, RDC N° 77 de 16 de abril de 2001 e RDC N° 14 de 28 de fevereiro de 2007.

## **09 DOCUMENTOS EXIGIDOS**

- 09.01 Regularização junto a ANVISA conforme tipo de produto.
- 09.02 FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com NBR 14725 e Perfil Técnico.
- 09.03 Autorização de funcionamento para saneantes emitida pela ANVISA (fabricante, revendedor e distribuidor).
- 09.04 Licença Ambiental de órgão oficial do estado do fabricante.
- 09.05 Alvará Sanitário Municipal.

## **10 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

10.01 Os fabricantes de produtos saneantes devem cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos Regulamentos Técnicos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Controle (conforme Portaria Nº 327 MS, de 30 de julho de 2007).

## **11 RECEBIMENTO E RECUSA**

11.01 Será considerado aprovado o material que atender plenamente às características e às documentações exigidas.

11.02 Será recusado o lote do material entregue cujas características e documentação não satisfaçam as exigências da presente especificação.

## **12 ACONDICIONAMENTO**

Deverão possuir embalagem plástica rígida, reforçada, de difícil ruptura, hermética, com tampa de dupla segurança, de forma a garantir que não seja aberta mesmo após a sua primeira abertura.

As embalagens e tampas dos produtos devem ser em todas suas partes resistentes a fim de manter as propriedades do produto e impedir rupturas e perdas durante o transporte, armazenamento e manipulação.



**COMANDO DA AERONÁUTICA  
SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO  
DIVISÃO DE SUBSISTÊNCIA**

**ESPECIFICAÇÃO FAB-MH-072-REV04**

**01 NOMENCLATURA**

Detergente líquido germicida para câmaras frigoríficas.

**02 PART NUMBER**

FAB-MH-072

**Obs.:** é obrigatório informar o nº de controle utilizado na linha de produção da empresa (nº de referência, código ou PN).

**03 UNIDADE**

Litro

**04 APLICAÇÃO**

Serviço de Subsistência.  
Higienização de câmaras frigoríficas e lixo.  
Faixa de concentração de uso: 0,2 a 0,6 % (2,0 a 6,0 ml por litro de água)

**05 COMPOSIÇÃO**

05.01 Somente são permitidos para comercialização dos produtos incluídos na categoria sabões, aqueles que apresentem alcalinidade livre máxima expressa em Na<sub>2</sub>O de 1% p/p.

05.02 Os lava louças líquidos destinados ao uso profissional que sejam corrosivos, devem comercializar-se sem incorporar componentes que possam alterar seu odor característico quando formulados com Cloro.

05.03 É proibida a fabricação, importação e a comercialização de produto cuja formulação contenha: Componente não permitido; componente que exceda limite estabelecido constante em regulamento específico; ou componente que apresente efeitos comprovadamente mutagênicos, teratogênicos ou carcinogênicos em mamíferos.

05.04 Fica restringido a produtos de uso profissional/industrial a utilização de HF, HNO<sub>3</sub>, H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub> e seus sais que os liberem nas condições de uso do produto

**Fonte:** RDC 40, de 5 de Junho de 2008; RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010.

05.05 Substâncias de ação conservante permitidas na formulação dos produtos saneantes:

NOME QUÍMICO	CONCENTRAÇÃO MÁXIMA PERMITIDA (% p/p)
1,2-Benzo-Isotiazolinona (BIT)	0,05 para produtos de venda livre; e 0,10 apenas para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresa especializada.
1-Fenoxi -2-Propanol	0,50
2,4 Dicloro Benzil Álcool	0,15
2-Benzil 4-Clorofenol	0,20
2-Fenoxietanol	1,00
3,4,4' Triclorocarbanilida	0,20
4,4-Dimetil-1,3-Oxazolidina	0,10
7-Etil Biciclo Oxazolidina	0,30
Ácido 4-hidroxibenzóico, seus sais e ésteres (PARABEN salts and esters)	0,40 (expresso como ácido) individual para 1 éster; e 0,80 (expresso como ácido) para mistura dos sais ou ésteres
Ácido Sórbico / Sorbato de Potássio	0,60
Álcool Benzílico	1,00
Benzoato de Sódio	1,00
Bromo-2 Nitro-2 Propanodiol	0,10
Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônio / Cloreto de Benzalcônio (C12 - C16)	0,10
Cloreto de Didecil Dimetil Amônio	0,10
Clorotalonil	0,05
Cloroxilenol	0,50
Diazolidinil Uréia	0,50
Ditiometilbenzamida	0,10
DMDM Hidantoína	0,60
Hidroximetilglicinato de Sódio	0,50
Imidazolidinil Uréia	0,60
MDM Hidantoína	0,50
Metil Bromo Glutaralnitrla	0,10
Metil Isotiazolinona (MIT)	0,01
Mistura MIT / CMIT 1:3 Metil Isotiazolinona / Metilcloro Isotiazolinona	0,0022
Octil-Isotiazolinona	0,0005
Ortofenil Fenol	0,20
Para-Cloro Meta-Cresol	0,20
Piritionato de Sódio	0,064
Piritionato de Zinco	0,50
Polihexametileno Biguanida	0,30
Propionato de N,N-didecil-N-metil-poli(oxietil)amonio	1,00
Quartenium -15 / Cloreto de 1-(3-Cloroalil)-3,5,7-Triazo-1-Azoniadamantano	0,20

Tricloro-2,4,4' hidroxi-2' difenil-éter (triclosan)	0,30
---	------

Fonte: Resolução Anvisa RDC Nº 30 de 4 de Julho de 2011

## 06 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS

Aspecto: Líquido;  
pH: 10,0 – 14,0

**Composição química:** Tensoativo não aniônico, Agente germicida, Sequestrante, Umectante e Alcalinizante;(CC) ou Associação de quaternários de amônio d quinta geração, corante, coadjuvante e veículo.

**Princípios Ativos:** Cloreto de alquildimetilbenzil amônio, Cloreto de didecilbenzil amônio, Cloreto de N-alquildimetil benzil amônio

## 07 EMBALAGEM

Bombonas de 2 a 5L

## 08 ROTULAGEM

A rotulagem deve conter informação verdadeira e suficiente de seus usos e características essenciais. Todas as frases e símbolos de inserção obrigatória devem figurar com caracteres bem visíveis, indelévels nas condições normais de uso e facilmente legíveis. A informação obrigatória não pode estar escrita sobre partes removíveis para o uso, como tampas, travas de segurança e outras, que se inutilizem ao abrir a embalagem.

### 08.01 INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NOS RÓTULOS

- 08.01.01 Nome comercial do produto.
- 08.01.02 Finalidade de uso quando não estiver contemplada no nome comercial do produto.
- 08.01.03 Conteúdo líquido.
- 08.01.04 Identificação da empresa titular do produto (razão social e endereço do local de fabricação).
- 08.01.05 Incompatibilidades com algum material, quando for o caso.
- 08.01.06 Número de lote ou partida
- 08.01.07 Data de validade
- 08.01.08 Instruções de Uso: devem constar as instruções e doses para uso adequado do produto.
- 08.01.09 Precauções segundo o tipo e destino de uso do produto.
- 08.01.10 Para produtos de uso profissional deve ser incluída a frase "Produto exclusivamente de uso profissional - proibida a venda direta ao público".

- 08.01.11 Composição química (componentes ativos e aqueles de importância toxicológica devem ser indicados por seu nome químico ou genérico, os restantes por suas funções na formulação).
- 08.01.12 As frases de advertência de acordo com a classe de risco, seguido das informações dos perigos/precauções.
- 08.01.13 Número de registro conforme publicação em D.O.U
- 08.01.14 As frases:
- 08.01.15 "Mantenha fora do alcance de crianças".
- 08.01.15.01 "Leia atentamente o rótulo antes de usar o produto".
- 08.01.15.02 As frases de primeiros socorros:
- 08.01.15.03 "Em caso de contato com os olhos, lave imediatamente com água em abundância".
- 08.01.15.04 "Em caso de contato com a pele, lave imediatamente com água em abundância", quando corresponda.
- 08.01.05.05 "Em caso de ingestão, não provoque vômito e consulte imediatamente o Centro de Intoxicações ou o médico levando a embalagem ou o rótulo do produto".
- 08.01.16 Recomendações de segurança – indicar EPI's que devem ser utilizados (quando aplicável)
- 08.01.17 Recomendações para abertura da embalagem.
- 08.01.18 Os cuidados para a conservação.

## **08.02 SEGUNDO O TIPO DE PRODUTO E A FINALIDADE DE EMPREGO ACRESCENTAR**

- 8.2.1 Além de atender às exigências apresentadas, os produtos com ação antimicrobiana deverão incluir no rótulo:
- 8.2.1.1 Classificação: no painel principal junto ao nome do produto.
- 8.2.1.2 Frases relacionadas com o risco, frases de advertências e de primeiros socorros.
- 8.2.1.3 Restrições de uso (se for o caso).
- 8.2.1.4 Instruções de uso: no painel principal ou no painel secundário.
- 8.2.1.5 Diluição de uso: se for o caso, deve ser expressa em porcentagem, relação produto/diluyente e seus equivalentes no Sistema Métrico Decimal.
- 8.2.1.6 Tempo de contato: segundo o uso proposto.
- 8.2.1.7 Limitações de uso: de acordo com as características da formulação.
- 8.2.1.8 “ANTES DE USAR LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO”; frase obrigatória para todos os produtos compreendidos neste Regulamento, no painel principal, em destaque.
- 8.2.1.9 Princípios ativos: nomes químicos ou técnicos com suas respectivas concentrações no painel principal do produto ou no secundário.
- 8.2.1.10 Número do registro com a sigla da Autoridade competente.
- 8.2.2 Em todos os rótulos dos produtos com ação antimicrobiana deverão constar as seguintes frases:
- 8.2.2.1 “CUIDADO! Irritante para os olhos, pele e mucosas.” - esta frase poderá ser omitida se for comprovado que o produto enquadra-se na classificação dérmica e ocular primária como “não irritante” ou “levemente irritante”, de acordo com o teste de Draize em coelhos albinos ou através de ensaios in vitro devidamente validados e aceitos pela Autoridade Sanitária competente.



- 8.2.2.2 “Não misturar com outros produtos”, exceto se tal procedimento estiver indicado pelo fabricante no rótulo.
- 8.2.2.3 “Usar luvas para sua aplicação.” - esta frase poderá ser omitida se for comprovado que o produto enquadra-se na classificação dérmica primária como “não irritante” ou “levemente irritante”, de acordo com o teste de Draize em coelhos albinos ou através de ensaios in vitro devidamente validados e aceitos pela Autoridade Sanitária competente.
- 8.2.2.4 “Não utilizar para desinfecção de alimentos”, quando for o caso.
- 8.2.2.5 “Não ingerir.”
- 8.2.2.6 “Conservar fora do alcance de crianças e animais domésticos.” (em destaque)
- 8.2.2.7 “Manter o produto em sua embalagem original.”
- 8.2.2.8 “Não reutilizar as embalagens.”
- 8.2.3 Frases de primeiros socorros:
- 8.2.3.1 “Em caso de contato com os olhos e pele, lavar com água em abundância durante 15 minutos. Se a irritação persistir consulte um médico, levando a embalagem ou o rótulo do produto.”
- 8.2.3.2 “Em caso de ingestão acidental, não induzir o vômito. Consulte um médico imediatamente, levando a embalagem ou o rótulo do produto.”
- 8.2.4 Para produtos com ação antimicrobiana que sejam cáusticos/corrosivos, deverão ser acrescentadas as seguintes frases:
- 8.2.4.1 “PERIGO! Causa danos se ingerido.” ou “PERIGO! Pode ser fatal se ingerido.” e/ou “PERIGO! Pode ser fatal se inalado ou absorvido pela pele.” (conforme o caso). Esta frase deverá constar no painel principal.
- 8.2.4.2 “CORROSIVO!/ CÁUSTICO! Causa queimaduras graves em contato com os olhos, pele e mucosas.” Esta frase deverá constar no painel principal.
- 8.2.4.3 “Usar equipamentos de proteção adequados, tais como, luvas, óculos de proteção, avental etc.”

NOTA: Os dizeres abaixo também são aplicáveis à rotulagem de produtos fortemente alcalinos e fortemente ácidos visto que uma nova regulamentação foi recentemente publicada. Seus requisitos deverão ser atendidos para novos registros e revalidações de registros realizados a partir de 90 dias após a publicação da RDC 32, de 27 de junho de 2013.

## FRASES E INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA OS DIZERES DE ROTULAGEM

### 1. Frases de Advertências Gerais:

a) a frase "ANTES DE USAR, LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO." Deve estar localizada no painel principal, na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, disposta horizontalmente, em destaque;

b) para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresas especializadas, deve constar a expressão "PRODUTO EXCLUSIVAMENTE DE USO PROFISSIONAL - PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO." localizada no painel principal, na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, em destaque, em letras maiúsculas, em negrito, ocupando uma área igual à ocupada pelo

nome comercial ou tendo cada uma das letras altura de, no mínimo, 1/25 (um vinte e cinco avos) da maior altura do painel principal com não menos que 0,3 cm;

c) a frase "CONSERVE FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS." deve estar em destaque;

d) deve-se inserir recomendações para abertura da embalagem;

e) deve-se inserir recomendações para armazenamento da embalagem; e

f) deve-se aplicar as frases da tabela 1, conforme a classificação do produto.

2. Figura para os produtos corrosivos:

O pictograma de corrosivo (GHS) deve constar no painel principal, na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor.

**Classificação:** CORROSIVO À PELE / LESÃO OCULAR GRAVE

#### **Palavra de advertência**

PERIGO

**Frase de perigo;** provoca queimadura severa à pele e dano aos olhos.

Provoca lesões oculares graves.

#### **Frases de prevenção**

Não inale vapores/aerossóis.

Use luvas de proteção/roupa de proteção/botas/proteção ocular/proteção facial.

Lave as mãos cuidadosamente após manuseio.

#### **Frases de resposta à emergência**

EM CASO DE INGESTÃO: Lave a boca. NÃO provoque vômito.

EM CASO DE CONTATO COM A PELE (ou o cabelo): Retire imediatamente toda a roupa contaminada. Lave a pele com água/tome um banho. Lave a roupa contaminada antes de usá-la novamente.

EM CASO DE CONTATO COM OS OLHOS: Lave cuidadosamente com água durante vários minutos. No caso de uso de lentes de contato, remova-as, se for fácil. Continue enxaguando.

EM CASO DE INALAÇÃO: Remova a pessoa para local ventilado e em uma posição que não dificulte a respiração. Contate imediatamente CENTRO DE INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA. O número do disque-intoxicação 0800 722 6001 pode ser informado.

Tratamento específico. Contém [nome químico da(s) substância(s) corrosiva(s) à pele ou que cause(m) lesão ocular grave]

#### **Frases de recomendações e de restrições de uso**

Não misture com água na embalagem original.

Não aplique em superfície aquecida.

Nunca reutilize a embalagem vazia.

**Obs.:** Resoluções RDC N° 40 de 5 de Junho de 2008, RDC N° 42 de 13 de Agosto de 2009, RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010, RDC N° 240 de 6 de Outubro de 2004 e RDC N°32 de 27 de Junho de 2013 e RDC N° 14 de 28 de fevereiro de 2007.

## **09 DOCUMENTOS EXIGIDOS**

09.01 Regularização junto a ANVISA conforme tipo de produto

09.02 FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com NBR 14725 e Perfil Técnico.

09.03 Autorização de funcionamento para saneantes emitida pela ANVISA (fabricante, revendedor e distribuidor).

09.04 Licença Ambiental de órgão oficial do estado do fabricante.

09.05 Alvará Sanitário Municipal.

## **10 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

10.01 Os fabricantes de produtos saneantes devem cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos Regulamentos Técnicos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Controle (conforme Portaria N° 327 MS, de 30 de julho de 2007).

10.02 – Para uso em câmaras frigoríficas o produto deve estar registrado junto á ANVISA sob categoria Desinfetante para Indústrias Alimentícias e Afins.

## **11 RECEBIMENTO E RECUSA**

11.01 Será considerado aprovado o material que atender plenamente às características e às documentações exigidas.

11.02 Será recusado o lote do material entregue cujas características e documentação não satisfaçam as exigências da presente especificação.

## **12 ACONDICIONAMENTO**

Deverão possuir embalagem plástica rígida, reforçada, de difícil ruptura, hermética, com tampa de dupla segurança, de forma a garantir que não seja aberta mesmo após a sua primeira abertura.

As embalagens e tampas dos produtos devem ser em todas suas partes resistentes a fim de manter as propriedades do produto e impedir rupturas e perdas durante o transporte, armazenamento e manipulação.



**COMANDO DA AERONÁUTICA  
SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO  
DIVISÃO DE SUBSISTÊNCIA**

**ESPECIFICAÇÃO FAB-MH-076-REV02**

**01 NOMENCLATURA**

Sabonete líquido antisséptico para higiene das mãos

**02 PART NUMBER**

PN	FAB-MH-076
----	------------

**Obs.:** é obrigatório informar o nº de controle utilizado na linha de produção da empresa (nº de referência, código ou PN).

**03 UNIDADE**

Litro

**04 APLICAÇÃO**

Serviço de Subsistência.

Limpeza e assepsia das mãos com eficácia contra um amplo espectro de microorganismos (Staphylococcus aureus, Escherichia coli, Pseudomonas aeruginosa, e Salmonella choleraesuis).

Faixa de concentração de uso: Puro (CD).

**05 COMPOSIÇÃO**

05.01 Substâncias de ação conservante permitidas na formulação dos produtos cosméticos

SUBSTÂNCIA	MÁXIMA CONCENTRAÇÃO AUTORIZADA
Ácido benzóico (número CAS 65-85-0) e respectivo sal de sódio (número CAS 532-32-1) (*) (BENZOIC ACID, SODIUM	a) 2,5 % (ácido) Produtos que se enxáguem, exceto os produtos para higiene bucal

BENZOATE)	b) 1,7 % (ácido) Produtos de higiene bucal c) 0,5 % (ácido) Produtos que não se enxáguem
Sais de ácido benzóico não incluídos no número de ordem 1 e ésteres de ácido benzóico	0,5% (expresso como ácido)
Ácido propiônico e seus sais (PROPIONIC ACID & salts)	2,0% (expresso como ácido)
Ácido salicílico e seus sais (*) (SALICYLIC ACID & salts)	0,5% (expresso como ácido)
Ácido sórbico e seus sais (SORBIC ACID & salts)	0,6% (expresso como ácido)
Sorbato de Trietanolamina (*)	0,6% (expresso como ácido)
Bifenil-2-ol (o-fenilfenol) e seus sais (O-PHENYLPHENOL & salts)	0,2% (expresso como fenol)
Piritionato de zinco (*) (número CAS 13463-41-7) (ZINC PYRITHIONE)	a) 1,0% produtos capilares b) 0,5% outros produtos
Sulfitos e Bisulfitos inorgânicos (*) (AMMONIUM SULFITE & BISULFITE, etc.)	0,2% (expresso como SO2 livre)
1,1,1-Tricloro-2-metilpropanol-2(clorobutanol) (CHLOROBUTANOL)	0,5%
Ácido 4-hidroxibenzóico, seus sais e ésteres (4-HIDROXYBENZOIC ACID,salts & esters:METHYLPARABEN, PROPILPARABEN,etc)	a) 0,4%( expresso como ácido) individual b) 0,8% (expresso como ácido) para misturas de sais ou ésteres
Ácido dehidroacético e seus sais (DEHYDROACETIC ACID & salts)	0,6% (expresso como ácido)
Ácido fórmico e seu sal sódico (FORMIC ACID & sodium salt)	0,5% (expresso como ácido)
3,3'-Dibromo-4,4'hexametenodioxidibenzamidina e seus sais (incluindo isotionato) (dibromohexamidina) (DIBROMOHEXAMIDINE & salts)	0,1%
Tiosalicilato de etilmercúrio sódico (THIMEROSAL)	0,007% (de Hg).Se misturado com outros compostos mercuriais o total de Hg não pode ser maior que 0,007% no produto final.
Fenilmercúrio e seus sais (incluindo borato) (PHENYLMERCURIC & salts) PHENYL MERCURIC BORATE (*)	0,007% (de Hg).Se misturado com outros compostos mercuriais o total de Hg não pode ser maior que 0,007% no produto final.

Ácido undecanóico-10-eno, (undecilênico), seus sais, ésteres, aminas e sulfosuccinato(*) (UNDECYLENIC ACID & SALTS)	0,2% (expresso como ácido)
Amino-5-bis(etil-2-hexil)-1,3 metil-5-perhidropirimidina (HEXETIDINE)	0,1%
5-Bromo-5-nitro-1,3 dioxano (5-BROMO-5-NITRO-1,3DIOXANE)	0,1%
2-Bromo-2-nitropropano-1,3-diol (Bronopol) (2-BROMO-2NITROPROPANE-1,3-DIOL)	0,1%
3,4,4'- Triclorocarbanilida (*) (TRICHLOCARBAN)	0,2%
p-cloro-metacresol (*) (p-CHLORO-m-CRESOL)	0,2%
p-cloro-metaxilenol (CHLOROXYLENOL)	0,5%
Imidazolidinil uréia (IMIDAZOLIDINYL UREA)	0,6%
Cloridrato de polihexametileno biguanida (POLYAMINOPROPYL BIGUANIDE)	0,3%
2-Fenoxietanol (PHENOXYETHANOL)	1,0%
6-Clorotimol	0,1%
Cloreto de 1-(3-cloroalil)-3,5,7triazó-1-azoniadamantano (QUATERNIUM 15)	0,2%
1-(4-clorofenoxi)-1-(1imidazolil)-3,3-dimetil-2-butanona (CLIMBAZOLE)	0,5%
1,3-Dimetilol-5,5dimetilhidantoína (DMDM HYDANTOIN)	0,6%
2-Feniletanol	0,5%
Álcool benzílico (*) (BENZYL ALCOHOL)	1,0%
1-Hidroxi-4-metil-6-(2,4,4trimetilpentil)-2-piridona e seus sais de monoetanolamina (Octopirox) (*) (PIROCTONE OLAMINE)	a) 1,0% Para produtos que se enxáguem b) 0,5% Para produtos que não se enxáguem
4-Isopropil-m-cresol (O-CYMEN-5-OL)	0,1%
Mistura de 5-cloro-2-metil-4isotiazolina-3-ona e 2-metil-4isotiazolina-3-ona com cloreto de magnésio e nitrato de magnésio (3:1) (METHYLISOTHIAZOLINONE + METHYL CHLORO ISOTHIAZOLINONE)	0,0015% (de uma mistura na proporção 3:1 de 5-cloro-2-methylisothiazol-3(2H)one e 2methylisothiazol3(2H)-one)
2-Benzil-4-Clorofenol (CHLOROPHENE)	0,2%
2-Cloroacetamida (CHLORACETAMIDE)	0,3%

Bis-(p-clorofenildiguanida)-1,6hexano: acetato, gluconato e cloridrato (CHLORHEXIDINE DIACETATE, DIGLUCONATE DIHYDROCHLORIDE,)	0,3% (expresso como clorohexidina)
1-Fenoxi-2-propanol (*) (PHENOXYISOPROPANOL)	1,0%
4,4-Dimetil-1,3-oxazolidina (DIMETHYL OXAZOLIDINE)	0,1%
N-(hidroximetil)-N(dihidroximetil-1,3-dioxo-2,5-imidazolidinil-4)-N'(hidroximetil) urea (DIAZOLIDINYL UREA)	0,5%
Glutaraldeído (GLUTARAL)	0,1%
5-Etil-3,7-dioxo-1azobicyclo(3.3.0)octano (7-ETHYLBICYCLO OXAZOLIDINE)	0,3%
6,6-dibromo-4,4-dicloro-2,2` metilenodifenol (BROMOCHLOROPHENE)	0,1%
Álcool 2,4-Diclorobenzílico (DICHLOROBENZYL ALCOHOL)	0,15%
Tricloro-2,4,4'hidróxi-2' difenileter (*) (TRICLOSAN)	0,3%
Hexametilenotetramina (METHENAMINE)	0,15%
Brometo e Cloreto de Alquil(C12-C22) Trimetilamônio (*)	0,1%
1,6-Di-(4-amidinofenoxi)-nhexano e seus sais (incluindo isotionato e p-hidroxibenzoato) (HEXAMIDINE & salts)	0,1%
3-(p-clorofenoxi)-propano-1,2diol (CHLORPHENESIN)	0,3%
Hidroximetil aminoacetato de sódio (SODIUM HYDROXYMETHYL GLYCINATE)	0,5%
Cloreto de prata depositado em dióxido de titânio (SILVER CHLORIDE)	0,004% (calculado como cloreto de prata)
Cloreto, Brometo e Sacarinato de Alquil (C8-C18) dimetilbenzilamônio (*) (BENZALKONIUM BROMIDE, CHLORIDE, SACCHARINATE)	0,1% (calculado como cloreto de benzalcônio)
Benzilhemiformal (BENZYLHEMIFORMAL)	0,15%
3-Iodo-2-propinilbutilcarbamatato (número CAS 55406-53-6)	a) 0,02% Produtos que se enxáguem b) 0,01% Produtos que não se enxáguem, exceto em desodorantes/ antitranspirantes c) 0,0075% desodorantes/ antitranspirantes
(IODOPROPINYL BUTYLCARBAMATE)	

Cloreto de Diisobutil Fenoxietoxietil –dimetil – benzilamônio (BENZETHONIUM CHLORIDE)	0,1%
2-metil-4-isotiazolina-3-ona (METHYLISOTHIAZOLINONE)	0,01%

Obs: Fonte: Resolução Anvisa RDC – Nº 29 de 1º de Junho de 2012.

05.02 Substâncias corantes permitidas para uso em formulação de produtos cosméticos: A descrição do corante, se presente na formulação, deve estar presente na rotulagem. *Vide RDC Nº 44 de 09 de Agosto de 2012.*

05.03 Substâncias que não podem ser utilizadas em produtos Cosméticos, exceto nas condições e com as restrições estabelecidas *Vide Anexo da RDC Nº 3 de 20 de Janeiro de 2012.*

05.04 Substâncias que não devem conter em produtos Cosméticos *Vide Anexo da RDC Nº 48 de 16 de março de 2013.*

## 06 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS

Aspecto: Líquido viscoso;

pH: 4,0 – 8,0(CC);

**Composição química:** Tensoativo aniônico, Tensoativo não-iônico, Tensoativo anfótero e Agente bactericida (CC);

**Princípio ativo:** Triclosan (nºCAS 3380-34-5) 0,3% – 0,5% (CC).

## 07 EMBALAGEM

Bombonas de 2 a 5L

## 08 ROTULAGEM

A rotulagem deve conter informação verdadeira e suficiente de seus usos e características essenciais. Todas as frases e símbolos de inserção obrigatória devem figurar com caracteres bem visíveis, indelévels nas condições normais de uso e facilmente legíveis. A informação obrigatória não pode estar escrita sobre partes removíveis para o uso, como tampas, travas de segurança e outras, que se inutilizem ao abrir a embalagem.

- 08.01.01 Nome do produto (embalagens primária e secundária)
- 08.01.02 Marca (embalagens primária e secundária)
- 08.01.03 Número de registro do produto (embalagem secundária)
- 08.01.04 Nº de Lote ou Partida (embalagem primária).
- 08.01.05 Prazo de Validade (embalagem secundária)
- 08.01.06 Conteúdo (embalagem secundária)
- 08.01.07 País de Origem (embalagem secundária)
- 08.01.08 Fabricante/Importador/Titular (embalagem secundária)
- 08.01.09 Domicílio do Fabricante/Importador/Titular (embalagem secundária)



- 08.01.10 Modo de Uso (embalagens primária ou secundária)
- 08.01.11 Advertências e Restrições de Uso (embalagens primária e secundária)
- 08.01.12 Ingredientes/Composição (embalagem secundária)

**Nota:** Embalagem primária: envoltório ou recipiente que se encontra em contato direto com os produtos.

Embalagem Secundária: é a embalagem destinada a conter a embalagem primária ou as embalagens primárias.

**Obs.:** Conforme RDC N° 211 de 14 de Julho de 2005

## **09 DOCUMENTOS EXIGIDOS**

- 09.01 Regularização junto a ANVISA conforme tipo de produto – Registro.
- 09.02 FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com NBR 14725 e Perfil Técnico.
- 09.03 Laudo de irritabilidade dérmica em humanos emitido por laboratório devidamente credenciado junto a ANVISA
- 09.04 Laudo de comprovação de eficácia emitido por laboratório credenciado junto ANVISA
- 09.05 As embalagens devem ser certificadas por organismos de certificação de produtos (ocp) acreditados pelo INMETRO, para que seja garantido que as mesmas mantenham condições de segurança ao transporte de materiais, de acordo com a resolução nº. 420, de 12/02/2004, da antt e com a portaria nº. 326, de 11/12/2006, do INMETRO;
- 09.06 Autorização de funcionamento para saneantes emitida pela ANVISA;
- 09.07 Licença Ambiental de órgão oficial do estado do fabricante;
- 09.08 Alvará Sanitário Municipal.

## **10 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

- 10.01 Não são permitidas nas formulações substâncias que sejam listadas sob categorias I e II do IARC e outras referências internacionais, classificadas como cancerígenas, mutagênicas ou tóxicas para reprodução, comprovadamente carcinogênicas, mutagênicas e teratogênicas para o homem (conforme Resolução RDC N° 48 de 16 de Março de 2006).
- 10.02 Os fabricantes de produtos saneantes devem cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos Regulamentos Técnicos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Controle (conforme RDC N° 48, de 25 de Outubro de 2013).

## **11 RECEBIMENTO E RECUSA**

11.01 Será considerado aprovado o material que atender plenamente às características e às documentações exigidas; e

11.02 Será recusado o lote do material entregue cujas características e documentação não satisfaçam as exigências da presente especificação.

## **12 ACONDICIONAMENTO**

Deverão possuir embalagem plástica rígida, reforçada, de difícil ruptura, hermética, com tampa de dupla segurança, de forma a garantir que não seja aberta mesmo após a sua primeira abertura.

As embalagens e tampas dos produtos devem ser em todas suas partes resistentes a fim de manter as propriedades do produto e impedir rupturas e perdas durante o transporte, armazenamento e manipulação.



**COMANDO DA AERONÁUTICA  
SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO  
DIVISÃO DE SUBSISTÊNCIA**

**ESPECIFICAÇÃO FAB-MH-075-REV04**

**01 NOMENCLATURA**

Detergente desengordurante (desincrustante)

**02 PART NUMBER**

PN	FAB-MH-075
----	------------

**Obs.:** é obrigatório informar o nº de controle utilizado na linha de produção da empresa (nº de referência, código ou PN).

**03 UNIDADE**

Litro

**04 APLICAÇÃO**

Serviço de Subsistência.

Limpador com ação desengordurante, com grande poder de dissolver e emulsificar óleos e gorduras com rapidez e eficiência, sem agredir e/ou manchar as superfícies, confere alto poder de limpeza, utilizado em fornos combinados, coifas, chapas, fogões ou qualquer superfície lavável, com sujidade pesada.

Faixa de concentração de uso: até 1% (puro até 1% de produto por litro de água).

**05 COMPOSIÇÃO**

- 5.1** Os agentes tensoativos aniônicos empregados devem ser biodegradáveis.
- 5.2** Somente são permitidos para comercialização dos produtos incluídos na categoria sabões, aqueles que apresentem alcalinidade livre máxima expressa em Na<sub>2</sub>O de 1% p/p.
- 5.3** Os lava louças líquidos destinados ao uso profissional que sejam corrosivos, devem comercializar-se sem incorporar componentes que possam alterar seu odor característico quando formulados com Cloro.
- 5.4** É proibida a fabricação, importação e a comercialização de produto cuja formulação contenha: Componente não permitido; componente que exceda limite estabelecido constante em regulamento específico; ou componente que apresente

efeitos comprovadamente mutagênicos, teratogênicos ou carcinogênicos em mamíferos.

- 5.5** Fica restringido a produtos de uso profissional/industrial a utilização de HF, HNO<sub>3</sub>, H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub> e seus sais que os liberem nas condições de uso do produto

**Fonte:** RDC 40, de 5 de Junho de 2008; RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010.

- 5.6** - Substâncias de ação conservante permitidas na formulação dos produtos saneantes:

NOME QUÍMICO	CONCENTRAÇÃO MÁXIMA PERMITIDA (% p/p)
1,2-Benzo-Isotiazolinona (BIT)	0,05 para produtos de venda livre; e 0,10 apenas para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresa especializada.
1-Fenoxi -2-Propanol	0,50
2,4 Dicloro Benzil Álcool	0,15
2-Benzil 4-Clorofenol	0,20
2-Fenoxietanol	1,00
3,4,4' Triclorocarbanilida	0,20
4,4-Dimetil-1,3-Oxazolidina	0,10
7-Etil Biciclo Oxazolidina	0,30
Ácido 4-hidroxibenzóico, seus sais e ésteres (PARABEN salts and esters)	0,40 (expresso como ácido) individual para 1 éster; e 0,80 (expresso como ácido) para mistura dos sais ou ésteres
Ácido Sórbico / Sorbato de Potássio	0,60
Álcool Benzílico	1,00
Benzoato de Sódio	1,00
Bromo-2 Nitro-2 Propanodiol	0,10
Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônio / Cloreto de Benzalcônio (C12 - C16)	0,10
Cloreto de Didecil Dimetil Amônio	0,10
Clorotalonil	0,05
Cloroxilenol	0,50
Diazolidinil Uréia	0,50
Ditiometilbenzamida	0,10
DMDM Hidantoína	0,60
Hidroximetilglicinato de Sódio	0,50
Imidazolidinil Uréia	0,60
MDM Hidantoína	0,50
Metil Bromo Glutaralnitrida	0,10
Metil Isotiazolinona (MIT)	0,01
Mistura MIT / CMIT 1:3 Metil Isotiazolinona / Metilcloro Isotiazolinona	0,0022
Octil-Isotiazolinona	0,0005
Ortofenil Fenol	0,20
Para-Cloro Meta-Cresol	0,20
Piritionato de Sódio	0,064

Piritionato de Zinco	0,50
Polihexametileno Biguanida	0,30
Propionato de N,N-didecil-N-metil-poli(oxietil)amonio	1,00
Quartenium -15 / Cloreto de 1-(3-Cloroalil)-3,5,7-Triazo-1-Azoniadamantano	0,20
Tricloro-2,4,4' hidroxí-2' difenil-éter (triclosan)	0,30

Fonte: Resolução Anvisa RDC Nº 30 de 4 de Julho de 2011

## 06 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS

Aspecto: Líquido;

pH: 11,0 – 15,0;

**Composição química:** Tensoativo anfotérico, Tensoativo não-iônico, Sequestrante e Alcalinizante;

**Princípio ativo:** Hidróxido de sódio.

Ou

**Princípio ativo:** Amina quaternária de coco etoxilada.

## 07 EMBALAGEM

Bombonas de 2 a 5L

## 08 ROTULAGEM

A rotulagem deve conter informação verdadeira e suficiente de seus usos e características essenciais. Todas as frases e símbolos de inserção obrigatória devem figurar com caracteres bem visíveis, indelévels nas condições normais de uso e facilmente legíveis. A informação obrigatória não pode estar escrita sobre partes removíveis para o uso, como tampas, travas de segurança e outras, que se inutilizem ao abrir a embalagem.

### 08.01 INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NOS RÓTULOS

08.01.01 Nome do produto.

08.01.02 Finalidade de uso quando não estiver contemplada no nome comercial do produto.

08.01.03 Classe de risco.

08.01.04 Conteúdo líquido.

08.01.05 Identificação da empresa titular do produto (razão social e endereço do local de fabricação).

08.01.06 Diamante de Hommel.

08.01.07 As frases de advertência de acordo com a classe de risco, seguido das informações dos perigos/precauções.

8.1.7.1 Classe de risco I: “PERIGO! VENENO!” (Acrescentar figura de uma caveira com tíbias cruzadas, em sinal de perigo)

8.1.7.2 Classe de risco II: “CUIDADO”

8.1.7.3 Classe de risco III: “ATENÇÃO”

8.1.8 As frases:

8.1.8.1 "Mantenha fora do alcance de crianças".

8.1.8.2 "Leia atentamente o rótulo antes de usar o produto".

8.1.8.3 "Não reutilize embalagens vazias".

8.1.8.4 "Não dê nada por via oral a uma pessoa inconsciente".

8.1.9 As frases de primeiros socorros:

8.1.9.1 "Em caso de contato com os olhos, lave imediatamente com água em abundância".

8.1.9.2 "Em caso de contato com a pele, lave imediatamente com água em abundância".

8.1.9.3 "Em caso de ingestão, não provoque vômito e consulte imediatamente o médico levando a embalagem ou o rótulo do produto".

8.1.9.4 "Em caso de inalação, remova o paciente para local arejado e chame o socorro médico."

8.1.10 Componentes: componentes ativos e aqueles de importância toxicológica devem ser indicados por seu nome químico genérico, os restantes por suas funções na formulação.

8.1.11 Instruções de uso: devem constar as instruções e doses para o uso adequado do produto

8.1.12 Incompatibilidades com algum material, quando for o caso.

8.1.13 Precauções segundo o tipo e destino de uso do produto.

8.1.14 Recomendações de segurança – indicar EPI's que devem ser utilizados.

8.1.15 Recomendações para abertura da embalagem.

8.1.16 Nº de lote ou partida, data de fabricação e prazo de validade.

8.1.17 O número de registro com a sigla do órgão competente e o nome do responsável técnico com o número de inscrição no Conselho Regional de Química.

8.1.18 Os cuidados para a conservação – sensibilidade ao calor, umidade e luz solar.

8.1.19 Para produtos de uso profissional deve ser incluída a frase "Produto exclusivamente de uso profissional - proibida a venda direta ao público".

## **8.2 SEGUNDO O TIPO DE PRODUTO E A FINALIDADE DE EMPREGO ACRESCENTAR**

08.02.01 Produtos a base de tensoativos sintéticos que contenham enzimas, alcalinizantes ou branqueadores:

8.2.1.1 "Evite o contato prolongado com a pele.

08.02.01.02 Depois de utilizar este produto, lave e seque as mãos".

8.2.1 Produtos à base de hidrocarbonetos

08.02.02.01 "Mantenha longe do fogo e de superfícies aquecidas".

8.2.1.1 "Cuidado! Perigosa sua ingestão".

8.2.1.2 "Não inale"

8.2.1.3 "Mantenha o recipiente hermeticamente fechado em lugar ventilado".

- 8.2.2           Produtos à base de amoníaco
  - 8.2.2.1       "Cuidado: irritante para os olhos e pele."
  - 8.2.2.2       "Não misture com produtos à base de cloro."
- 8.2.3           Produtos em aerossol:
  - 8.2.3.1       "Não perfure a embalagem vazia".
  - 8.2.3.2       "Mantenha longe do fogo e de superfícies aquecidas".
  - 8.2.3.3       "Não jogue no fogo ou incinerador"
  - 8.2.3.4       "Não exponha à temperatura superior a 50°C."
- 8.2.4           Produtos inflamáveis
  - 8.2.4.1       "Cuidado, inflamável!"
  - 8.2.4.2       Mantenha longe do fogo e de superfícies aquecidas".
- 8.2.5   Produtos cáusticos e corrosivos:
  - 8.2.5.1       "Perigo! Causa queimaduras graves. Contém produto fortemente alcalino/ácido" (mencionar o nome da substância). Figura de Cáustico/Corrosivo
  - 8.2.5.2       "Cuidado! Perigosa sua ingestão".
  - 8.2.5.3       "Use equipamento de proteção adequada" (citar segundo o tipo de produto: óculos protetores, luvas, botas, etc).
  - 8.2.5.4       "Não aplique sobre superfícies aquecidas".
- 8.2.6           Produtos à base de glicóis ( etilenoglicol, dietilenoglicol e butilglicol)
  - 8.2.6.1       "Cuidado! Perigosa sua ingestão".
  - 8.2.6.2       "Evite a inalação e o contato com o produto."

**Obs.:** conforme Portaria Nº 10/DISAD, de 15 de setembro de 1980 e Resolução RDC Nº 184 MS de 22 de outubro de 2001.

## **09       DOCUMENTOS EXIGIDOS**

- 09.01   Regularização junto a ANVISA conforme tipo de produto;
- 09.02   FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com NBR 14725 e Perfil Técnico;
- 09.03   As embalagens devem ser certificadas por organismos de certificação de produtos (ocp) acreditados pelo INMETRO, para que seja garantido que as mesmas mantenham condições de segurança ao transporte de materiais, de acordo com a resolução nº. 420, de 12/02/2004, da antt e com a portaria nº. 326, de 11/12/2006, do INMETRO;
- 09.04   Autorização de funcionamento para saneantes emitida pela ANVISA (fabricante, revendedor e distribuidor);
- 09.05   Licença Ambiental de órgão oficial do estado do fabricante ;
- 09.06   Alvará Sanitário Municipal.

## **10       CONSIDERAÇÕES GERAIS**

10.01 Os fabricantes de produtos saneantes devem cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos Regulamentos Técnicos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Controle (conforme Portaria Nº 327 MS, de 30 de julho de 2007).

## **11 RECEBIMENTO E RECUSA**

11.01 Será considerado aprovado o material que atender plenamente às características e às documentações exigidas.

11.02 Será recusado o lote do material entregue cujas características e documentação não satisfaçam as exigências da presente especificação.

## **12 ACONDICIONAMENTO**

Deverão possuir embalagem plástica rígida, reforçada, de difícil ruptura, hermética, com tampa de dupla segurança, de forma a garantir que não seja aberta mesmo após a sua primeira abertura.

As embalagens e tampas dos produtos devem ser em todas suas partes resistentes a fim de manter as propriedades do produto e impedir rupturas e perdas durante o transporte, armazenamento e manipulação.





**COMANDO DA AERONÁUTICA  
SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO  
DIVISÃO DE SUBSISTÊNCIA**

**ESPECIFICAÇÃO FAB-MH-071-REV03**

**01 NOMENCLATURA**

Detergente biodegradável líquido neutro de uso geral.

**02 PART NUMBER**

FAB-MH-071

**Obs.:** é obrigatório informar o nº de controle utilizado na linha de produção da empresa (nº de referência, código ou PN).

**03 UNIDADE**

Litro

**04 APLICAÇÃO**

Serviço de Subsistência.

Lavagem manual de utensílios e superfícies em geral.

Faixa de concentração de uso: de 0,4% a 3% (4 a 30 ml de produto por litro de água)

**05 COMPOSIÇÃO**

05.01 Somente são permitidos para comercialização dos produtos incluídos na categoria sabões, aqueles que apresentem alcalinidade livre máxima expressa em Na<sub>2</sub>O de 1% p/p.

05.02 Os lava louças líquidos destinados ao uso profissional que sejam corrosivos, devem comercializar-se sem incorporar componentes que possam alterar seu odor característico quando formulados com Cloro.

05.03 É proibida a fabricação, importação e a comercialização de produto cuja formulação contenha: Componente não permitido; componente que exceda limite estabelecido constante em regulamento específico; ou componente que apresente efeitos comprovadamente mutagênicos, teratogênicos ou carcinogênicos em mamíferos.

05.04 Fica restringido a produtos de uso profissional/industrial a utilização de HF, HNO<sub>3</sub>, H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub> e seus sais que os liberem nas condições de uso do produto

**Fonte:** RDC 40, de 5 de Junho de 2008; RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010.

05.05 Substâncias de ação conservante permitidas na formulação dos produtos saneantes:

NOME QUÍMICO	CONCENTRAÇÃO MÁXIMA PERMITIDA (% p/p)
1,2-Benzo-Isotiazolinona (BIT)	0,05 para produtos de venda livre; e 0,10 apenas para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresa especializada.
1-Fenoxi -2-Propanol	0,50
2,4 Dicloro Benzil Álcool	0,15
2-Benzil 4-Clorofenol	0,20
2-Fenoxietanol	1,00
3,4,4' Triclorocarbanilida	0,20
4,4-Dimetil-1,3-Oxazolidina	0,10
7-Etil Biciclo Oxazolidina	0,30
Ácido 4-hidroxibenzóico, seus sais e ésteres (PARABEN salts and esters)	0,40 (expresso como ácido) individual para 1 éster; e 0,80 (expresso como ácido) para mistura dos sais ou ésteres
Ácido Sórbico / Sorbato de Potássio	0,60
Álcool Benzílico	1,00
Benzoato de Sódio	1,00
Bromo-2 Nitro-2 Propanodiol	0,10
Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônio / Cloreto de Benzalcônio (C12 - C16)	0,10
Cloreto de Didecil Dimetil Amônio	0,10
Clorotalonil	0,05
Cloroxilenol	0,50
Diazolidinil Uréia	0,50
Ditiometilbenzamida	0,10
DMDM Hidantoína	0,60
Hidroximetilglicinato de Sódio	0,50
Imidazolidinil Uréia	0,60
MDM Hidantoína	0,50
Metil Bromo Glutaralnitrla	0,10
Metil Isotiazolinona (MIT)	0,01
Mistura MIT / CMIT 1:3 Metil Isotiazolinona / Metilcloro Isotiazolinona	0,0022
Octil-Isotiazolinona	0,0005

Ortofenil Fenol	0,20
Para-Cloro Meta-Cresol	0,20
Piritionato de Sódio	0,064
Piritionato de Zinco	0,50
Polihexametileno Biguanida	0,30
Propionato de N,N-didecil-N-metil-poli(oxietil)amonio	1,00
Quartenium -15 / Cloreto de 1-(3-Cloroalil)-3,5,7-Triazo-1-Azoniadamantano	0,20
Tricloro-2,4,4' hidroxí-2' difenil-éter (triclosan)	0,30

Fonte: Resolução Anvisa RDC Nº 30 de 4 de Julho de 2011

## 06 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS

Aspecto: Líquido;

pH: 5,5 – 10,0;

**Composição química:** Tensoativo aniônico, Tensoativo não-aniônico, Agente Umectante, Inibidor de corrosão. A base de tensoativo biodegradável;

**Princípio ativo:** Dodecilbenzeno sulfonato de sódio

## 07 EMBALAGEM

Bombonas de 2 a 5L

## 08 ROTULAGEM

A rotulagem deve conter informação verdadeira e suficiente de seus usos e características essenciais. Todas as frases e símbolos de inserção obrigatória devem figurar com caracteres bem visíveis, indelévels nas condições normais de uso e facilmente legíveis. A informação obrigatória não pode estar escrita sobre partes removíveis para o uso, como tampas, travas de segurança e outras, que se inutilizem ao abrir a embalagem.

### 08.01 INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NOS RÓTULOS

- 08.01.01 Nome comercial do produto.
- 08.01.02 Finalidade de uso quando não estiver contemplada no nome comercial do produto.
- 08.01.03 Classe de risco.
- 08.01.04 Conteúdo líquido.
- 08.01.05 Identificação da empresa titular do produto (razão social e endereço do local de fabricação).
- 08.01.06 Incompatibilidades com algum material, quando for o caso.
- 08.01.07 Número de lote ou partida
- 08.01.08 Data de validade

08.01.09 Instruções de Uso: devem constar as instruções e doses para uso adequado do produto.

08.01.10 Precauções segundo o tipo e destino de uso do produto.

08.01.11 Para produtos de uso profissional deve ser incluída a frase "Produto exclusivamente de uso profissional - proibida a venda direta ao público".

08.01.12 Composição química (componentes ativos e aqueles de importância toxicológica devem ser indicados por seu nome químico ou genérico, os restantes por suas funções na formulação).

08.01.13 As frases de advertência de acordo com a classe de risco, seguido das informações dos perigos/precauções.

08.01.14 Número de registro conforme publicação em D.O.U para produtos de Risco 2.

08.01.15 Número identificador do produto, informado da seguinte forma: "PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA, Nº XX" para produtos de Risco 1.

08.01.16 As frases:

08.01.16.01 "Mantenha fora do alcance de crianças".

08.01.16.02 "Leia atentamente o rótulo antes de usar o produto".

08.01.17 As frases de primeiros socorros:

08.01.17.01 "Em caso de contato com os olhos, lave imediatamente com água em abundância".

08.01.17.02 "Em caso de contato com a pele, lave imediatamente com água em abundância".

08.01.17.03 "Em caso de ingestão, não provoque vômito e consulte imediatamente o médico levando a embalagem ou o rótulo do produto".

## **08.02 SEGUNDO O TIPO DE PRODUTO E A FINALIDADE DE EMPREGO ACRESCENTAR**

08.02.01 Produtos a base de tensoativos sintéticos que contenham enzimas, alcalinizantes ou branqueadores:

08.02.01.01 "Evite o contato prolongado com a pele.

8.2.1.1 Depois de utilizar este produto, lave e seque as mãos".

8.2.2 Produtos à base de hidrocarbonetos

08.02.02.01 "Mantenha longe do fogo e de superfícies aquecidas".

8.2.2.1 "Cuidado! Perigosa sua ingestão".

8.2.2.2 "Não inale".

8.2.2.3 "Mantenha o recipiente hermeticamente fechado em lugar ventilado".

### **8.2.3 Produtos à base de amoníaco**

8.2.3.1 "Cuidado: irritante para os olhos e pele."

8.2.3.2 "Não misture com produtos à base de cloro."

**Obs.:** Resoluções RDC Nº 40 de 5 de Junho de 2008, RDC Nº 42 de 13 de Agosto de 2009, RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010.

## **09 DOCUMENTOS EXIGIDOS**

09.01 Regularização junto a ANVISA conforme tipo de produto.

09.02 FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com NBR 14725 e Perfil Técnico.

09.03 As embalagens devem ser certificadas por organismos de certificação de produtos (ocp) acreditados pelo INMETRO, para que seja garantido que as mesmas mantenham condições de segurança ao transporte de materiais, de acordo com a resolução nº. 420, de 12/02/2004, da antt e com a portaria nº. 326, de 11/12/2006, do INMETRO.

09.04 Autorização de funcionamento para saneantes emitida pela ANVISA (fabricante, revendedor e distribuidor).

09.05 Licença Ambiental de órgão oficial do estado do fabricante.

09.06 Alvará Sanitário Municipal.

## **10 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

10.01 Os fabricantes de produtos saneantes devem cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos Regulamentos Técnicos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Controle (conforme Portaria Nº 327 MS, de 30 de julho de 2007).

## **11 RECEBIMENTO E RECUSA**

11.01 Será considerado aprovado o material que atender plenamente às características e às documentações exigidas.

11.02 Será recusado o lote do material entregue cujas características e documentação não satisfaçam as exigências da presente especificação.

## 12 ACONDICIONAMENTO

Deverão possuir embalagem plástica rígida, reforçada, de difícil ruptura, hermética, com tampa de dupla segurança, de forma a garantir que não seja aberta mesmo após a sua primeira abertura.

As embalagens e tampas dos produtos devem ser em todas suas partes resistentes a fim de manter as propriedades do produto e impedir rupturas e perdas durante o transporte, armazenamento e manipulação.

**Revisada em 28 de outubro de 2021.**

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**  
(Bol Int Nº 116, 31 de JUL 2017)

---

**JOSÉ HENRIQUE FERREIRA CORÉ** Maj Int  
Presidente da Comissão

---

**ALISON CAMPOS RIBEIRO** 1º Ten Int  
Membro da Comissão

---

**CAROLINE NIQUINI DE ASSIS** 2º Ten QOCON NUT  
Membro da Comissão



**COMANDO DA AERONÁUTICA  
SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO  
DIVISÃO DE SUBSISTÊNCIA**

**ESPECIFICAÇÃO FAB-MH-073-REV02**

**01 NOMENCLATURA**

Detergente desincrustante alcalino para remoção de sujidades pesadas e gorduras carbonizadas.

**02 PART NUMBER**

PN	FAB-MH-073
----	------------

**Obs.:** é obrigatório informar o nº de controle utilizado na linha de produção da empresa (nº de referência, código ou PN).

**03 UNIDADE**

Litro

**04 APLICAÇÃO**

Serviço de Subsistência.

Remoção de sujidades provenientes de gordura carbonizada em equipamentos de aço inoxidável e de ferro da área de cocção como fornos, fogões, coifas, fritadeiras, grelhas, churrasqueiras, exaustores, frigideiras, bem como outros equipamentos e utensílios nas áreas de processamento de alimentos.

Faixa de concentração de uso: de 1,0 a 6,0% (de 10 a 60 ml por litro de água)

Pode ser de concentração de uso: PURO, desde que comprovada a vantagem econômica e em gel

**5 COMPOSIÇÃO**

**05.01 Sanitizantes permitidos na composição dos produtos:**

GRUPOS	PRINCÍPIOS ATIVOS
Quaternários de amônio	Cloreto de alquil dimetil benzil amônio; cloreto de alquil dimetil etilbenzil amônio; cloreto de alquil dimetil etiltoluil amônio; cloreto de lauril piridínio; cloreto e brometo de cetil trimetil amônio; cloreto de alquil trimetil amônio; N, N dialquil, N, N dimetil amônio; dicloreto de polioxetileno (dimetilimino) etileno (dimetilimino) e dicloreto de polioxetileno (dimetilimino) metileno (dimetilimino) etileno. Obs.: os radicais alquila estão compreendidos entre C8 e C18, sendo os mais efetivos os produtos resultantes da combinação C12 e C14

Compostos inorgânicos liberadores de cloro ativo	Hipoclorito de sódio, de lítio e de cálcio
Compostos orgânicos liberadores de cloro ativo	Ácido dicloroisocianúrico e os sais de sódio e potássio; ácido tricloroisocianúrico; N,N-dicloroazodicarbonamida; N,N-dicloro 4-carboxi benzenossulfonamida; N,N-dicloro metil benzenossulfo-namida; N-cloro benzenossulfonamida sódica; N-cloro 4-metil benzenossulfonamida sódica; cloro suocinimida e 1,3-dicloro 5,5-dimetil hidantoína
Iodo e derivados	Iodo, iodo-povidona (PVP-I) e iodóforos
Biguanidas	Clorohexidina, cloridrato de polihexametileno biguanida

**Fonte:** Portaria Nº 15, de 23 de agosto de 1988, MS; Portaria Nº 5/SVC/MS, de 13 de novembro de 1989; Resolução Nº 211/ANVISA/MS, de 18 de junho de 1999; Portaria Nº 122/DTN, de 19 de novembro de 1993; Resolução RE Nº 666/ANVISA/MS de 09 de maio de 2001.

05.02 Substâncias de ação conservante permitidas na formulação dos produtos saneantes:

NOME QUÍMICO	CONCENTRAÇÃO MÁX. PERMITIDA (% p/p)
Benzoato de sódio	1,00
Bromo-2 nitro-2 propanodiol	0,10
Clorotalonil	0,05
Mistura 1:3 - metil isotiazolinona / metilcloro isotiazolinona	0,0015
1,2-Benzisotiazolinona	0,05
Metil isotiazolinona	0,01
Octil-isotiazolinona	0,0005
Metil bromo glutaralnitrida	0,10
Para-cloro meta-cresol	0,20
2,4 Dicloro benzil álcool	0,15
Ortofenil fenol	0,20
2-Benzil 4-clorofenol	0,20
1-Fenoxi -2-propanol	0,50
4,4-Dimetil-1,3-oxazolidina	0,10
7-Etil biciclo oxazolidina	0,30
Cloroxilenol	0,50
Piritionato de zinco	0,50
Cloreto de didecildimetil amônio	0,10
Cloreto de alquil dimetil benzil amonio / cloreto de benzalconio (c12 - c16)	0,10
Ditiometilbenzamida	0,10
Diazolidinil ureia	0,50
Imidazolidinil ureia	0,60
Hidroximetilglicinato de sódio	0,50
MDM Hidantoína	0,50
DMDM Hidantoína	0,60
Quaternium -15 / cloreto de 1- (3cloroalil) -3,5,7-triazo lazoniamantano	0,20
2-Fenoxietanol	1,00
3,4,4' Triclorocarbanilida	0,20
Polihexametilen biguanida	0,30
Piritionato de sódio	0,064
Ácido sórbico / sorbato de potássio	0,60



Álcool benzílico	1,00
Fonte: Resolução Anvisa RDC – Nº 35 de 03 de junho de 2008	

## 06 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS

Aspecto: Líquido;

PH: 11,0 – 14,5

**Composição Química:** Tensoativo não-iônico, Tensoativo anfótero, Alcalinizantes.

**Princípio ativo:** Hidróxido de potássio / Hidróxido de Sódio

No caso de concentração: puro, o aspecto deverá ser em gel aderente.

**Composição Química:** tensoativo não iônico, tensoativo anfótero, alcalinizantes.

**Vantagem:** o gel gel aderente evita o risco de queimadura, inalação durante o processo de aplicação;pulverização do produto.

**Importante:** a decisão de aquisição dar-se-á pela vantagem econômica.

**Princípio Ativo:** Tensoativo não iônico, tensoativo anfótero, alcalinizantes.

## 07 EMBALAGEM

Bombonas de 2 a 5L

## 08 ROTULAGEM

A rotulagem deve conter informação verdadeira e suficiente de seus usos e características essenciais. Todas as frases e símbolos de inserção obrigatória devem figurar com caracteres bem visíveis, indeléveis nas condições normais de uso e facilmente legíveis. A informação obrigatória não pode estar escrita sobre partes removíveis para o uso, como tampas, travas de segurança e outras, que se inutilizem ao abrir a embalagem.

### 08.01 INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NOS RÓTULOS

08.01.01 Nome do produto.

08.01.02 Finalidade de uso quando não estiver contemplada no nome comercial do produto.

08.01.03 Classe de risco.

08.01.04 Conteúdo líquido.

08.01.05 Identificação da empresa titular do produto (razão social e endereço do local de fabricação).

08.01.06 Diamante de Hommel.

08.01.07 As frases de advertência de acordo com a classe de risco, seguido das informações dos perigos/precauções.

8.1.7.1 Classe de risco I: “PERIGO! VENENO!” (Acrescentar figura de uma caveira com tíbias cruzadas, em sinal de perigo)

8.1.7.2 Classe de risco II: “CUIDADO”

8.1.7.3 Classe de risco III: “ATENÇÃO”

8.1.8 As frases:

8.1.8.1 "Mantenha fora do alcance de crianças".

8.1.8.2 "Leia atentamente o rótulo antes de usar o produto".

8.1.8.3 "Não reutilize embalagens vazias".

8.1.8.4 "Não dê nada por via oral a uma pessoa inconsciente".

8.1.9 As frases de primeiros socorros:

8.1.9.1 "Em caso de contato com os olhos, lave imediatamente com água em abundância".

8.1.9.2 "Em caso de contato com a pele, lave imediatamente com água em abundância".

8.1.9.3 "Em caso de ingestão, não provoque vômito e consulte imediatamente o médico levando a embalagem ou o rótulo do produto".

8.1.9.4 "Em caso de inalação, remova o paciente para local arejado e chame o socorro médico."

8.1.10 Componentes: componentes ativos e aqueles de importância toxicológica devem ser indicados por seu nome químico genérico, os restantes por suas funções na formulação.

8.1.11 Instruções de uso: devem constar as instruções e doses para o uso adequado do produto

8.1.12 Incompatibilidades com algum material, quando for o caso.

8.1.13 Precauções segundo o tipo e destino de uso do produto.

8.1.14 Recomendações de segurança – indicar EPI's que devem ser utilizados.

8.1.15 Recomendações para abertura da embalagem.

8.1.16 Nº de lote ou partida, data de fabricação e prazo de validade.

8.1.17 O número de registro com a sigla do órgão competente e o nome do responsável técnico com o número de inscrição no Conselho Regional de Química.

8.1.18 Os cuidados para a conservação – sensibilidade ao calor, umidade e luz solar.

8.1.19 Para produtos de uso profissional deve ser incluída a frase "Produto exclusivamente de uso profissional - proibida a venda direta ao público".

## **8.2 SEGUNDO O TIPO DE PRODUTO E A FINALIDADE DE EMPREGO ACRESCENTAR**

08.02.01 Produtos a base de tensoativos sintéticos que contenham enzimas, alcalinizantes ou branqueadores:

8.2.1.1 "Evite o contato prolongado com a pele.

08.02.01.02 Depois de utilizar este produto, lave e seque as mãos".

8.2.1 Produtos à base de hidrocarbonetos

- 08.02.02.01 "Mantenha longe do fogo e de superfícies aquecidas".
  - 8.2.1.1 "Cuidado! Perigosa sua ingestão".
  - 8.2.1.2 "Não inale"
  - 8.2.1.3 "Mantenha o recipiente hermeticamente fechado em lugar ventilado".
- 8.2.2 Produtos à base de amoníaco
  - 8.2.2.1 "Cuidado: irritante para os olhos e pele."
  - 8.2.2.2 "Não misture com produtos à base de cloro."
- 8.2.3 Produtos em aerossol:
  - 8.2.3.1 "Não perfure a embalagem vazia".
  - 8.2.3.2 "Mantenha longe do fogo e de superfícies aquecidas".
  - 8.2.3.3 "Não jogue no fogo ou incinerador"
  - 8.2.3.4 "Não exponha à temperatura superior a 50°C."
- 8.2.4 Produtos inflamáveis
  - 8.2.4.1 "Cuidado, inflamável!"
  - 8.2.4.2 "Mantenha longe do fogo e de superfícies aquecidas".
- 8.2.5 Produtos cáusticos e corrosivos:
  - 8.2.5.1 "Perigo! Causa queimaduras graves. Contém produto fortemente alcalino/ácido" (mencionar o nome da substância). Figura de Cáustico/Corrosivo
  - 8.2.5.2 "Cuidado! Perigosa sua ingestão".
  - 8.2.5.3 "Use equipamento de proteção adequada" (citar segundo o tipo de produto: óculos protetores, luvas, botas, etc).
  - 8.2.5.4 "Não aplique sobre superfícies aquecidas".
- 8.2.6 Produtos à base de glicóis ( etilenoglicol, dietilenoglicol e butilglicol)
  - 8.2.6.1 "Cuidado! Perigosa sua ingestão".
  - 8.2.6.2 "Evite a inalação e o contato com o produto."

**Obs.:** conforme Portaria Nº 10/DISAD, de 15 de setembro de 1980 e Resolução RDC Nº 184 MS de 22 de outubro de 2001.

## **09 DOCUMENTOS EXIGIDOS**

- 09.01 Regularização junto a ANVISA conforme tipo de produto.
- 09.02 FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com NBR 14725 e Perfil Técnico.
- 09.03 As embalagens devem ser certificadas por organismos de certificação de produtos (ocp) acreditados pelo INMETRO, para que seja garantido que as mesmas mantenham condições de segurança ao transporte de materiais, de acordo com a resolução nº. 420, de 12/02/2004, da antt e com a portaria nº. 326, de 11/12/2006, do INMETRO.
- 09.04 Autorização de funcionamento para saneantes emitida pela ANVISA (fabricante, revendedor e distribuidor).
- 09.05 Licença Ambiental de órgão oficial do estado do fabricante.

## **10 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

10.01 Não são permitidas nas formulações substâncias que sejam comprovadamente carcinogênicas, mutagênicas e teratogênicas para o homem (conforme Resolução RDC Nº 40 - ANVISA, de 05 de junho de 2008).

10.02 Fica restringido a produtos de uso profissional/industrial a utilização de HF, HNO<sub>3</sub>, H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub> e seus sais que os liberem nas condições de uso do produto (conforme Resolução RDC Nº 40 - ANVISA, de 05 de junho de 2008).

10.03 Os agentes tensoativos aniônicos empregados devem ser biodegradáveis (conforme Resolução RDC Nº 40 - ANVISA, de 05 de junho de 2008).

10.04 Os produtos que contenham amônia, devem apresentar um teor máximo de NH<sub>3</sub> livre de 1% p/p (conforme Resolução RDC Nº 40 - ANVISA, de 05 de junho de 2008).

10.05 Somente são permitidos para comercialização dos produtos incluídos na categoria sabões, aqueles que apresentem alcalinidade livre máxima expressa em Na<sub>2</sub>O de 1% p/p (conforme Resolução RDC Nº 40 - ANVISA, de 05 de junho de 2008).

10.06 Para os produtos enzimáticos, cujo ativo principal sejam os catalizadores biológicos, a atividade enzimática deve ser comprovada (conforme Resolução RDC Nº 40 - ANVISA, de 05 de junho de 2008).

10.07 Os produtos com ação antimicrobiana deverão apresentar comprovação da ação antimicrobiana (conforme Resolução RDC Nº 40 - ANVISA, de 05 de junho de 2008; Resolução RDC Nº 14 - ANVISA, de 28 de fevereiro de 2007; Resolução RDC - ANVISA, Nº 326, de 09 de novembro de 2005).

10.08 Os fabricantes de produtos saneantes devem cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos Regulamentos Técnicos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Controle (conforme Portaria Nº 327 MS, de 30 de julho de 2007).

## **11 RECEBIMENTO E RECUSA**

11.01 Será considerado aprovado o material que atender plenamente às características e às documentações exigidas.

11.02 Será recusado o lote do material entregue cujas características e documentação não satisfaçam as exigências da presente especificação.

## **12 ACONDICIONAMENTO**

Deverão possuir embalagem plástica rígida, reforçada, de difícil ruptura, hermética, com tampa de dupla segurança, de forma a garantir que não seja aberta mesmo após a sua primeira abertura.

As embalagens e tampas dos produtos devem ser em todas suas partes resistentes a fim de manter as propriedades do produto e impedir rupturas e perdas durante o transporte, armazenamento e manipulação.

## **ESPECIFICAÇÃO FAB-MH-70-REV03**

### **01 NOMENCLATURA**

Secante Abrilhantador para máquina de lavar louças industrial.

### **02 PART NUMBER**

FAB-MH-070

**Obs.:** é obrigatório informar o nº de controle utilizado na linha de produção da empresa (nº de referência, código ou PN).

### **03 UNIDADE**

Litro

### **04 APLICAÇÃO**

Serviço de Subsistência.

Secagem rápida dos utensílios lavados em máquina de lavar louças industrial.

Faixa de concentração de uso: de 0,2 a 0,8 ml por litro de água.

### **05 COMPOSIÇÃO**

05.01 Somente são permitidos para comercialização dos produtos incluídos na categoria sabões, aqueles que apresentem alcalinidade livre máxima expressa em Na<sub>2</sub>O de 1% p/p.

05.02 Os lava louças líquidos destinados ao uso profissional que sejam corrosivos, devem comercializar-se sem incorporar componentes que possam alterar seu odor característico quando formulados com Cloro.

05.03 É proibida a fabricação, importação e a comercialização de produto cuja formulação contenha: Componente não permitido; componente que exceda limite estabelecido constante em regulamento específico; ou componente que apresente efeitos comprovadamente mutagênicos, teratogênicos ou carcinogênicos em mamíferos.

05.04 Fica restringido a produtos de uso profissional/industrial a utilização de HF, HNO<sub>3</sub>, H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub> e seus sais que os liberem nas condições de uso do produto

**Fonte:** RDC 40, de 5 de Junho de 2008; RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010.

05.05 Substâncias de ação conservante permitidas na formulação dos produtos saneantes:

NOME QUÍMICO	CONCENTRAÇÃO MÁXIMA PERMITIDA (% p/p)
1,2-Benzo-Isotiazolinona (BIT)	0,05 para produtos de venda livre; e 0,10 apenas para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresa especializada.
1-Fenoxi -2-Propanol	0,50
2,4 Dicloro Benzil Álcool	0,15
2-Benzil 4-Clorofenol	0,20
2-Fenoxietanol	1,00
3,4,4' Triclorocarbanilida	0,20
4,4-Dimetil-1,3-Oxazolidina	0,10
7-Etil Biciclo Oxazolidina	0,30
Ácido 4-hidroxibenzóico, seus sais e ésteres (PARABEN salts and esters)	0,40 (expresso como ácido) individual para 1 éster; e 0,80 (expresso como ácido) para mistura dos sais ou ésteres
Ácido Sórbico / Sorbato de Potássio	0,60
Álcool Benzílico	1,00
Benzoato de Sódio	1,00
Bromo-2 Nitro-2 Propanodiol	0,10
Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônio / Cloreto de Benzalcônio (C12 - C16)	0,10
Cloreto de Didecil Dimetil Amônio	0,10
Clorotalonil	0,05
Cloroxilenol	0,50
Diazolidinil Uréia	0,50
Ditiometilbenzamida	0,10
DMDM Hidantoína	0,60
Hidroximetilglicinato de Sódio	0,50
Imidazolidinil Uréia	0,60
MDM Hidantoína	0,50
Metil Bromo Glutaralnitrla	0,10
Metil Isotiazolinona (MIT)	0,01
Mistura MIT / CMIT 1:3 Metil Isotiazolinona / Metilcloro Isotiazolinona	0,0022
Octil-Isotiazolinona	0,0005
Ortofenil Fenol	0,20
Para-Cloro Meta-Cresol	0,20
Piritionato de Sódio	0,064
Piritionato de Zinco	0,50
Polihexametileno Biguanida	0,30
Propionato de N,N-didecil-N-metil-poli(oxietil)amonio	1,00
Quartenium -15 / Cloreto de 1-(3-Cloroalil)-3,5,7-Triazo-1-Azoniadamantano	0,20
Tricloro-2,4,4' hidroxi-2' difenil-éter (triclosan)	0,30

**Fonte:** Resolução Anvisa RDC N° 30 de 4 de Julho de 2011

## **06 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS (Mínimas)**

Aspecto: Líquido;

pH: 2,0 – 9,0;

**Composição química:** Tensoativo não-iônico de baixa espuma, Agente secante e Solvente;

**Princípio ativo:** Polioxietileno-Polioxipropileno (n°CAS 9003-11-6) (CC).

## **07 EMBALAGEM**

Bombonas de 2 a 5L

## **08 ROTULAGEM**

A rotulagem deve conter informação verdadeira e suficiente de seus usos e características essenciais. Todas as frases e símbolos de inserção obrigatória devem figurar com caracteres bem visíveis, indelévels nas condições normais de uso e facilmente legíveis. A informação obrigatória não pode estar escrita sobre partes removíveis para o uso, como tampas, travas de segurança e outras, que se inutilizem ao abrir a embalagem.

### **08.01 INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NOS RÓTULOS**

08.01.01 Nome comercial do produto.

08.01.02 Finalidade de uso quando não estiver contemplada no nome comercial do produto.

08.01.03 Classe de risco.

08.01.04 Conteúdo líquido.

08.01.05 Identificação da empresa titular do produto (razão social e endereço do local de fabricação).

08.01.06 Incompatibilidades com algum material, quando for o caso.

08.01.07 Número de lote ou partida

08.01.08 Data de validade

08.01.09 Instruções de Uso: devem constar as instruções e doses para uso adequado do produto.

08.01.10 Precauções segundo o tipo e destino de uso do produto.

08.01.11 Para produtos de uso profissional deve ser incluída a frase "Produto exclusivamente de uso profissional - proibida a venda direta ao público".

08.01.12 Composição química (componentes ativos e aqueles de importância toxicológica devem ser indicados por seu nome químico ou genérico, os restantes por suas funções na formulação).

08.01.13 As frases de advertência de acordo com a classe de risco, seguido das informações dos perigos/precauções.

08.01.14 Número de registro conforme publicação em D.O.U para produtos de Risco 2.

08.01.15 Número identificador do produto, informado da seguinte forma: “PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA, Nº XX” para produtos de Risco 1.

08.01.16 As frases:

08.01.16.01 "Mantenha fora do alcance de crianças".

08.01.16.02 "Leia atentamente o rótulo antes de usar o produto".

08.01.17 As frases de primeiros socorros:

08.01.17.01 "Em caso de contato com os olhos, lave imediatamente com água em abundância".

08.01.17.02 "Em caso de contato com a pele, lave imediatamente com água em abundância".

08.01.17.03 "Em caso de ingestão, não provoque vômito e consulte imediatamente o médico levando a embalagem ou o rótulo do produto".

08.01.18 Componentes: componentes ativos e aqueles de importância toxicológica devem ser indicados por seu nome químico genérico, os restantes por suas funções na formulação.

08.01.19 Instruções de uso: devem constar as instruções e doses para o uso adequado do produto

08.01.20 Incompatibilidades com algum material, quando for o caso.

08.01.21 Precauções segundo o tipo e destino de uso do produto.

08.01.22 Recomendações de segurança – indicar EPI's que devem ser utilizados.

08.01.23 Recomendações para abertura da embalagem.

08.01.24 Nº de lote ou partida, data de fabricação e prazo de validade.

08.01.25 O número de registro com a sigla do órgão competente e o nome do responsável técnico com o número de inscrição no Conselho Regional de Química.

08.01.26 Os cuidados para a conservação – sensibilidade ao calor, umidade e luz solar.



## **08.02 SEGUNDO O TIPO DE PRODUTO E A FINALIDADE DE EMPREGO ACRESCENTAR**

08.02.01 Para produtos fortemente alcalinos e fortemente ácidos:

08.02.01.01 Frases de Advertências Gerais:

08.02.01.01.01 A sentença ANTES DE USAR LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO deve estar localizada no painel principal na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, disposta horizontalmente, em destaque, maiúscula e em negrito.

08.02.01.01.02 No rótulo do produto de venda restrita a empresas especializadas, isto é, aplicados ou manipulados exclusivamente por profissional devidamente treinado, capacitado ou por empresa especializada deve constar em destaque a expressão PRODUTO EXCLUSIVAMENTE DE USO PROFISSIONAL - PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO, localizada no painel principal na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, em destaque, maiúscula e em negrito.

08.02.01.01.03 A frase CONSERVE FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS, deve estar em destaque, negrito e maiúscula.

08.02.01.01.04 Exclusivamente para os produtos fortemente alcalinos: PERIGO: CAUSA QUEIMADURAS GRAVES - CONTÉM PRODUTO FORTEMENTE ALCALINO XX (mencionar o nome químico da base). Esta locução deve estar em destaque, negrito, maiúscula e acrescentada dos pictogramas de substâncias corrosivas e substâncias tóxicas.

08.02.01.01.05 Exclusivamente para os produtos fortemente ácidos: PERIGO: CAUSA QUEIMADURAS GRAVES - CONTÉM PRODUTO FORTEMENTE ÁCIDO XX (mencionar o nome químico do ácido). Esta locução deve estar em destaque, negrito, maiúscula e acrescentada dos pictogramas de substâncias corrosivas e substâncias tóxicas.

08.02.01.02 Frases de Advertências Toxicológicas:

08.02.01.02.01 “CUIDADO: perigosa a sua ingestão.”

08.02.01.02.02 “Impeça o contato com os olhos, pele e roupas durante o manuseio.”

08.02.01.03 " Frases de Recomendações de Segurança:

08.02.01.03.01 Quando as características do produto e uso assim indicarem “Utilize luvas de borracha e proteja os olhos durante a aplicação.”

08.02.01.03.02 Quando as características do produto e uso assim indicarem: “Utilize botas de proteção.”

08.02.01.04 Frases de Recomendações de Uso:

08.02.01.04.01 “Não misture com água na embalagem original.”

08.02.01.04.02 “Não aplique em superfície aquecida.”

08.02.01.04.03 “Nunca reutilize a embalagem vazia.”

08.02.01.04.04 “Inserir recomendações para abertura da embalagem.”

08.02.01.04.05 Inserir recomendações para armazenamento da embalagem.

08.02.01.05 Frases de Recomendações para Primeiro Socorros:

08.02.01.05.01 “Em caso de contato com os olhos ou pele lave imediatamente com água em abundância.”

08.02.01.05.02 “Em caso de ingestão, não provoque vômito, consulte imediatamente um Centro de Intoxicações ou Serviço de Saúde mais próximo. Sempre que possível leve o rótulo ou embalagem do produto.”

NOTA: Os dizeres abaixo também são aplicáveis à rotulagem de produtos fortemente alcalinos e fortemente ácidos visto que uma nova regulamentação foi recentemente publicada. Seus requisitos deverão ser atendidos para novos registros e revalidações de registros realizados a partir de 90 dias após a publicação da RDC 32, de 27 de junho de 2013.

## FRASES E INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA OS DIZERES DE ROTULAGEM

### 1. Frases de Advertências Gerais:

- a) a frase "ANTES DE USAR, LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO." Deve estar localizada no painel principal, na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, disposta horizontalmente, em destaque;
- b) para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresas especializadas, deve constar a expressão "PRODUTO EXCLUSIVAMENTE DE USO PROFISSIONAL - PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO."
- c) a frase "CONSERVE FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS." deve estar em destaque;
- d) deve-se inserir recomendações para abertura da embalagem;
- e) deve-se inserir recomendações para armazenamento da embalagem; e
- f) deve-se aplicar as frases da tabela 1, conforme a classificação do produto.

### 8.2.2. Figura para os produtos corrosivos:

O pictograma de corrosivo (GHS) deve constar no painel principal, na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor.

**Classificação:** CORROSIVO À PELE / LESÃO OCULAR GRAVE

### Palavra de advertência

PERIGO

**Frase de perigo,** provoca queimadura severa à pele e dano aos olhos.  
Provoca lesões oculares graves.

### Frases de prevenção

Não inale vapores/aerossóis.

Use luvas de proteção/roupa de proteção/botas/proteção ocular/proteção facial.

Lave as mãos cuidadosamente após manuseio.

### Frases de resposta à emergência

EM CASO DE INGESTÃO: Lave a boca. NÃO provoque vômito.

EM CASO DE CONTATO COM A PELE (ou o cabelo): Retire imediatamente toda a roupa contaminada. Lave a pele com água/tome um banho. Lave a roupa contaminada antes de usá-la novamente.

EM CASO DE CONTATO COM OS OLHOS: Lave cuidadosamente com água durante vários minutos. No caso de uso de lentes de contato, remova-as, se for fácil. Continue enxaguando.

EM CASO DE INALAÇÃO: Remova a pessoa para local ventilado e em uma posição que não dificulte a respiração. Contate imediatamente CENTRO DE INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA. O número do disque-intoxicação 0800 722 6001 pode ser informado.

Tratamento específico. Contém [nome químico da(s) substância(s) corrosiva(s) à pele ou que cause(m) lesão ocular grave]

### **Frases de recomendações e de restrições de uso**

Não misture com água na embalagem original.

Não aplique em superfície aquecida.

Nunca reutilize a embalagem vazia.

Obs.: Resoluções RDC Nº 40 de 5 de Junho de 2008, RDC Nº 42 de 13 de Agosto de 2009, RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010, RDC Nº 240 de 6 de Outubro de 2004 e RDC Nº32 de 27 de Junho de 2013.

## **09 DOCUMENTOS EXIGIDOS**

09.01 Regularização junto a ANVISA conforme tipo de produto – Risco I – Notificação;

09.02 FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com NBR 14725 e Perfil Técnico;

09.03 As embalagens devem ser certificadas por organismos de certificação de produtos (ocp) acreditados pelo INMETRO, para que seja garantido que as mesmas mantenham condições de segurança ao transporte de materiais, de acordo com a resolução nº. 420, de 12/02/2004, da antt e com a portaria nº. 326, de 11/12/2006, do INMETRO;

09.04 Autorização de funcionamento para saneantes emitida pela ANVISA (fabricante, revendedor e distribuidor)

09.05 Licença Ambiental de órgão oficial do estado do fabricante;

09.06 Alvará Sanitário Municipal.

## **10 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

10.01 Os fabricantes de produtos saneantes devem cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos Regulamentos Técnicos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Controle (conforme Portaria Nº 327 MS, de 30 de julho de 2007).

## **11 RECEBIMENTO E RECUSA**

11.01 Será considerado aprovado o material que atender plenamente às características e às documentações exigidas; e

11.02 Será recusado o lote do material entregue cujas características e documentação não satisfaçam as exigências da presente especificação.

## **12 ACONDICIONAMENTO**

Deverão possuir embalagem plástica rígida, reforçada, de difícil ruptura, hermética, com tampa de dupla segurança, de forma a garantir que não seja aberta mesmo após a sua primeira abertura.

As embalagens e tampas dos produtos devem ser em todas suas partes resistentes a fim de manter as propriedades do produto e impedir rupturas e perdas durante o transporte, armazenamento e manipulação.

## ESPECIFICAÇÃO FAB-MH-077-REV03

### 01 NOMENCLATURA

Gel alcoólico para higienização das mãos (70% de álcool etílico)

### 02 PART NUMBER

FAB-MH-077

**Obs.:** é obrigatório informar o nº de controle utilizado na linha de produção da empresa (nº de referência, código ou PN).

### 03 UNIDADE

Litro

### 04 APLICAÇÃO

Serviço de Subsistência.

Higienização complementar após lavagem das mãos com ação bactericida e rápida evaporação sem deixar resíduos; dispensa enxágue e o uso de toalhas.

Faixa de concentração de uso: Puro (CD)

### 05 COMPOSIÇÃO

05.01 Substâncias de ação conservante permitidas na formulação dos produtos cosméticos

SUBSTÂNCIA	MÁXIMA CONCENTRAÇÃO AUTORIZADA
Ácido benzóico (número CAS 65-85-0) e respectivo sal de sódio (número CAS 532-32-1) (*) (BENZOIC ACID, SODIUM BENZOATE)	a) 2,5 % (ácido) Produtos que se enxáguem, exceto os produtos para higiene bucal b) 1,7 % (ácido) Produtos de higiene bucal c) 0,5 % (ácido) Produtos que não se enxáguem
Sais de ácido benzóico não incluídos no número de ordem 1 e ésteres de ácido benzóico	0,5% (expresso como ácido)
Ácido propiônico e seus sais (PROPIONIC ACID & salts)	2,0% (expresso como ácido)
Ácido salicílico e seus sais (*) (SALICYLIC ACID & salts)	0,5% (expresso como ácido)
Ácido sórbico e seus sais (SORBIC ACID & salts)	0,6% (expresso como ácido)
Sorbato de Trietanolamina (*)	0,6% (expresso como ácido)

Bifenil-2-ol (o-fenilfenol) e seus sais (O-PHENYLPHENOL & salts)	0,2% (expresso como fenol)
Piritionato de zinco (*) (número CAS 13463-41-7) (ZINC PYRITHIONE)	a) 1,0% produtos capilares b) 0,5% outros produtos
Sulfitos e Bisulfitos inorgânicos (*) (AMMONIUM SULFITE & BISULFITE, etc.)	0,2% (expresso como SO2 livre)
1,1,1-Tricloro-2-metilpropanol-2(clorobutanol) (CHLOROBUTANOL)	0,5%
Ácido 4-hidroxibenzóico, seus sais e ésteres (4-HIDROXYBENZOIC ACID,salts & esters:METHYLPARABEN, PROPILPARABEN,etc)	a) 0,4%( expresso como ácido) individual b) 0,8% (expresso como ácido) para misturas de sais ou ésteres
Ácido dehidroacético e seus sais (DEHYDROACETIC ACID & salts)	0,6% (expresso como ácido)
Ácido fórmico e seu sal sódico (FORMIC ACID & sodium salt)	0,5% (expresso como ácido)
3,3'-Dibromo-4,4'hexametileno-dioxidibenzamidina e seus sais (incluindo isotionato) (dibromohexamidina) (DIBROMOHEXAMIDINE & salts)	0,1%
Tiosalicilato de etilmercúrio sódico (THIMEROSAL)	0,007% (de Hg).Se misturado com outros compostos mercuriais o total de Hg não pode ser maior que 0,007% no produto final.
Fenilmercúrio e seus sais (incluindo borato) (PHENYLMERCURIC & salts) PHENYL MERCURIC BORATE (*)	0,007% (de Hg).Se misturado com outros compostos mercuriais o total de Hg não pode ser maior que 0,007% no produto final.
Ácido undecanóico-10-eno, (undecilênico), seus sais, ésteres, aminas e sulfosuccinato(*) (UNDECYLENIC ACID & SALTS)	0,2% (expresso como ácido)
Amino-5-bis(etil-2-hexil)-1,3 metil-5-perhidropirimidina (HEXETIDINE)	0,1%
5-Bromo-5-nitro-1,3 dioxano (5-BROMO-5-NITRO-1,3DIOXANE)	0,1%
2-Bromo-2-nitropropano-1,3-diol (Bronopol) (2-BROMO-2NITROPROPANE-1,3-DIOL)	0,1%

3,4,4'- Triclorocarbanilida (*) (TRICHLOCARBAN)	0,2%
p-cloro-metacresol (*) (p-CHLORO-m-CRESOL)	0,2%
p-cloro-metaxilenol (CHLOROXYLENOL)	0,5%
Imidazolidinil uréia (IMIDAZOLIDINYL UREA)	0,6%
Cloridrato de polihexametileno biguanida (POLYAMINOPROPYL BIGUANIDE)	0,3%
2-Fenoxietanol (PHENOXYETHANOL)	1,0%
6-Clorotimol	0,1%
Cloreto de 1-(3-cloroalil)-3,5,7triazó-1- azoniadamantano (QUATERNIUM 15)	0,2%
1-(4-clorofenoxi)-1-(1imidazolil)-3,3-dimetil-2- butanona (CLIMBAZOLE)	0,5%
1,3-Dimetilol-5,5dimetilhidantoína (DMDM HYDANTOIN)	0,6%
2-Feniletanol	0,5%
Álcool benzílico (*) (BENZYL ALCOHOL)	1,0%
1-Hidroxi-4-metil-6-(2,4,4trimetilpentil)-2- piridona e seus sais de monoetanolamina (Octopirox) (*) (PIROCTONE OLAMINE)	a) 1,0% Para produtos que se enxáguem b) 0,5% Para produtos que não se enxáguem
4-Isopropil-m-cresol (O-CYMEN-5-OL)	0,1%
Mistura de 5-cloro-2-metil-4isotiazolina-3-ona e 2-metil-4isotiazolina-3-ona com cloreto de magnésio e nitrato de magnésio (3:1) (METHYLISOTHAZOLINONE + METHYL CHLORO ISOTHAZOLINONE)	0,0015% (de uma mistura na proporção 3:1 de 5-cloro-2-methyl- isothiazol-3(2H)one e 2- methylisothiazol3(2H)-one)
2-Benzil-4-Clorofenol (CHLOROPHENE)	0,2%
2-Cloroacetamida (CHLORACETAMIDE)	0,3%
Bis-(p-clorofenildiguanida)-1,6hexano: acetato, gluconato e cloridrato (CHLORHEXIDINE DIACETATE, DIGLUCONATE DIHYDROCHLORIDE,)	0,3% (expresso como clorohexidina)
1-Fenoxi-2-propanol (*) (PHENOXYISOPROPANOL)	1,0%
4,4-Dimetil-1,3-oxazolidina (DIMETHYL OXAZOLIDINE)	0,1%

N-(hidroximetil)-N(dihidroximetil-1,3-dioxo-2,5-imidazolidinil-4)-N'(hidroximetil) urea (DIAZOLIDINYL UREA)	0,5%
Glutaraldeído (GLUTARAL)	0,1%
5-Etil-3,7-dioxo-1azobiciclo(3.3.0)octano (7-ETHYLBICYCLO OXAZOLIDINE)	0,3%
6,6-dibromo-4,4-dicloro-2,2` metilenodifenol (BROMOCHLOROPHENE)	0,1%
Álcool 2,4-Diclorobenzílico (DICHLOROBENZYL ALCOHOL)	0,15%
Tricloro-2,4,4'hidróxi-2' difenileter (*) (TRICLOSAN)	0,3%
Hexametilenotetramina (METHENAMINE)	0,15%
Brometo e Cloreto de Alquil(C12-C22) Trimetilamônio (*)	0,1%
1,6-Di-(4-amidinofenoxi)-nhexano e seus sais (incluindo isotionato e p-hidroxibenzoato) (HEXAMIDINE & salts)	0,1%
3-(p-clorofenoxi)-propano-1,2diol (CHLORPHENESIN)	0,3%
Hidroximetil aminoacetato de sódio (SODIUM HYDROXYMETHYL GLYCINATE)	0,5%
Cloreto de prata depositado em dióxido de titânio (SILVER CHLORIDE)	0,004% (calculado como cloreto de prata)
Cloreto, Brometo e Sacarinato de Alquil (C8-C18) dimetilbenzilamônio (*) (BENZALKONIUM BROMIDE, CHLORIDE, SACCHARINATE)	0,1% (calculado como cloreto de benzalcônio)
Benzilhemiformal (BENZYLHEMIFORMAL)	0,15%
3-Iodo-2-propinilbutilcarbamato (número CAS 55406-53-6)	a) 0,02% Produtos que se enxáguem b) 0,01% Produtos que não se enxáguem, exceto em desodorantes/ antitranspirantes c) 0,0075% desodorantes/ antitranspirantes
(IODOPROPINYL BUTYLCARBAMATE)	
Cloreto de Diisobutil Fenoxietoxietil –dimetil – benzilamônio (BENZETHONIUM CHLORIDE)	0,1%



2-metil-4-isotiazolina-3-ona (METHYLISOTHIAZOLINONE)	0,01%
---	-------

**OBS: Fonte:** Resolução Anvisa RDC – Nº 29 de 1º de Junho de 2012.

05.02 Substâncias corantes permitidas para uso em formulação de produtos cosméticos:  
A descrição do corante, se presente na formulação, deve estar presente na rotulagem.  
*Vide RDC Nº 44 de 09 de Agosto de 2012, em anexo*

05.03 Substâncias que não podem ser utilizadas em produtos Cosméticos, exceto nas condições e com as restrições estabelecidas  
*Vide Anexoda RDC Nº 3 de 20 de Janeiro de 2012*

05.04 Substâncias que os produtos Cosméticos não devem conter em produtos Cosméticos  
*Vide Anexo da RDC Nº 48 de 16 de março de 2013*

## 06 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS

Aspecto: Gel;  
pH: 6,0 – 9,0;  
Composição química: Agente bactericida, Espessante, Umectante e Emoliente;  
Princípio ativo: Álcool etílico (nºCAS 64-17-5) 70% (CC).

## 07 EMBALAGEM

Sistema fechado (cartuchos/ blíster/bolsa refil) de 2 a 5L.

## 08 ROTULAGEM

A rotulagem deve conter informação verdadeira e suficiente de seus usos e características essenciais. Todas as frases e símbolos de inserção obrigatória devem figurar com caracteres bem visíveis, indelévels nas condições normais de uso e facilmente legíveis. A informação obrigatória não pode estar escrita sobre partes removíveis para o uso, como tampas, travas de segurança e outras, que se inutilizem ao abrir a embalagem.

- 08.01.01 Nome do produto (embalagens primária e secundária)
- 08.01.02 Marca (embalagens primária e secundária)
- 08.01.03 Número de registro do produto (embalagem secundária)
- 08.01.04 Nº de Lote ou Partida (embalagem primária).
- 08.01.05 Prazo de Validade (embalagem secundária)
- 08.01.06 Conteúdo (embalagem secundária)
- 08.01.07 País de Origem (embalagem secundária)
- 08.01.08 Fabricante/Importador/Titular (embalagem secundária)
- 08.01.09 Domicílio do Fabricante/Importador/Titular (embalagem secundária)
- 08.01.10 Modo de Uso (embalagens primária ou secundária)
- 08.01.11 Advertências e Restrições de Uso (embalagens primária e secundária)
- 08.01.12 Ingredientes/Composição (embalagem secundária)
- 08.01.13 Informações de Inflamabilidade do produto (embalagens primária e secundária)

**Nota:** Embalagem primária: envoltório ou recipiente que se encontra em contato direto com os produtos.

Embalagem Secundária: é a embalagem destinada a conter a embalagem primária ou as embalagens primárias.

**Obs.:** Conforme RDC Nº 211 de 14 de Julho de 2005

## **09 DOCUMENTOS EXIGIDOS**

09.01 Regularização junto a ANVISA conforme tipo de produto – Registro.

09.02 FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com NBR 14725 e Perfil Técnico.

09.03 Laudo de irritabilidade dermica em humanos emitido por laboratorio devidamente credenciado junto a ANVISA

09.04 Laudo de comprovação de eficacia emitido por laboratorio credenciado junto ANVISA

09.05 As embalagens devem ser certificadas por organismos de certificação de produtos (ocp) acreditados pelo INMETRO, para que seja garantido que as mesmas mantenham condições de segurança ao transporte de materiais, de acordo com a resolução nº. 420, de 12/02/2004, da antt e com a portaria nº. 326, de 11/12/2006, do INMETRO;

09.06 Autorização de funcionamento para saneantes emitida pela ANVISA;

09.07 Licença Ambiental de órgão oficial do estado do fabricante;

09.08 Alvará Sanitário Municipal.

## **10 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

10.01 Não são permitidas nas formulações substâncias que sejam listadas sob categorias I e II do IARC e outras referências internacionais, classificadas como cancerígenas, mutagênicas ou tóxicas para reprodução.comprovemente carcinogênicas, mutagênicas e teratogênicas para o homem (conforme Resolução RDC Nº 48 de de 16 de Março de 2006).

10.02 Os fabricantes de produtos saneantes devem cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos Regulamentos Técnicos de Boas Praticas de Fabricação (BPF) e Controle (conforme RDC Nº 48 , de 25 de Outubro de 2013).

## **11 RECEBIMENTO E RECUSA**

11.01 Será considerado aprovado o material que atender plenamente às características e às documentações exigidas; e

11.02 Será recusado o lote do material entregue cujas características e documentação não satisfaçam as exigências da presente especificação.

## **12 ACONDICIONAMENTO**

Deverão possuir embalagem plástica rígida, reforçada, de difícil ruptura, hermética, com tampa de dupla segurança, de forma a garantir que não seja aberta mesmo após a sua primeira abertura.

As embalagens e tampas dos produtos devem ser em todas suas partes resistentes a fim de manter as propriedades do produto e impedir rupturas e perdas durante o transporte, armazenamento e manipulação.



**COMANDO DA AERONÁUTICA  
SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO  
DIVISÃO DE SUBSISTÊNCIA**

**ESPECIFICAÇÃO FAB-MH-128-REV04**

**01 NOMENCLATURA**

Detergente desengordurante amoniacado

**02 PART NUMBER**

FAB-MH-128

**Obs.:** é obrigatório informar o nº de controle utilizado na linha de produção da empresa (nº de referência, código ou PN).

**03 UNIDADE**

Litro

**04 APLICAÇÃO**

Serviço de Subsistência.

Limpador com ação desengordurante com enxágue para pisos, com alto poder de remoção de óleos e gorduras em ladrilhos e outros pisos sem cera ou acabamentos. Anula o cheiro de gordura e fritura.

Faixa de concentração para o uso: de 0,5 a 5,5% (de 5 a 55 ml por litro de água).

**05 COMPOSIÇÃO**

05.01 Os agentes tensoativos aniônicos empregados devem ser biodegradáveis.

05.02 Somente serão permitidas como princípios ativos de produtos com ação antimicrobiana, substâncias comprovadamente aceitas pela EPA, FDA ou Comunidade Européia.

05.03 Poderão existir produtos com ação antimicrobiana formulados com substâncias ou mistura de substâncias que não são classificadas individualmente como princípios ativos com atividade antimicrobiana, desde que proporcionem a ação desejada.

05.04 Não serão permitidas nas formulações substâncias que sejam comprovadamente carcinogênicas, mutagênicas e teratogênicas para o homem, segundo a Agência Internacional de Investigação sobre o Câncer - (IARC/OMS).

05.05 Os produtos com ação antimicrobiana deverão comprovar sua eficácia mediante a metodologia da AOAC - Association of Official Analytical Chemists ou métodos adotados pelo CEN - Comitê Europeu de Normatização. Quando não existirem métodos das instituições citadas, a Autoridade Sanitária competente analisará caso a caso os métodos apresentados.

05.06 Serão permitidas associações de limpadores com sanitizantes/desinfetantes.

05.07 Fica restringido a produtos de uso profissional/industrial a utilização de HF, HNO<sub>3</sub>, H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub> e seus sais que os liberem nas condições de uso do produto.

**Fonte:** RDC 40, de 5 de Junho de 2008; RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010 e RDC Nº 14 de 28 de Fevereiro de 2007.

05.08 Substâncias de ação conservante permitidas na formulação dos produtos saneantes:

NOME QUÍMICO	CONCENTRAÇÃO MÁXIMA PERMITIDA (% p/p)
1,2-Benzo-Isotiazolinona (BIT)	0,05 para produtos de venda livre; e 0,10 apenas para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresa especializada.
1-Fenoxi -2-Propanol	0,50
2,4 Dicloro Benzil Álcool	0,15
2-Benzil 4-Clorofenol	0,20
2-Fenoxietanol	1,00
3,4,4' Triclorocarbanilida	0,20
4,4-Dimetil-1,3-Oxazolidina	0,10
7-Etil Biciclo Oxazolidina	0,30
Ácido 4-hidroxibenzóico, seus sais e ésteres (PARABEN salts and esters)	0,40 (expresso como ácido) individual para 1 éster; e 0,80 (expresso como ácido) para mistura dos sais ou ésteres
Ácido Sórbico / Sorbato de Potássio	0,60
Álcool Benzálico	1,00
Benzoato de Sódio	1,00
Bromo-2 Nitro-2 Propanodiol	0,10
Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônio / Cloreto de Benzalcônio (C12 - C16)	0,10
Cloreto de Didecil Dimetil Amônio	0,10
Clorotalonil	0,05
Cloroxilenol	0,50
Diazolidinil Uréia	0,50
Ditiometilbenzamida	0,10
DMDM Hidantoína	0,60
Hidroximetilglicinato de Sódio	0,50
Imidazolidinil Uréia	0,60
MDM Hidantoína	0,50
Metil Bromo Glutaralnitrla	0,10
Metil Isotiazolinona (MIT)	0,01
Mistura MIT / CMIT 1:3 Metil Isotiazolinona / Metilcloro Isotiazolinona	0,0022
Octil-Isotiazolinona	0,0005
Ortofenil Fenol	0,20
Para-Cloro Meta-Cresol	0,20
Piritionato de Sódio	0,064
Piritionato de Zinco	0,50
Polihexametileno Biguanida	0,30
Propionato de N,N-didecil-N-metil-poli(oxietil)amonio	1,00

NOME QUÍMICO	CONCENTRAÇÃO MÁXIMA PERMITIDA (% p/p)
Quartenium -15 / Cloreto de 1-(3-Cloroalil)-3,5,7-Triazo-1-Azoniadamantano	0,20
Tricloro-2,4,4' hidroxí-2' difenil-éter (triclosan)	0,30

Fonte: Resolução Anvisa RDC N° 30 de 4 de Julho de 2011.

## 06 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS

Aspecto: Líquido;  
pH: 8,5 – 12,0

Composição química: Tensoativo aniônico e Sequestrante

Princípio ativo: Amônia e Hidróxido de Sódio

## 07 EMBALAGEM

Bombonas de 2 a 5L

## 08 ROTULAGEM

A rotulagem deve conter informação verdadeira e suficiente de seus usos e características essenciais. Todas as frases e símbolos de inserção obrigatória devem figurar com caracteres bem visíveis, indelévels nas condições normais de uso e facilmente legíveis. A informação obrigatória não pode estar escrita sobre partes removíveis para o uso, como tampas, travas de segurança e outras, que se inutilizem ao abrir a embalagem.

## 08 ROTULAGEM

A rotulagem deve conter informação verdadeira e suficiente de seus usos e características essenciais. Todas as frases e símbolos de inserção obrigatória devem figurar com caracteres bem visíveis, indelévels nas condições normais de uso e facilmente legíveis. A informação obrigatória não pode estar escrita sobre partes removíveis para o uso, como tampas, travas de segurança e outras, que se inutilizem ao abrir a embalagem.

### 08.01 INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NOS RÓTULOS

08.01.01 Nome comercial do produto.

08.01.02 Finalidade de uso quando não estiver contemplada no nome comercial do produto.

08.01.03 Conteúdo líquido.

08.01.05 Identificação da empresa titular do produto (razão social e endereço do local de fabricação).

8.1.6 Incompatibilidades com algum material, quando for o caso.

8.1.7 Número de lote ou partida

8.1.8 Data de validade

8.1.9 Instruções de Uso: devem constar as instruções e doses para uso adequado do produto.

- 8.1.10 Precauções segundo o tipo e destino de uso do produto.
- 8.1.11 Para produtos de uso profissional deve ser incluída a frase "Produto exclusivamente de uso profissional - proibida a venda direta ao público".
- 8.1.12 Composição química (componentes ativos e aqueles de importância toxicológica devem ser indicados por seu nome químico ou genérico, os restantes por suas funções na formulação).
- 8.1.13 As frases de advertência de acordo com a classe de risco, seguido das informações dos perigos/precauções.
- 8.1.14 Número de registro conforme publicação em D.O.U para produtos de Risco 2
- 8.1.15 Número identificador do produto, informado da seguinte forma: "PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA, Nº " para produtos de Risco 1.

8.1.7 As frases:

8.1.7.1 "Mantenha fora do alcance de crianças".

8.1.7.2 "Leia atentamente o rótulo antes de usar o produto".

8.1.8 As frases de primeiros socorros:

8.1.8.1 "Em caso de contato com os olhos, lave imediatamente com água em abundância".

8.1.8.2 "Em caso de contato com a pele, lave imediatamente com água em abundância", quando corresponda.

8.1.8.3 "Em caso de ingestão, não provoque vômito e consulte imediatamente o Centro de Intoxicações ou o médico levando a embalagem ou o rótulo do produto".

## **08.02 SEGUNDO O TIPO DE PRODUTO E A FINALIDADE DE EMPREGO ACRESCENTAR**

08.02.01 Produtos a base de tensoativos sintéticos que contenham enzimas, alcalinizantes ou branqueadores:

08.02.01.01 "Evite o contato prolongado com a pele.

8.2.1.1 Depois de utilizar este produto, lave e seque as mãos".

8.2.2 Produtos à base de amoníaco

8.2.2.1 "Cuidado: irritante para os olhos e pele."

8.2.2.2 "Não misture com produtos à base de cloro."

**Obs.:** Resoluções RDC Nº 40 de 5 de Junho de 2008, RDC Nº 42 de 13 de Agosto de 2009, RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010.

## **09 DOCUMENTOS EXIGIDOS**

09.01 Regularização junto a ANVISA conforme tipo de produto.

09.02 FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com NBR 14725 e Perfil Técnico.

09.03 As embalagens devem ser certificadas por organismos de certificação de produtos (ocp) acreditados pelo INMETRO, para que seja garantido que as mesmas mantenham condições de segurança ao transporte de materiais, de acordo com a resolução nº. 420, de 12/02/2004, da antt e com a portaria nº. 326, de 11/12/2006, do INMETRO.

09.04 Autorização de funcionamento para saneantes emitida pela ANVISA (fabricante, revendedor e distribuidor).

09.05 Licença Ambiental de órgão oficial do estado do fabricante.

09.06 Alvará Sanitário Municipal.

## **10 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

10.01 Os fabricantes de produtos saneantes devem cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos Regulamentos Técnicos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Controle (conforme Portaria Nº 327 MS, de 30 de julho de 2007).

## **11 RECEBIMENTO E RECUSA**

11.01 Será considerado aprovado o material que atender plenamente às características e às documentações exigidas.

11.02 Será recusado o lote do material entregue cujas características e documentação não satisfaçam as exigências da presente especificação.

## **12 ACONDICIONAMENTO**

Deverão possuir embalagem plástica rígida, reforçada, de difícil ruptura, hermética, com tampa de dupla segurança, de forma a garantir que não seja aberta mesmo após a sua primeira abertura.

As embalagens e tampas dos produtos devem ser em todas suas partes resistentes a fim de manter as propriedades do produto e impedir rupturas e perdas durante o transporte, armazenamento e manipulação.



**COMANDO DA AERONÁUTICA  
SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO  
DIVISÃO DE SUBSISTÊNCIA**

**ESPECIFICAÇÃO FAB-MH-069-S-REV03**

**01 NOMENCLATURA**

Detergente alcalino solido em cápsulas, para máquina de lavar louças industrial.

**02 PART NUMBER**

PN	Estado Físico
FAB-MH-069-S	Sólido

**Obs.:** é obrigatório informar o nº de controle utilizado na linha de produção da empresa (nº de referência, código ou PN)

**03 UNIDADE**

Sólido: Quilograma

**04 APLICAÇÃO**

Serviço de Subsistência.

Remoção de gorduras, amidos e resíduos de proteína, promovendo uma lavagem eficiente de louças e plásticos em máquina de lavar louças industrial.

Faixa de concentração para o uso: 0,4 a 1,3 gramas de produto por litro de água.

**05 COMPOSIÇÃO**

05.01 Somente são permitidos para comercialização dos produtos incluídos na categoria sabões, aqueles que apresentem alcalinidade livre máxima expressa em Na<sub>2</sub>O de 1% p/p.

05.02 Os lava louças líquidos destinados ao uso profissional que sejam corrosivos, devem comercializar-se sem incorporar componentes que possam alterar seu odor característico quando formulados com Cloro.

05.03 É proibida a fabricação, importação e a comercialização de produto cuja formulação contenha: Componente não permitido; componente que exceda limite estabelecido constante em regulamento específico; ou componente que apresente efeitos comprovadamente mutagênicos, teratogênicos ou carcinogênicos em mamíferos.



05.04 Fica restringido a produtos de uso profissional/industrial a utilização de HF, HNO<sub>3</sub>, H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub> e seus sais que os liberem nas condições de uso do produto

**Fonte:** RDC 40, de 5 de Junho de 2008; RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010.

05.05 Substâncias de ação conservante permitidas na formulação dos produtos saneantes:

NOME QUÍMICO	CONCENTRAÇÃO MÁXIMA PERMITIDA (% p/p)
1,2-Benzo-Isotiazolinona (BIT)	0,05 para produtos de venda livre; e 0,10 apenas para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresa especializada.
1-Fenoxi -2-Propanol	0,50
2,4 Dicloro Benzil Álcool	0,15
2-Benzil 4-Clorofenol	0,20
2-Fenoxietanol	1,00
3,4,4' Triclorocarbanilida	0,20
4,4-Dimetil-1,3-Oxazolidina	0,10
7-Etil Biciclo Oxazolidina	0,30
Ácido 4-hidroxibenzóico, seus sais e ésteres (PARABEN salts and esters)	0,40 (expresso como ácido) individual para 1 éster; e 0,80 (expresso como ácido) para mistura dos sais ou ésteres
Ácido Sórbico / Sorbato de Potássio	0,60
Álcool Benílico	1,00
Benzoato de Sódio	1,00
Bromo-2 Nitro-2 Propanodiol	0,10
Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônio / Cloreto de Benzalcônio (C12 - C16)	0,10
Cloreto de Didecil Dimetil Amônio	0,10
Clorotalonil	0,05
Cloroxilenol	0,50
Diazolidinil Uréia	0,50
Ditiometilbenzamida	0,10
DMDM Hidantoína	0,60
Hidroximetilglicinato de Sódio	0,50
Imidazolidinil Uréia	0,60
MDM Hidantoína	0,50
Metil Bromo Glutaralnitrla	0,10
Metil Isotiazolinona (MIT)	0,01
Mistura MIT / CMIT 1:3 Metil Isotiazolinona / Metilcloro Isotiazolinona	0,0022
Octil-Isotiazolinona	0,0005
Ortofenil Fenol	0,20

Para-Cloro Meta-Cresol	0,20
Piritionato de Sódio	0,064
Piritionato de Zinco	0,50
Polihexametileno Biguanida	0,30
Propionato de N,N-didecil-N-metil-poli(oxietil)amonio	1,00
Quartenium -15 / Cloreto de 1-(3-Cloroalil)-3,5,7-Triazo-1-Azoniadamantano	0,20
Tricloro-2,4,4' hidroxí-2' difenil-éter (triclosan)	0,30

**Fonte:** Resolução Anvisa RDC N° 30 de 4 de Julho de 2011

## **06 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS**

Aspecto: Sólido;

pH: 11,0 a 15,0;

Composição química: Tensoativo não-iônico, Agente Alcalinizante e Agente Dispersante;

Princípio ativo: Hidróxido de Sódio (n°CAS 1310-73-2)

## **07 EMBALAGEM**

Cápsulas de 4 a 6 Kg

## **08 ROTULAGEM**

A rotulagem deve conter informação verdadeira e suficiente de seus usos e características essenciais. Todas as frases e símbolos de inserção obrigatória devem figurar com caracteres bem visíveis, indeléveis nas condições normais de uso e facilmente legíveis. A informação obrigatória não pode estar escrita sobre partes removíveis para o uso, como tampas, travas de segurança e outras, que se inutilizem ao abrir a embalagem.

### **08.01 INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NOS RÓTULOS**

08.01.01 Nome comercial do produto.

08.01.02 Finalidade de uso quando não estiver contemplada no nome comercial do produto.

08.01.03 Classe de risco.

08.01.04 Conteúdo granulado.

08.01.05 Identificação da empresa titular do produto (razão social e endereço do local de fabricação).

08.01.06 Incompatibilidades com algum material, quando for o caso.

08.01.07 Número de lote ou partida

- 08.01.08 Data de validade
- 08.01.09 Instruções de Uso: devem constar as instruções e doses para uso adequado do produto.
- 08.01.10 Precauções segundo o tipo e destino de uso do produto.
- 08.01.11 Para produtos de uso profissional deve ser incluída a frase "Produto exclusivamente de uso profissional - proibida a venda direta ao público".
- 08.01.12 Composição química (componentes ativos e aqueles de importância toxicológica devem ser indicados por seu nome químico ou genérico, os restantes por suas funções na formulação).
- 08.01.13 As frases de advertência de acordo com a classe de risco, seguido das informações dos perigos/precauções.
- 08.01.14 Número de registro conforme publicação em D.O.U para produtos de Risco 2.
- 08.01.15 Número identificador do produto, informado da seguinte forma: "PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA, Nº XX" para produtos de Risco 1.
- 08.01.16 As frases:
- 08.01.16.01 "Mantenha fora do alcance de crianças".
- 08.01.16.02 "Leia atentamente o rótulo antes de usar o produto".
- 08.01.17 As frases de primeiros socorros:
- 08.01.17.01 "Em caso de contato com os olhos, lave imediatamente com água em abundância".
- 08.01.17.02 "Em caso de contato com a pele, lave imediatamente com água em abundância".
- 08.01.17.03 "Em caso de ingestão, não provoque vômito e consulte imediatamente o médico levando a embalagem ou o rótulo do produto".
- 08.01.18 Componentes: componentes ativos e aqueles de importância toxicológica devem ser indicados por seu nome químico genérico, os restantes por suas funções na formulação.
- 08.01.19 Instruções de uso: devem constar as instruções e doses para o uso adequado do produto
- 08.01.20 Incompatibilidades com algum material, quando for o caso.
- 08.01.21 Precauções segundo o tipo e destino de uso do produto.

- 08.01.22      Recomendações de segurança – indicar EPI's que devem ser utilizados.
- 08.01.23      Recomendações para abertura da embalagem.
- 08.01.24      Nº de lote ou partida, data de fabricação e prazo de validade.
- 08.01.25      O número de registro com a sigla do órgão competente e o nome do responsável técnico com o número de inscrição no Conselho Regional de Química.
- 08.01.26      Os cuidados para a conservação – sensibilidade ao calor, umidade e luz solar.

## **08.02            SEGUNDO O TIPO DE PRODUTO E A FINALIDADE DE EMPREGO ACRESCENTAR**

- 08.02.01      Para produtos fortemente alcalinos e fortemente ácidos:

- 08.02.01.01    Frases de Advertências Gerais:

08.02.01.01.01      A sentença **ANTES DE USAR LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO** deve estar localizada no painel principal na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, disposta horizontalmente, em destaque, maiúscula e em negrito.

08.02.01.01.02      No rótulo do produto de venda restrita a empresas especializadas, isto é, aplicados ou manipulados exclusivamente por profissional devidamente treinado, capacitado ou por empresa especializada deve constar em destaque a expressão **PRODUTO EXCLUSIVAMENTE DE USO PROFISSIONAL - PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO**, localizada no painel principal na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, em destaque, maiúscula e em negrito.

08.02.01.01.03      A frase **CONSERVE FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS**, deve estar em destaque, negrito e maiúscula.

08.02.01.01.04      Exclusivamente para os produtos fortemente alcalinos: **PERIGO: CAUSA QUEIMADURAS GRAVES - CONTÉM PRODUTO FORTEMENTE ALCALINO XX** (mencionar o nome químico da base). Esta locução deve estar em destaque, negrito, maiúscula e acrescentada dos pictogramas de substâncias corrosivas e substâncias tóxicas.

08.02.01.01.05      Exclusivamente para os produtos fortemente ácidos: **PERIGO: CAUSA QUEIMADURAS GRAVES - CONTÉM PRODUTO FORTEMENTE ÁCIDO XX** (mencionar o nome químico do ácido). Esta locução deve estar em destaque, negrito, maiúscula e acrescentada dos pictogramas de substâncias corrosivas e substâncias tóxicas.

- 08.02.01.02      Frases de Advertências Toxicológicas:

08.02.01.02.01      “CUIDADO: perigosa a sua ingestão.”

08.02.01.02.02      “Impeça o contato com os olhos, pele e roupas durante o manuseio.”

- 08.02.01.03 "Frases de Recomendações de Segurança:
- 08.02.01.03.01 Quando as características do produto e uso assim indicarem "Utilize luvas de borracha e proteja os olhos durante a aplicação."
- 08.02.01.03.02 Quando as características do produto e uso assim indicarem: "Utilize botas de proteção."
- 08.02.01.04 Frases de Recomendações de Uso:
- 08.02.01.04.01 "Não misture com água na embalagem original."
- 08.02.01.04.02 "Não aplique em superfície aquecida."
- 08.02.01.04.03 "Nunca reutilize a embalagem vazia."
- 08.02.01.04.04 "Inserir recomendações para abertura da embalagem."
- 08.02.01.04.05 "Inserir recomendações para armazenamento da embalagem."
- 08.02.01.05 Frases de Recomendações para Primeiro Socorros:
- 08.02.01.05.01 "Em caso de contato com os olhos ou pele lave imediatamente com água em abundância."
- 08.02.01.05.02 "Em caso de ingestão, não provoque vômito, consulte imediatamente um Centro de Intoxicações ou Serviço de Saúde mais próximo. Sempre que possível leve o rótulo ou embalagem do produto."

NOTA: Os dizeres abaixo também são aplicáveis à rotulagem de produtos fortemente alcalinos e fortemente ácidos visto que uma nova regulamentação foi recentemente publicada. Seus requisitos deverão ser atendidos para novos registros e revalidações de registros realizados a partir de 90 dias após a publicação da RDC 32, de 27 de junho de 2013.

## FRASES E INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA OS DIZERES DE ROTULAGEM

### 1. Frases de Advertências Gerais:

- a) a frase "ANTES DE USAR, LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO." Deve estar localizada no painel principal, na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, disposta horizontalmente, em destaque;
- b) para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresas especializadas, deve constar a expressão "PRODUTO EXCLUSIVAMENTE DE USO PROFISSIONAL - PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO."
- c) a frase "CONSERVE FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS." deve estar em destaque;
- d) deve-se inserir recomendações para abertura da embalagem;
- e) deve-se inserir recomendações para armazenamento da embalagem; e

f) deve-se aplicar as frases da tabela 1, conforme a classificação do produto.

8.2.2. Figura para os produtos corrosivos:

O pictograma de corrosivo (GHS) deve constar no painel principal, na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor.

**Classificação:** CORROSIVO À PELE / LESÃO OCULAR GRAVE

**Palavra de advertência**

PERIGO

**Frase de perigo,** provoca queimadura severa à pele e dano aos olhos.  
Provoca lesões oculares graves.

**Frases de prevenção**

Não inale vapores/aerossóis.

Use luvas de proteção/roupa de proteção/botas/proteção ocular/proteção facial.

Lave as mãos cuidadosamente após manuseio.

**Frases de resposta à emergência**

EM CASO DE INGESTÃO: Lave a boca. NÃO provoque vômito.

EM CASO DE CONTATO COM A PELE (ou o cabelo): Retire imediatamente toda a roupa contaminada. Lave a pele com água/tome um banho. Lave a roupa contaminada antes de usá-la novamente.

EM CASO DE CONTATO COM OS OLHOS: Lave cuidadosamente com água durante vários minutos. No caso de uso de lentes de contato, remova-as, se for fácil. Continue enxaguando.

EM CASO DE INALAÇÃO: Remova a pessoa para local ventilado e em uma posição que não dificulte a respiração. Contate imediatamente CENTRO DE INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA. O número do disque-intoxicação 0800 722 6001 pode ser informado.

Tratamento específico. Contém [nome químico da(s) substância(s) corrosiva(s) à pele ou que cause(m) lesão ocular grave]

**Frases de recomendações e de restrições de uso**

Não misture com água na embalagem original.

Não aplique em superfície aquecida.

Nunca reutilize a embalagem vazia.

Obs.: Resoluções RDC Nº 40 de 5 de Junho de 2008, RDC Nº 42 de 13 de Agosto de 2009, RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010, RDC Nº 240 de 6 de Outubro de 2004 e RDC Nº32 de 27 de Junho de 2013.

**09 DOCUMENTOS EXIGIDOS**

- 09.01 Regularização junto a ANVISA conforme tipo de produto – Risco II – Registro.
- 09.02 FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com NBR 14725 e Perfil Técnico.
- 09.03 Autorização de funcionamento para saneantes emitida pela ANVISA. (fabricante e revendedor, distribuidor)
- 09.04 Licença Ambiental de órgão oficial do estado do fabricante.
- 09.05 Alvará Sanitário Municipal.

## **10 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

10.01 Os fabricantes de produtos saneantes devem cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos Regulamentos Técnicos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Controle (conforme Portaria Nº 327 MS, de 30 de julho de 2007).

## **11 RECEBIMENTO E RECUSA**

11.01 Será considerado aprovado o material que atender plenamente às características e às documentações exigidas; e

11.02 Será recusado o lote do material entregue cujas características e documentação não satisfaçam as exigências da presente especificação.

## **12 ACONDICIONAMENTO**

Deverão possuir embalagem plástica rígida, reforçada, de difícil ruptura, hermética, com tampa de dupla segurança, de forma a garantir que não seja aberta mesmo após a sua primeira abertura.

As embalagens e tampas dos produtos devem ser em todas suas partes resistentes a fim de manter as propriedades do produto e impedir rupturas e perdas durante o transporte, armazenamento e manipulação.



**COMANDO DA AERONÁUTICA  
SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO  
DIVISÃO DE SUBSISTÊNCIA**

**ESPECIFICAÇÃO FAB-MH-074-REV03**

**01 NOMENCLATURA**

Polidor e protetor para inox.

**02 PART NUMBER**

PN	FAB-MH-074
----	------------

**Obs.:** é obrigatório informar o nº de controle utilizado na linha de produção da empresa (nº de referência, código ou PN).

**03 UNIDADE**

Litro

**04 APLICAÇÃO**

Serviço de Subsistência.

Proteção e polimento para superfícies de aço inoxidável, alumínio e peças cromadas.

**Faixa de concentração de uso: Puro. (CD)**

**05 COMPOSIÇÃO**

05.01 Somente são permitidos para comercialização dos produtos incluídos na categoria sabões, aqueles que apresentem alcalinidade livre máxima expressa em Na<sub>2</sub>O de 1% p/p.

05.02 Os lava louças líquidos destinados ao uso profissional que sejam corrosivos, devem comercializar-se sem incorporar componentes que possam alterar seu odor característico quando formulados com Cloro.

05.03 É proibida a fabricação, importação e a comercialização de produto cuja formulação contenha: Componente não permitido; componente que exceda limite estabelecido constante em regulamento específico; ou componente que apresente efeitos comprovadamente mutagênicos, teratogênicos ou carcinogênicos em mamíferos.

05.04 Fica restringido a produtos de uso profissional/industrial a utilização de HF, HNO<sub>3</sub>, H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub> e seus sais que os liberem nas condições de uso do produto



**Fonte:** RDC 40, de 5 de Junho de 2008; RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010.

05.05 Substâncias de ação conservante permitidas na formulação dos produtos saneantes:

NOME QUÍMICO	CONCENTRAÇÃO MÁXIMA PERMITIDA (% p/p)
1,2-Benzo-Isotiazolinona (BIT)	0,05 para produtos de venda livre; e 0,10 apenas para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresa especializada.
1-Fenoxi -2-Propanol	0,50
2,4 Dicloro Benzil Álcool	0,15
2-Benzil 4-Clorofenol	0,20
2-Fenoxietanol	1,00
3,4,4' Triclorocarbanilida	0,20
4,4-Dimetil-1,3-Oxazolidina	0,10
7-Etil Biciclo Oxazolidina	0,30
Ácido 4-hidroxibenzóico, seus sais e ésteres (PARABEN salts and esters)	0,40 (expresso como ácido) individual para 1 éster; e 0,80 (expresso como ácido) para mistura dos sais ou ésteres
Ácido Sórbico / Sorbato de Potássio	0,60
Álcool Benzílico	1,00
Benzoato de Sódio	1,00
Bromo-2 Nitro-2 Propanodiol	0,10
Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônio / Cloreto de Benzalcônio (C12 - C16)	0,10
Cloreto de Didecil Dimetil Amônio	0,10
Clorotalonil	0,05
Cloroxilenol	0,50
Diazolidinil Uréia	0,50
Ditiometilbenzamida	0,10
DMDM Hidantoína	0,60
Hidroximetilglicinato de Sódio	0,50
Imidazolidinil Uréia	0,60
MDM Hidantoína	0,50
Metil Bromo Glutaralnitrida	0,10
Metil Isotiazolinona (MIT)	0,01
Mistura MIT / CMIT 1:3 Metil Isotiazolinona / Metilcloro Isotiazolinona	0,0022
Octil-Isotiazolinona	0,0005
Ortofenil Fenol	0,20
Para-Cloro Meta-Cresol	0,20
Piritionato de Sódio	0,064
Piritionato de Zinco	0,50
Polihexametileno Biguanida	0,30

Propionato de N,N-didecil-N-metil-poli(oxietil)amonio	1,00
Quartenium -15 / Cloreto de 1-(3-Cloroalil)-3,5,7-Triazo-1-Azoniadamantano	0,20
Tricloro-2,4,4' hidroxi-2' difenil-éter (triclosan)	0,30

Fonte: Resolução Anvisa RDC Nº 30 de 4 de Julho de 2011

## 06 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS

Aspecto: Líquido

pH: 7,0 a 9,0

**Composição química:** Tensoativo não-iônico(CC);

**Princípio ativo:** Polidor líquido: Óleo mineral branco (nºCAS 8042-47-5)

## 07 EMBALAGEM

Frascos de 0,5 a 1L acondicionado em caxas com no maximo 5 Litros

## 08 ROTULAGEM

A rotulagem deve conter informação verdadeira e suficiente de seus usos e características essenciais. Todas as frases e símbolos de inserção obrigatória devem figurar com caracteres bem visíveis, indelévels nas condições normais de uso e facilmente legíveis. A informação obrigatória não pode estar escrita sobre partes removíveis para o uso, como tampas, travas de segurança e outras, que se inutilizem ao abrir a embalagem.

### 08.01 INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NOS RÓTULOS

08.01.01 Nome do produto.

08.01.02 Finalidade de uso quando não estiver contemplada no nome comercial do produto.

08.01.03 Classe de risco.

08.01.04 Conteúdo líquido.

08.01.05 Identificação da empresa titular do produto (razão social e endereço do local de fabricação).

08.01.06 Diamante de Hommel.

08.01.07 As frases de advertência de acordo com a classe de risco, seguido das informações dos perigos/precauções.

8.1.7.1 Classe de risco I: "PERIGO! VENENO!" (Acrescentar figura de uma caveira com tibias cruzadas, em sinal de perigo)

8.1.7.2 Classe de risco II: "CUIDADO"

8.1.7.3 Classe de risco III: "ATENÇÃO"

8.1.8 As frases:

8.1.8.1 "Mantenha fora do alcance de crianças".

8.1.8.2 "Leia atentamente o rótulo antes de usar o produto".

8.1.8.3 "Não reutilize embalagens vazias".

8.1.8.4 "Não dê nada por via oral a uma pessoa inconsciente".

- 8.1.9 As frases de primeiros socorros:
- 8.1.9.1 "Em caso de contato com os olhos, lave imediatamente com água em abundância".
- 8.1.9.2 "Em caso de contato com a pele, lave imediatamente com água em abundância".
- 8.1.9.3 "Em caso de ingestão, não provoque vômito e consulte imediatamente o médico levando a embalagem ou o rótulo do produto".
- 8.1.9.4 "Em caso de inalação, remova o paciente para local arejado e chame o socorro médico."

8.1.10 Componentes: componentes ativos e aqueles de importância toxicológica devem ser indicados por seu nome químico genérico, os restantes por suas funções na formulação.

8.1.11 Instruções de uso: devem constar as instruções e doses para o uso adequado do produto

- 8.1.12 Incompatibilidades com algum material, quando for o caso.
- 8.1.13 Precauções segundo o tipo e destino de uso do produto.
- 8.1.14 Recomendações de segurança – indicar EPI's que devem ser utilizados.
- 8.1.15 Recomendações para abertura da embalagem.
- 8.1.16 Nº de lote ou partida, data de fabricação e prazo de validade.
- 8.1.17 O número de registro com a sigla do órgão competente e o nome do responsável técnico com o número de inscrição no Conselho Regional de Química.
- 8.1.18 Os cuidados para a conservação – sensibilidade ao calor, umidade e luz solar.

8.1.19 Para produtos de uso profissional deve ser incluída a frase "Produto exclusivamente de uso profissional - proibida a venda direta ao público".

## **8.2 SEGUNDO O TIPO DE PRODUTO E A FINALIDADE DE EMPREGO ACRESCENTAR**

08.02.01 Produtos a base de tensoativos sintéticos que contenham enzimas, alcalinizantes ou branqueadores:

- 8.2.1.1 "Evite o contato prolongado com a pele.
- 08.02.01.02 Depois de utilizar este produto, lave e seque as mãos".

08.02.02 Produtos à base de hidrocarbonetos

- 08.02.02.01 "Mantenha longe do fogo e de superfícies aquecidas".
- 08.02.02.02 "Cuidado! Perigosa sua ingestão".
- 08.02.02.03 "Não inale"
- 08.02.02.04 "Mantenha o recipiente hermeticamente fechado em lugar ventilado".

08.02.03 Produtos à base de amoníaco

- 08.02.03.01 "Cuidado: irritante para os olhos e pele."
- 08.02.03.02 "Não misture com produtos à base de cloro."

**Obs.:** Resoluções RDC Nº 40 de 5 de Junho de 2008, RDC Nº 42 de 13 de Agosto de 2009, RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010.

## **09 DOCUMENTOS EXIGIDOS**

09.01 Regularização junto a ANVISA conforme tipo de produto.

09.02 FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com NBR 14725 e Perfil Técnico.

09.03 Autorização de funcionamento para saneantes emitida pela ANVISA(fabricante, revendedor e distribuidor);

09.04 Licença Ambiental de órgão oficial do estado do fabricante;

09.05 Alvará Sanitário Municipal.

## **10 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

10.01 Os fabricantes de produtos saneantes devem cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos Regulamentos Técnicos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Controle (conforme Portaria Nº 327 MS, de 30 de julho de 2007).

## **11 RECEBIMENTO E RECUSA**

11.01 Será considerado aprovado o material que atender plenamente às características e às documentações exigidas.

11.02 Será recusado o lote do material entregue cujas características e documentação não satisfaçam as exigências da presente especificação.

## **12 ACONDICIONAMENTO**

Deverão possuir embalagem plástica rígida, reforçada, de difícil ruptura, hermética, com tampa de dupla segurança, de forma a garantir que não seja aberta mesmo após a sua primeira abertura.

As embalagens e tampas dos produtos devem ser em todas suas partes resistentes a fim de manter as propriedades do produto e impedir rupturas e perdas durante o transporte, armazenamento e manipulação.

## ESPECIFICAÇÃO FAB-MH-069-L-REV04

### 01 NOMENCLATURA

Detergente líquido clorado para máquina de lavar louças industrial.

### 02 PART NUMBER

PN	Estado Físico
FAB-MH-069-L	Líquido

**Obs.:** é obrigatório informar o nº de controle utilizado na linha de produção da empresa (nº de referência, código ou PN)

### 03 UNIDADE

Líquido: Litro

### 04 APLICAÇÃO

Serviço de Subsistência.

Remoção de gorduras, amidos e resíduos de proteína, promovendo uma lavagem eficiente de louças e plásticos em máquina de lavar louças industrial.

Faixa de concentração para o uso: de 0,1 a 0,3% (de 1 a 3 ml por litro de água) (CD).

### 05 COMPOSIÇÃO

05.01 Somente são permitidos para comercialização dos produtos incluídos na categoria sabões, aqueles que apresentem alcalinidade livre máxima expressa em Na<sub>2</sub>O de 1% p/p.

05.02 Os lava louças líquidos destinados ao uso profissional que sejam corrosivos, devem comercializar-se sem incorporar componentes que possam alterar seu odor característico quando formulados com Cloro.

05.03 É proibida a fabricação, importação e a comercialização de produto cuja formulação contenha: Componente não permitido; componente que exceda limite estabelecido constante em regulamento específico; ou componente que apresente efeitos comprovadamente mutagênicos, teratogênicos ou carcinogênicos em mamíferos.

05.04 Fica restringido a produtos de uso profissional/industrial a utilização de HF, HNO<sub>3</sub>, H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub> e seus sais que os liberem nas condições de uso do produto

**Fonte:** RDC 40, de 5 de Junho de 2008; RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010.

05.05 Substâncias de ação conservante permitidas na formulação dos produtos saneantes:

COMPOSTO QUÍMICO	CONCENTRAÇÃO MÁXIMA PERMITIDA (% p/p)
1,2-Benzo-Isotiazolinona (BIT)	0,05 para produtos de venda livre; e 0,10 apenas para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresa especializada.
1-Fenoxi -2-Propanol	0,50
2,4 Dicloro Benzil Álcool	0,15
2-Benzil 4-Clorofenol	0,20
2-Fenoxietanol	1,00
3,4,4' Triclorocarbanilida	0,20
4,4-Dimetil-1,3-Oxazolidina	0,10
7-Etil Biciclo Oxazolidina	0,30
Ácido 4-hidroxibenzóico, seus sais e ésteres (PARABEN salts and esters)	0,40 (expresso como ácido) individual para 1 éster; e 0,80 (expresso como ácido) para mistura dos sais ou ésteres
Ácido Sórbico / Sorbato de Potássio	0,60
Álcool Benzílico	1,00
Benzoato de Sódio	1,00
Bromo-2 Nitro-2 Propanodiol	0,10
Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônio / Cloreto de Benzalcônio (C12 - C16)	0,10
Cloreto de Didecil Dimetil Amônio	0,10
Clorotalonil	0,05
Cloroxilenol	0,50
Diazolidinil Uréia	0,50
Ditiometilbenzamida	0,10
DMDM Hidantoína	0,60
Hidroximetilglicinato de Sódio	0,50
Imidazolidinil Uréia	0,60
MDM Hidantoína	0,50
Metil Bromo Glutaralnitrla	0,10
Metil Isotiazolinona (MIT)	0,01
Mistura MIT / CMIT 1:3 Metil Isotiazolinona / Metilcloro Isotiazolinona	0,0022
Octil-Isotiazolinona	0,0005
Ortofenil Fenol	0,20
Para-Cloro Meta-Cresol	0,20
Piritionato de Sódio	0,064
Piritionato de Zinco	0,50
Polihexametileno Biguanida	0,30
Propionato de N,N-didecil-N-metil-poli(oxietil)amonio	1,00
Quartenium -15 / Cloreto de 1-(3-Cloroalil)-3,5,7-Triazo-1-Azoniadamantano	0,20
Tricloro-2,4,4' hidroxi-2' difenil-éter (triclosan)	0,30

Fonte: Resolução Anvisa RDC Nº 30 de 4 de Julho de 2011

## **06 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS (MÍNIMAS)**

Aspecto: Líquido;

PH: 12,0 – 15,0

Composição química: Tensoativo não iônico, Sequestrante, Alcalinizante, Dispersante e Agente Inibidor de Corrosão;

Princípio ativo: Hidróxido de sódio (n°CAS 1310-73-2) e Hipoclorito de sódio (n°CAS7681-52-9)

## **07 EMBALAGEM**

Líquido: Bombonas de 2 a 5L

## **08 ROTULAGEM**

A rotulagem deve conter informação verdadeira e suficiente de seus usos e características essenciais. Todas as frases e símbolos de inserção obrigatória devem figurar com caracteres bem visíveis, indelévels nas condições normais de uso e facilmente legíveis. A informação obrigatória não pode estar escrita sobre partes removíveis para o uso, como tampas, travas de segurança e outras, que se inutilizem ao abrir a embalagem.

### **08.01 INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NOS RÓTULOS**

08.01.01 Nome comercial do produto.

08.01.02 Finalidade de uso quando não estiver contemplada no nome comercial do produto.

08.01.03 Classe de risco.

08.01.04 Conteúdo líquido.

08.01.05 Identificação da empresa titular do produto (razão social e endereço do local de fabricação).

08.01.06 Incompatibilidades com algum material, quando for o caso.

08.01.07 Número de lote ou partida

08.01.08 Data de validade

08.01.09 Instruções de Uso: devem constar as instruções e doses para uso adequado do produto.

08.01.10 Precauções segundo o tipo e destino de uso do produto.

08.01.11 Para produtos de uso profissional deve ser incluída a frase "Produto exclusivamente de uso profissional - proibida a venda direta ao público".

08.01.12 Composição química (componentes ativos e aqueles de importância toxicológica devem ser indicados por seu nome químico ou genérico, os restantes por suas funções na formulação).

- 08.01.13 As frases de advertência de acordo com a classe de risco, seguido das informações dos perigos/precauções.
- 08.01.14 Número de registro conforme publicação em D.O.U para produtos de Risco 2.
- 08.01.15 Número identificador do produto, informado da seguinte forma: “PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA, Nº XX” para produtos de Risco 1.
- 08.01.16 As frases:
- 08.01.16.01 "Mantenha fora do alcance de crianças".
- 08.01.16.02 "Leia atentamente o rótulo antes de usar o produto".
- 08.01.17 As frases de primeiros socorros:
- 08.01.17.01 "Em caso de contato com os olhos, lave imediatamente com água em abundância".
- 08.01.17.02 "Em caso de contato com a pele, lave imediatamente com água em abundância".
- 08.01.17.03 "Em caso de ingestão, não provoque vômito e consulte imediatamente o médico levando a embalagem ou o rótulo do produto".
- 08.01.18 Componentes: componentes ativos e aqueles de importância toxicológica devem ser indicados por seu nome químico genérico, os restantes por suas funções na formulação.
- 08.01.19 Instruções de uso: devem constar as instruções e doses para o uso adequado do produto
- 08.01.20 Incompatibilidades com algum material, quando for o caso.
- 08.01.21 Precauções segundo o tipo e destino de uso do produto.
- 08.01.22 Recomendações de segurança – indicar EPI's que devem ser utilizados.
- 08.01.23 Recomendações para abertura da embalagem.
- 08.01.24 Nº de lote ou partida, data de fabricação e prazo de validade.
- 08.01.25 O número de registro com a sigla do órgão competente e o nome do responsável técnico com o número de inscrição no Conselho Regional de Química.
- 08.01.26 Os cuidados para a conservação – sensibilidade ao calor, umidade e luz solar.



## **08.02 SEGUNDO O TIPO DE PRODUTO E A FINALIDADE DE EMPREGO ACRESCENTAR**

8.2.1 Para produtos fortemente alcalinos e fortemente ácidos:

8.2.1.1 Frases de Advertências Gerais:

8.2.1.1.1 A sentença ANTES DE USAR LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO deve estar localizada no painel principal na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, disposta horizontalmente, em destaque, maiúscula e em negrito.

8.2.1.1.2 No rótulo do produto de venda restrita a empresas especializadas, isto é, aplicados ou manipulados exclusivamente por profissional devidamente treinado, capacitado ou por empresa especializada deve constar em destaque a expressão PRODUTO EXCLUSIVAMENTE DE USO PROFISSIONAL - PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO, localizada no painel principal na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, em destaque, maiúscula e em negrito.

8.2.1.1.3 A frase CONSERVE FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS, deve estar em destaque, negrito e maiúscula.

8.2.1.1.4 Exclusivamente para os produtos fortemente alcalinos: PERIGO: CAUSA QUEIMADURAS GRAVES - CONTÉM PRODUTO FORTEMENTE ALCALINO \_\_\_\_\_ (mencionar o nome químico da base). Esta locução deve estar em destaque, negrito, maiúscula e acrescentada dos pictogramas de substâncias corrosivas e substâncias tóxicas.

8.2.1.1.5 Exclusivamente para os produtos fortemente ácidos: PERIGO: CAUSA QUEIMADURAS GRAVES - CONTÉM PRODUTO FORTEMENTE ÁCIDO \_\_\_\_\_ (mencionar o nome químico do ácido). Esta locução deve estar em destaque, negrito, maiúscula e acrescentada dos pictogramas de substâncias corrosivas e substâncias tóxicas.

8.2.1.2 Frases de Advertências Toxicológicas:

8.2.1.2.1 “CUIDADO: perigosa a sua ingestão.”

8.2.1.2.2 “Impeça o contato com os olhos, pele e roupas durante o manuseio.”

8.2.1.3 " Frases de Recomendações de Segurança:

8.2.1.3.1 Quando as características do produto e uso assim indicarem “Utilize luvas de borracha e proteja os olhos durante a aplicação.”

8.2.1.3.2 Quando as características do produto e uso assim indicarem: “Utilize botas de proteção.”

8.2.1.4 Frases de Recomendações de Uso:

8.2.1.4.1 “Não misture com água na embalagem original.”

8.2.1.4.2 “Não aplique em superfície aquecida.”

8.2.1.4.3 “Nunca reutilize a embalagem vazia.”

8.2.1.4.4 “Inserir recomendações para abertura da embalagem.”

8.2.1.4.5 Inserir recomendações para armazenamento da embalagem.

8.2.1.4.6

8.2.1.5 Frases de Recomendações para Primeiro Socorros:

8.2.1.5.1 “Em caso de contato com os olhos ou pele lave imediatamente com água em abundância.”

8.2.1.5.2

8.2.1.5.3 “Em caso de ingestão, não provoque vômito, consulte imediatamente um Centro de Intoxicações ou Serviço de Saúde mais próximo. Sempre que possível leve o rótulo ou embalagem do produto.”

NOTA: Os dizeres abaixo também são aplicáveis à rotulagem de produtos fortemente alcalinos e fortemente ácidos visto que uma nova regulamentação foi recentemente publicada. Seus requisitos deverão ser atendidos para novos registros e revalidações de registros realizados a partir de 90 dias após a publicação da RDC 32, de 27 de junho de 2013.

## FRASES E INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA OS DIZERES DE ROTULAGEM

### 1. Frases de Advertências Gerais:

a) a frase "ANTES DE USAR, LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO." Deve estar localizada no painel principal, na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, disposta horizontalmente, em destaque;

b) para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresas especializadas, deve constar a expressão "PRODUTO EXCLUSIVAMENTE DE USO PROFISSIONAL - PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO."

c) a frase "CONSERVE FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS." deve estar em destaque;

d) deve-se inserir recomendações para abertura da embalagem;

e) deve-se inserir recomendações para armazenamento da embalagem; e

f) deve-se aplicar as frases da tabela 1, conforme a classificação do produto.

### 8.2.2. Figura para os produtos corrosivos:

O pictograma de corrosivo (GHS) deve constar no painel principal, na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor.

**Classificação:** CORROSIVO À PELE / LESÃO OCULAR GRAVE

### Palavra de advertência

PERIGO

**Frase de perigo,** provoca queimadura severa à pele e dano aos olhos.

Provoca lesões oculares graves.

### Frases de prevenção

Não inale vapores/aerossóis.

Use luvas de proteção/roupa de proteção/botas/proteção ocular/proteção facial.

Lave as mãos cuidadosamente após manuseio.

**Frases de resposta à emergência**

EM CASO DE INGESTÃO: Lave a boca. NÃO provoque vômito.

EM CASO DE CONTATO COM A PELE (ou o cabelo): Retire imediatamente toda a roupa contaminada. Lave a pele com água/tome um banho. Lave a roupa contaminada antes de usá-la novamente.

EM CASO DE CONTATO COM OS OLHOS: Lave cuidadosamente com água durante vários minutos. No caso de uso de lentes de contato, remova-as, se for fácil. Continue enxaguando.

EM CASO DE INALAÇÃO: Remova a pessoa para local ventilado e em uma posição que não dificulte a respiração. Contate imediatamente CENTRO DE INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA. O número do disque-intoxicação 0800 722 6001 pode ser informado.

Tratamento específico. Contém [nome químico da(s) substância(s) corrosiva(s) à pele ou que cause(m) lesão ocular grave]

**Frases de recomendações e de restrições de uso**

Não misture com água na embalagem original.

Não aplique em superfície aquecida.

Nunca reutilize a embalagem vazia.

**Obs.:** Resoluções RDC N° 40 de 5 de Junho de 2008, RDC N° 42 de 13 de Agosto de 2009, RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010, RDC N° 240 de 6 de Outubro de 2004 e RDC N°32 de 27 de Junho de 2013.

**09 DOCUMENTOS EXIGIDOS**

09.01 Regularização junto a ANVISA conforme tipo de produto.

09.02 FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com NBR 14725 e Perfil Técnico.

09.03 As embalagens devem ser certificadas por organismos de certificação de produtos (ocp) acreditados pelo INMETRO, para que seja garantido que as mesmas mantenham condições de segurança ao transporte de materiais, de acordo com a resolução nº. 420, de 12/02/2004, da antt e com a portaria nº. 326, de 11/12/2006, do INMETRO.

09.04 Autorização de funcionamento para saneantes emitida pela ANVISA (fabricante, revendedor e distribuidor).

09.05 Licença Ambiental de órgão oficial do estado do fabricante.

09.06 Alvará Sanitário Municipal.

**10 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

10.01 Os fabricantes de produtos saneantes devem cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos Regulamentos Técnicos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Controle (conforme Portaria N° 327 MS, de 30 de julho de 2007).

## **11 RECEBIMENTO E RECUSA**

11.01 Será considerado aprovado o material que atender plenamente às características e às documentações exigidas; e

11.02 Será recusado o lote do material entregue cujas características e documentação não satisfaçam as exigências da presente especificação.

## **12 ACONDICIONAMENTO**

Deverão possuir embalagem plástica rígida, reforçada, de difícil ruptura, hermética, com tampa de dupla segurança, de forma a garantir que não seja aberta mesmo após a sua primeira abertura.

As embalagens e tampas dos produtos devem ser em todas suas partes resistentes a fim de manter as propriedades do produto e impedir rupturas e perdas durante o transporte, armazenamento e manipulação.



**COMANDO DA AERONÁUTICA  
SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO  
DIVISÃO DE SUBSISTÊNCIA**

**ESPECIFICAÇÃO FAB-MH-145 REV03**

**01 NOMENCLATURA**

Digestor biológico de gordura para ralos e caixas de gordura.

**02 PART NUMBER**

FAB-MH-145

**Obs.:** é obrigatório informar o nº de controle utilizado na linha de produção da empresa (nº de referência, código ou PN).

**03 UNIDADE**

Litro

**04 APLICAÇÃO**

Serviço de Subsistência.

Digestor de gorduras para ralos e caixas de gordura, com atividade enzimática suficiente para permitir a quebra de amido, carboidratos, gorduras e óleos, evitando entupimentos.

**05 COMPOSIÇÃO**

05.01 Somente são permitidos os microrganismos listados no "Toxic Substances Control Act", microrganismos de existência saprofítica, presentes em ambientes, (excetuando-se a *Pseudomonas aeruginosa*), que não apresentam resistência aos agentes antimicrobianos fora dos padrões definidos na literatura;

05.02 Componentes complementares de formulação: Somente são permitidos os ingredientes abaixo listados:

Ácido láctico

Álcool linear etoxilado

Amilase

Beta gluconase

Bicarbonato de sódio

Carbonato de sódio

Celulase

Cloretos de sódio, potássio, magnésio, cálcio, amônio e ferroso  
Éter monoetílico do dipropilenoglicol  
Éteres hexílicos, octílicos e decílicos  
Fosfato dissódico  
Fosfato mono e dibásico de potássio  
Fosfato monossódico  
Fosfato tricálcico  
Glicose  
Hemicelulose  
Hidrolisado de proteínas  
Hidroxietilcelulose  
Lipase  
Molibdato de sódio  
Monoetanolamina  
Monoleato de sorbitan  
Pectinase  
Protease  
Sulfato de magnésio  
Tensoativos aniônicos e não iônicos

NOTA: Por ocasião do registro devem ser apresentados os seguintes dados técnicos sobre os componentes complementares de formulação, que não estejam mencionados acima: a) Identidade - nome técnico ou comum e respectivo número CAS, sinônimo, nome comercial, nome químico e fórmula estrutural (quando for o caso) e propriedades físico-químicas; b) Dados do componente quanto aos seus aspectos: toxicológicos, inflamabilidade e prevenção em casos de acidente;

05.03 Não são aceitos, nas formulações, microrganismos geneticamente modificados;

05.04 Não é permitida a utilização de aromatizantes, corantes e demais substâncias que possam levar a confundir o produto com alimentos, cosméticos ou medicamentos;

05.05 Não são permitidas substâncias carcinogênicas, mutagênicas nem teratogênicas para a espécie humana.

**Fonte:** RDC N° 179 de 3 de Outubro de 2006.

Substâncias de ação conservante permitidas na formulação dos produtos saneantes: NÃO APLICÁVEL

## **06 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS**

Aspecto: Líquido;

pH: 5,0 – 10,0;

Composição química: Complexo de bactérias e enzimas;

Princípio ativo: Mistura de *Bacillus lichenniformis* e *Bacillus subtilis*

## **07 EMBALAGEM**

Bombonas de 2 a 20L

## 08 ROTULAGEM

A rotulagem deve conter informação verdadeira e suficiente de seus usos e características essenciais. Todas as frases e símbolos de inserção obrigatória devem figurar com caracteres bem visíveis, indeléveis nas condições normais de uso e facilmente legíveis. A informação obrigatória não pode estar escrita sobre partes removíveis para o uso, como tampas, travas de segurança e outras, que se inutilizem ao abrir a embalagem.

### 8.1 INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NOS RÓTULOS

08.01.01. A rotulagem dos produtos à base de bactérias deve seguir as indicações dispostas no ANEXO III da RDC 179/2006 (listados abaixo), além de atender às demais disposições da legislação vigente;

8.1.1.1 Denominação do produto;

8.1.1.2 Nome e marca do produto;

8.1.1.3 Conteúdo;

8.1.1.4 Deverá conter as seguintes frases:

8.1.1.4.1 “CUIDADO! PERIGOSO SE INGERIDO, CONTÉM MICRORGANISMOS VIVOS”

8.1.1.4.2 ”ANTES DE USAR LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO”

8.1.1.4.3 ”PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO”,(quando for o caso).

8.1.1.4.4 PAINEL PRINCIPAL OU SECUNDÁRIO: - Frases gerais:

8.1.1.4.5 Não aplicar sobre alimentos, utensílios de cozinha, aquários e superfícies onde haja manipulação de alimentos;

8.1.1.4.6 Não reutilizar as embalagens vazias;

8.1.1.4.7 Manter o produto na embalagem original;

8.1.1.4.8 Usar luvas para a aplicação do produto;

8.1.1.4.9 Em caso de contato direto com o produto, lavar a parte atingida com água e sabão;

8.1.1.4.10 Em caso de contato com os olhos, lavar com água corrente em abundância e procurar o Centro de Intoxicação ou Serviço de Saúde mais próximo, levando a embalagem ou o rótulo do produto;

8.1.1.4.11 Manter o produto fora do alcance de crianças e animais domésticos (em negrito e em caixa alta);

8.1.1.4.12 Em caso de aspiração ou inalação, remover a pessoa para local arejado, (quando for o caso);

8.1.1.5 Modo de aplicação, conservação e de uso;

8.1.1.6 Data de fabricação, prazo de validade e número do lote, impressos de modo indelével e direto na embalagem;

8.1.1.7 Número de registro concedido pela Órgão Regulador Competente;

8.1.1.8 Composição: mencionar os microrganismos pelo nome científico e os demais componentes de interesse toxicológico pelo nome técnico;

8.1.1.9 Número de telefone da empresa para atendimento ao consumidor;

8.1.1.10 Número de telefone do Centro de Intoxicações;

8.1.1.11 Informações gerais da empresa titular do registro;

8.1.1.11.1 País de origem;

8.1.1.11.2 Se importado, nome do fabricante e país de origem;

- 8.1.1.12 Informações sobre o descarte do produto e da embalagem;
- 8.1.1.13 Informações sobre os procedimentos a serem adotados no caso de derramamento acidental do produto;
- 8.1.1.14 Informações sobre as incompatibilidades e restrições de uso do produto, quando for o caso.

**Obs.:** Resoluções RDC N° 179 de 3 de Outubro de 2006; RDC 59 de 17 de Dezembro de 2010

## **09 DOCUMENTOS EXIGIDOS**

09.01 Regularização junto a ANVISA conforme tipo de produto – Risco II – Registro, ou outro órgão regulador conforme legislação vigente.

09.02 FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com NBR 14725 e Perfil Técnico.

09.03 As embalagens devem ser certificadas por organismos de certificação de produtos (ocp) acreditados pelo INMETRO, para que seja garantido que as mesmas mantenham condições de segurança ao transporte de materiais, de acordo com a resolução n°. 420, de 12/02/2004, da antt e com a portaria n°. 326, de 11/12/2006, do INMETRO.

09.04 Autorização de funcionamento para saneantes emitida pela ANVISA(fabricante, revendedor e distribuidor).

09.05 Licença Ambiental de órgão oficial do estado do fabricante.

09.06 Alvará Sanitário Municipal.

## **10 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

10.01 Os fabricantes de produtos saneantes devem cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos Regulamentos Técnicos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Controle (conforme Portaria N° 327 MS, de 30 de julho de 2007).

## **11 RECEBIMENTO E RECUSA**

11.01 Será considerado aprovado o material que atender plenamente às características e às documentações exigidas; e

11.02 Será recusado o lote do material entregue cujas características e documentação não satisfaçam as exigências da presente especificação.

## **12 ACONDICIONAMENTO**

Deverão possuir embalagem plástica rígida, reforçada, de difícil ruptura, hermética, com tampa de dupla segurança, de forma a garantir que não seja aberta mesmo após a sua primeira abertura.



As embalagens e tampas dos produtos devem ser em todas suas partes resistentes a fim de manter as propriedades do produto e impedir rupturas e perdas durante o transporte, armazenamento e manipulação.

As embalagens devem ser resistentes e compatíveis com o produto, devendo minimizar o contato direto do operador com o mesmo.



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TERMO DE REFERÊNCIA
Data/Hora de Criação:	29/04/2026 15:01:44
Páginas do Documento:	132
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	133
Hash MD5:	dbbab4f4735acca657e7cf7117d1dc38
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten SABRINA SANTOS DE LELES SILVEIRA no dia 29/04/2026 às 12:03:38 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SILVIA NATÁLIA SOARES MENEZES DA SILVA no dia 25/05/2026 às 13:12:32 no horário oficial de Brasília.

## BASE AEREA DE NATAL - BANT

## Estudo Técnico Preliminar 1/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 67222.000093/2026-86

## 2. Descrição da necessidade

A Base Aérea de Natal (BANT) é uma Organização Militar do Comando da Aeronáutica (COMAER), criada pelo Decreto-Lei nº 4.142, de 02 de março de 1942, cuja finalidade é coordenar, controlar e executar as atividades administrativas de apoio necessárias ao funcionamento das Organizações do Comando da Aeronáutica sediadas em Parnamirim e Natal/RN.

Nesse contexto, a Portaria GABAER nº 1.492/GC3, de 15 de agosto de 2024, qualifica como Organizações Militares apoiadas pela BANT as seguintes Unidades: Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), Serviço Regional de Infraestrutura da Aeronáutica de Natal (SERINFRA-NT), Núcleo do Hospital de Aeronáutica de Natal (NuHANT), Grupo de Instrução Tática Especializada (GITE), Prefeitura de Aeronáutica de Natal (PANT), Primeiro do Décimo Primeiro Grupo de Aviação (1º/11º GAv), Primeiro do Oitavo Grupo de Aviação (1º/8º GAv), Primeiro e Segundo do Quinto Grupo de Aviação (1º/5º GAv e 2º/5º GAv), Segundo Esquadrão de Transporte Aéreo (2º ETA), Terceiro Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle (3º/1º GCC), além da própria Base Aérea de Natal. Essas Organizações Militares, juntamente com suas Divisões e Assessorias, desenvolvem atividades nas áreas administrativa, operacional e logística, sendo responsáveis pelo atendimento a um efetivo aproximado de 2.780 pessoas, entre militares e servidores civis, além de seus dependentes.

No âmbito dessa estrutura organizacional, a Seção de Material de Intendência é responsável pelo gerenciamento do fluxo de materiais de limpeza e higienização, centralizando as demandas apresentadas pelos diversos setores e Organizações Militares apoiadas. Tais insumos são essenciais para a manutenção das condições sanitárias das áreas administrativas, dos refeitórios da Guarnição e, especialmente, das instalações do Núcleo do Hospital de Aeronáutica de Natal (NuHANT), sendo diretamente relacionados à preservação da saúde, da segurança e do bem-estar do efetivo atendido.

Sob a ótica da metodologia 5S — fundamentada nos princípios de utilização (Seiri), organização (Seiton), limpeza (Seiso), padronização (Seiketsu) e disciplina (Shitsuke) — a limpeza e a higiene configuram fatores determinantes para a manutenção de ambientes organizacionais adequados às atividades administrativas, operacionais e de apoio à saúde. Ambientes com padrões insuficientes de higienização favorecem a proliferação de agentes infecciosos, como bactérias, ácaros e pragas, comprometendo as condições mínimas de salubridade, segurança e produtividade, além de impactar negativamente o desempenho e a conduta profissional dos colaboradores.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade permanente de atendimento à demanda por materiais de limpeza e higienização, em razão do volume de utilização desses insumos nas rotinas administrativas, operacionais e de apoio à saúde desenvolvidas no âmbito da Guarnição de Aeronáutica de Natal. A demanda identificada decorre do levantamento realizado junto aos setores e Organizações Militares apoiadas, bem como da análise do histórico de consumo dos últimos exercícios, o que demonstra a essencialidade desses insumos para a manutenção das condições mínimas de funcionamento, salubridade e segurança institucional.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Material de Intendência	2º Tenente Sabrina

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para atendimento da necessidade identificada neste Estudo Técnico Preliminar, as eventuais soluções a serem consideradas deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

Possibilitar a entrega dos materiais de forma compatível com a necessidade administrativa da Base Aérea de Natal, de modo a assegurar a continuidade das atividades que dependem do uso regular de materiais de limpeza e higienização.

Ser compatível com as rotinas operacionais da Seção de Material de Intendência da Base Aérea de Natal, incluindo horário e local de recebimento, conferência, controle e armazenamento dos materiais.

Permitir a verificação da conformidade dos materiais fornecidos com as especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos para uso institucional, previamente à sua aceitação definitiva.

Prever a possibilidade de correção de inconformidades eventualmente identificadas no fornecimento, de forma a assegurar que os materiais atendam integralmente às condições mínimas de qualidade, quantidade e desempenho requeridas.

Não afastar a responsabilidade do fornecedor quanto à adequação dos materiais fornecidos às finalidades a que se destinam, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, segurança e regularidade do fornecimento.

Assegurar que os materiais de limpeza e produtos de higienização atendam à legislação sanitária vigente, em especial à Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 47, de 25 de outubro de 2013, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), garantindo que os produtos sejam seguros nas condições normais e previsíveis de uso, e que sejam fabricados, embalados, armazenados e controlados segundo padrões mínimos de qualidade e segurança.

Observar critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021, bem como com as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), no que couber ao objeto da contratação.

## 5. Levantamento de Mercado

No levantamento de mercado, identificaram-se três soluções possíveis para atendimento das necessidades de limpeza e higienização das áreas da Guarnição de Aeronáutica de Natal.

A primeira solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de limpeza, com fornecimento de mão de obra e materiais, para atendimento de uma área construída total de 203.248,42 m<sup>2</sup>, abrangendo a Base Aérea de Natal e o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno. Como referência, o contrato vigente decorrente do Pregão nº 00061/2020 da Base Aérea de Natal estabeleceu o valor de R\$ 2,29 por metro quadrado para a limpeza de uma área de 31.067,77 m<sup>2</sup>, correspondente a parcela das áreas existentes. A eventual aplicação desse valor unitário à totalidade da área construída resultaria em custo estimado de R\$ 465.439,88 mensais, equivalente a R\$ 5.585.278,56 anuais. Embora essa solução concentre na contratada a gestão de pessoal, materiais e rotinas operacionais, sua adoção em escala compatível com toda a área da Guarnição implicaria elevação relevante das despesas continuadas da Administração e maior comprometimento orçamentário de longo prazo.

A segunda solução consiste na aquisição de materiais de limpeza e higienização para utilização pela mão de obra interna da Guarnição, mediante Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços. Essa alternativa possibilita a aquisição dos insumos conforme a necessidade efetiva de consumo e de acordo com a capacidade de armazenamento da SMI da BANT, assegurando o fornecimento regular dos materiais pelo período de 12 (doze) meses. Nessa modalidade, a Administração mantém maior controle sobre o consumo e a reposição dos materiais, com custos inferiores aos estimados para a terceirização integral dos serviços, assumindo, contudo, a gestão dos estoques.

A terceira solução identificada refere-se à utilização do Almoxarifado Virtual 3.0, cujo escopo foi recentemente ampliado para contemplar materiais de limpeza e higienização. Entretanto, o processo de contratação relacionado a essa solução encontra-se, atualmente, em fase de recurso, não sendo possível assegurar que, até o vencimento da respectiva Ata de Registro de Preços, previsto para julho de 2026, o processo esteja concluído e plenamente apto a atender, de forma contínua, às demandas da Guarnição de Aeronáutica de Natal.

Diante das alternativas analisadas, observa-se que, embora existam diferentes soluções disponíveis no mercado e no âmbito da Administração Pública, a aquisição direta de materiais de limpeza e higienização apresenta-se como a alternativa mais compatível com a necessidade imediata de continuidade do fornecimento, considerando a economicidade e a continuação das condições de limpeza e higienização da GUARNAE-NT.

Ademais, foram consideradas as tecnologias atualmente disponíveis e aplicáveis ao objeto, incluindo soluções mais modernas, eficientes e sustentáveis, com vistas a assegurar a adequação da contratação às inovações existentes no setor e às melhores práticas de mercado.

## 6. Descrição da solução como um todo

Considerando as alternativas analisadas no levantamento de mercado, optou-se pela aquisição de materiais de limpeza e higienização por meio de Pregão Eletrônico, com Sistema de Registro de Preços, para atendimento das necessidades da Guarnição de Aeronáutica de Natal.

A adoção do Registro de Preços permite maior flexibilidade na aquisição dos insumos, possibilitando que o fornecimento ocorra de forma parcelada, conforme a demanda efetiva de consumo e a capacidade de armazenamento da Seção de Material e Intendência da Base Aérea de Natal. Tal modalidade

assegura, ainda, a manutenção do abastecimento regular dos materiais pelo período de até 12 (doze) meses, sem a necessidade de aquisição imediata da totalidade dos quantitativos estimados.

Essa solução apresenta compatibilidade com a necessidade de continuidade das condições de limpeza e higienização, ao mesmo tempo em que proporciona maior controle administrativo sobre o consumo dos materiais, reduzindo riscos de desperdício e permitindo melhor planejamento da reposição dos estoques. Ademais, os custos associados à aquisição direta dos materiais mostram-se inferiores aos estimados para a terceirização integral dos serviços, evitando a ampliação de despesas continuadas e o aumento do comprometimento orçamentário da Administração.

Dessa forma, a aquisição de materiais de limpeza e higienização por meio de Registro de Preços revela-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, atendendo à necessidade imediata da Guarnição e garantindo a execução regular das atividades.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos estimados para a presente contratação foram definidos a partir de critérios objetivos e complementares, com vistas ao adequado atendimento das necessidades da Guarnição de Aeronáutica de Natal e à observância do uso racional dos recursos públicos. Para tanto, foi realizado levantamento de demandas junto aos setores usuários, de modo a identificar as necessidades efetivas de consumo dos materiais de limpeza e higienização.

Concomitantemente, foram considerados os quantitativos praticados na ata de Registro de Preços anteriormente vigente, bem como os dados de baixas extraídos do Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços (SILOMS), que refletem o histórico de consumo dos materiais. A análise conjunta dessas informações possibilitou a definição de um quantitativo compatível com a realidade operacional da Unidade, suficiente para atender às demandas regulares, sem gerar excedentes desnecessários ou desperdício de recursos públicos.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.180.705,11

O valor da contratação está estimado em R\$ 2.180.705,11 (dois milhões, cento e oitenta mil, setecentos e cinco reais e onze centavos)

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto da contratação foi parcelado em itens, em conformidade com o princípio do parcelamento previsto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza divisível dos materiais de limpeza e higienização e a inexistência de impedimentos de ordem técnica, operacional ou econômica à contratação parcelada. Os itens possuem características e formas de fornecimento distintas, podendo ser contratados de maneira independente, sem prejuízo da funcionalidade da solução e do atendimento da necessidade administrativa.

O parcelamento revela-se técnica e economicamente viável, contribuindo para a ampliação da competitividade do certame e para a obtenção de propostas mais vantajosas, ao possibilitar a participação de um maior número de fornecedores. Ademais, assegura-se o atendimento adequado e contínuo das necessidades da Administração, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente demanda relaciona-se à Ata de Registro de Preços nº 90020/2025 vigente para fornecimento de materiais de limpeza e higienização, com vigência até julho de 2026. Trata-se de contratação de caráter temporário, cuja execução da solução ora proposta ocorrerá apenas após o encerramento da ata vigente, não havendo interdependência entre os objetos, que são autônomos e executáveis de forma independente. Dessa forma, não há sobreposição de objetos nem caracterização de fracionamento indevido, configurando-se como medida necessária para assegurar a continuidade do fornecimento.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento anual da Unidade, estando publicada no Calendário Anual de Contratações da BANT, sob o Identificador da Futura Contratação nº 120631-82/2026.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Por meio da contratação, pretende-se assegurar o fornecimento de materiais de limpeza e higienização de qualidade aos militares da Base Aérea de Natal e às Organizações Militares apoiadas, de modo a garantir a adequada execução das atividades rotineiras, contribuindo para a manutenção de ambientes de trabalho limpos, saudáveis e compatíveis com as condições necessárias ao bem-estar do efetivo.

## 13. Providências a serem Adotadas

Para assegurar a execução da aquisição pretendida e a continuidade do fornecimento, a Administração deverá adotar as providências administrativas previstas na legislação vigente, incluindo a condução do processo de contratação por meio de Pregão Eletrônico. Deverão ser designados o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio para a condução do certame, bem como a comissão de recebimento, responsável pela verificação da conformidade dos materiais fornecidos, possibilitando a regular liquidação da despesa e o processamento dos pagamentos correspondentes.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Para atendimento aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (8ª edição) de outubro de 2025, a presente contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental e sanitária, aplicáveis aos materiais de limpeza e produtos de higienização a serem adquiridos.

Considerando que parte dos produtos objeto da contratação pode estar relacionada a atividades de fabricação ou industrialização enquadradas como potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013, bem como da Instrução Normativa IBAMA nº 23, de 23 de dezembro de 2025, somente serão aceitos produtos cujos fabricantes estejam regularmente inscritos no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, quando a respectiva atividade assim o exigir. Para os casos em que a atividade de fabricação não se enquadre nas hipóteses de obrigatoriedade de inscrição no CTF/APP, a licitante deverá apresentar declaração, firmada por seu representante legal, informando o não enquadramento do fabricante, assumindo integral responsabilidade pelas informações prestadas. Quando a própria licitante figurar como fabricante do bem ofertado, a comprovação ou a declaração deverá ser apresentada pela própria empresa.

No que se refere aos aspectos ambientais específicos do produto, somente será admitida a oferta de detergente em pó cuja composição observe os limites máximos de concentração de fósforo estabelecidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29 de abril de 2005, e na legislação ambiental correlata, considerando o potencial impacto desse componente sobre os recursos hídricos.

Além disso, por se tratar de aquisição de produtos classificados como saneantes domissanitários, os bens ofertados deverão atender integralmente à legislação sanitária vigente, estando sujeitos ao controle e à fiscalização da vigilância sanitária, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, da RDC ANVISA nº 40, de 2008, da RDC ANVISA nº 59, de 2010, ou de outras normas que venham a substituí-las. Dessa forma, somente será admitida a oferta de produtos de limpeza que estejam devidamente notificados ou registrados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme a classe e o grau de risco do produto, que atendam às exigências de rotulagem, composição, segurança e uso previstas na legislação sanitária aplicável, e que apresentem prazo de validade compatível com o período estimado de consumo, de modo a evitar desperdício e descarte inadequado.

A exigência de regularização sanitária constitui, além de requisito legal, critério de sustentabilidade ambiental e de proteção à saúde pública, na medida em que assegura que os produtos adquiridos não ofereçam riscos indevidos aos usuários nem causem impactos ambientais decorrentes de formulações irregulares ou inadequadas.

Adicionalmente, deverão ser observadas, sempre que tecnicamente viável, as seguintes condições sustentáveis, conforme IN/SLTI/MPOG nº 01/2010: utilização de bens constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis, em conformidade com as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2; que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em consonância também com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); e ausência de substâncias perigosas em concentrações superiores às recomendadas pela Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenilpolibromados e éteres difenil-polibromados.

Por fim, registra-se que a presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes e aos requisitos estabelecidos no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do Ministério da Defesa, contribuindo para a adoção de práticas de consumo responsável e para a redução de impactos ambientais decorrentes das atividades administrativas.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação mostra-se viável, uma vez que a aquisição de materiais de limpeza e higienização, por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, atende de forma adequada às necessidades da Guarnição de Aeronáutica de Natal e encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações desta Unidade.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SABRINA SANTOS DE LELES SILVEIRA**

Chefe da Seção de Material de Intendência



*Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 14:06:51.*

**SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA**

Ordenadora de Despesa



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP
Data/Hora de Criação:	23/04/2026 12:45:32
Páginas do Documento:	5
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	6
Hash MD5:	4158121144da7f2a02e5d4a07de7c7fe
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten SABRINA SANTOS DE LELES SILVEIRA no dia 23/04/2026 às 16:58:06 no horário oficial de Brasília.